

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	7
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	18
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	19
Demonstração de Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	33
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	98
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	99
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	100

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.568.204.239
Preferenciais	0
Total	2.568.204.239
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	7.570.447	7.260.338
1.01	Ativo Circulante	348.604	175.447
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	161	210
1.01.02	Aplicações Financeiras	161.760	139.998
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	161.760	139.998
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	161.760	139.998
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.760	10.171
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.760	10.171
1.01.06.01.01	Tributos a recuperar	3.760	10.171
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	182.923	25.068
1.01.08.03	Outros	182.923	25.068
1.01.08.03.03	Dividendos a receber	179.515	21.691
1.01.08.03.06	Outros créditos	3.408	3.377
1.02	Ativo Não Circulante	7.221.843	7.084.891
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	22.149	16.652
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	622	602
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	622	602
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	21.527	16.050
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	946	923
1.02.01.10.05	Tributos a recuperar	12.333	6.878
1.02.01.10.13	Outros créditos	8.248	8.249
1.02.02	Investimentos	7.199.694	7.068.239
1.02.02.01	Participações Societárias	7.199.694	7.068.239
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	7.199.591	7.068.136
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	103	103

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	7.570.447	7.260.338
2.01	Passivo Circulante	267.548	10.743
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	15	15
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	15	15
2.01.01.02.01	Folha de pagamento	15	15
2.01.02	Fornecedores	126	197
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	126	197
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.224	1.399
2.01.04.02	Debêntures	2.224	1.399
2.01.05	Outras Obrigações	265.183	9.132
2.01.05.02	Outros	265.183	9.132
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	260.732	3.912
2.01.05.02.04	Impostos e contribuições sociais	223	1.268
2.01.05.02.12	Encargos de dívidas	744	468
2.01.05.02.19	Outros passivos	3.484	3.484
2.02	Passivo Não Circulante	1.067.082	1.060.381
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	461.890	446.752
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	346.325	334.612
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	34.042	33.048
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	312.283	301.564
2.02.01.02	Debêntures	115.565	112.140
2.02.02	Outras Obrigações	533	10.210
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	9.689
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	9.689
2.02.02.02	Outros	533	521
2.02.02.02.03	Fornecedores	382	369
2.02.02.02.20	Outros passivos	151	152
2.02.03	Tributos Diferidos	345.128	348.322
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	345.128	348.322
2.02.04	Provisões	259.531	255.097
2.02.04.02	Outras Provisões	259.531	255.097
2.02.04.02.04	Provisão p/ perdas em participações societárias	259.531	255.097
2.03	Patrimônio Líquido	6.235.817	6.189.214
2.03.01	Capital Social Realizado	5.567.568	5.567.568
2.03.02	Reservas de Capital	-378.664	-381.487
2.03.02.10	Outras reservas de capital	-378.664	-381.487
2.03.04	Reservas de Lucros	708.873	965.693
2.03.04.01	Reserva Legal	287.154	287.154
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	364.403	364.403
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	57.316	57.316
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	256.820
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	300.732	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	37.308	37.440

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	309.529	390.420
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-475	-449
3.04.02.01	Pessoal e administradores	-88	-139
3.04.02.04	Serviços de terceiros	-30	-71
3.04.02.07	Outras	-357	-239
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	310.004	390.869
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	309.529	390.420
3.06	Resultado Financeiro	-11.697	-23.532
3.06.01	Receitas Financeiras	4.664	780
3.06.01.01	Receita de aplicações financeiras	4.367	568
3.06.01.04	Tributos s/ receita financeira	-227	-38
3.06.01.09	Atualização de depósitos Judiciais	11	0
3.06.01.10	Atualização de mútuos	19	16
3.06.01.13	Outras receitas financeiras	494	234
3.06.02	Despesas Financeiras	-16.361	-24.312
3.06.02.01	Encargos de dívidas - juros	-1.099	-1.099
3.06.02.11	Ajuste a valor presente	-15.140	-3.444
3.06.02.12	Despesas bancárias	-64	-55
3.06.02.15	IOF	-11	-1.105
3.06.02.17	Atualização mútuo	-47	-18.608
3.06.02.19	Outras despesas financeiras	0	-1
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	297.832	366.888
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	2.900	2.693
3.08.01	Corrente	-294	0
3.08.02	Diferido	3.194	2.693
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	300.732	369.581
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	300.732	369.581
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,12	0,18
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,12	0,18

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	300.732	369.581
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-132	-1
4.03	Resultado Abrangente do Período	300.600	369.580

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-766	4.861
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-283	8.180
6.01.01.01	Lucro líquido do período	300.732	369.581
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-2.900	-2.693
6.01.01.03	(Receitas) Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	11.889	32.161
6.01.01.08	Resultado de equivalência patrimonial	-310.004	-390.869
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-483	-3.319
6.01.02.01	Tributos a recuperar	956	-229
6.01.02.02	Outros créditos a receber	-42	-44
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social pagos	-105	0
6.01.02.05	Fornecedores	-58	-62
6.01.02.07	Impostos e contribuições sociais	-1.234	-11
6.01.02.09	Outras contas a pagar	0	-2.973
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	9.626	522.193
6.02.01	Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	-17.395	-23.788
6.02.02	Recebimento de dividendos e JCP	27.201	545.981
6.02.03	Aumento de capital e compra de ações de subsidiárias e outros investimentos	-180	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-8.909	-527.044
6.03.02	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures e parcelamentos - juros	0	-10.518
6.03.04	Pagamento de dividendos	0	-516.526
6.03.05	Aumento de capital com subscrição de ação	828	0
6.03.06	Partes relacionadas	-9.737	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-49	10
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	210	63
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	161	73

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.567.568	-381.487	965.693	0	37.440	6.189.214
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.567.568	-381.487	965.693	0	37.440	6.189.214
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	2.823	-256.820	0	0	-253.997
5.04.08	Programa de remuneração variável (ILP)	0	1.995	0	0	0	1.995
5.04.09	Pagamentos de dividendos	0	0	-256.820	0	0	-256.820
5.04.10	Transações com investimentos	0	828	0	0	0	828
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	300.732	-132	300.600
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	300.732	0	300.732
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-132	-132
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.567.568	-378.664	708.873	300.732	37.308	6.235.817

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.223.218	10.868	1.049.115	0	20.526	4.303.727
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.223.218	10.868	1.049.115	0	20.526	4.303.727
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.247	-517.029	0	0	-515.782
5.04.08	Pagamento de dividendos	0	0	-517.029	0	0	-517.029
5.04.09	Transações com investimentos	0	7	0	0	0	7
5.04.10	Programa de remuneração variável (ILP)	0	1.240	0	0	0	1.240
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	369.581	-1	369.580
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	369.581	0	369.581
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1	-1
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.223.218	12.115	532.086	369.581	20.525	4.157.525

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-387	-310
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-30	-71
7.02.04	Outros	-357	-239
7.03	Valor Adicionado Bruto	-387	-310
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-387	-310
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	314.895	391.687
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	310.004	390.869
7.06.02	Receitas Financeiras	4.891	818
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	314.508	391.377
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	314.508	391.377
7.08.01	Pessoal	73	120
7.08.01.01	Remuneração Direta	73	94
7.08.01.02	Benefícios	0	26
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-2.658	-2.636
7.08.02.01	Federais	-2.658	-2.636
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	16.361	24.312
7.08.03.01	Juros	16.361	24.312
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	300.732	369.581
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	300.732	369.581

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	35.509.085	32.899.734
1.01	Ativo Circulante	10.279.604	8.432.683
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	187.871	352.971
1.01.02	Aplicações Financeiras	4.080.787	2.476.080
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	4.080.787	2.476.080
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	4.080.787	2.476.080
1.01.03	Contas a Receber	2.511.840	2.601.995
1.01.03.01	Clientes	2.508.057	2.598.179
1.01.03.01.01	Consumidores e concessionárias	2.508.057	2.598.179
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.783	3.816
1.01.03.02.01	Títulos de créditos a receber	3.783	3.816
1.01.04	Estoques	77.583	72.112
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.021.425	1.023.500
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.021.425	1.023.500
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.400.098	1.906.025
1.01.08.03	Outros	2.400.098	1.906.025
1.01.08.03.06	Ativos financeiros setoriais	1.182.551	698.272
1.01.08.03.08	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	79.391	79.284
1.01.08.03.20	Outros créditos	1.138.156	1.128.469
1.02	Ativo Não Circulante	25.229.481	24.467.051
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	16.871.933	16.198.285
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	71.365	70.011
1.02.01.04	Contas a Receber	229.478	226.561
1.02.01.04.01	Consumidores e concessionárias	223.271	220.285
1.02.01.04.02	Títulos de créditos a receber	6.207	6.276
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	16.571.090	15.901.713
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	366.616	356.910
1.02.01.10.05	Tributos a recuperar	1.190.833	1.206.870
1.02.01.10.08	Créditos tributários	886.913	642.291
1.02.01.10.09	Ativos financeiros setoriais	60.238	295.129
1.02.01.10.10	Ativo financeiro indenizável da concessão	13.652.490	12.849.413
1.02.01.10.11	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	165.247	326.069
1.02.01.10.13	Outros créditos	248.753	225.031
1.02.02	Investimentos	7.341	7.518
1.02.02.01	Participações Societárias	7.341	7.518
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	7.341	7.518
1.02.03	Imobilizado	159.747	152.790
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	159.747	152.790
1.02.04	Intangível	8.190.460	8.108.458
1.02.04.01	Intangíveis	8.190.460	8.108.458
1.02.04.01.02	Intangíveis	5.981.736	6.027.724
1.02.04.01.03	Ativo contratual - Infraestrutura em construção	2.208.724	2.080.734

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	35.509.085	32.899.734
2.01	Passivo Circulante	5.470.569	5.389.521
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.835	10.310
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.835	10.310
2.01.01.02.01	Folha de pagamento	8.835	10.310
2.01.02	Fornecedores	1.711.600	1.542.574
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.711.600	1.542.574
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.581.152	1.896.919
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	673.333	1.030.739
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	390.307	377.402
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	283.026	653.337
2.01.04.02	Debêntures	907.819	866.180
2.01.05	Outras Obrigações	2.168.982	1.939.718
2.01.05.02	Outros	2.168.982	1.939.718
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	266.435	5.467
2.01.05.02.04	Encargos de dívidas	65.242	71.437
2.01.05.02.06	Contribuição de iluminação pública	99.413	102.485
2.01.05.02.09	Impostos e contribuições sociais	464.170	331.821
2.01.05.02.10	Obrigações estimadas	88.632	78.155
2.01.05.02.13	Passivos financeiros setoriais	77.862	338.413
2.01.05.02.14	Encargos setoriais	253.540	246.001
2.01.05.02.15	Incorporação de redes	34.534	31.822
2.01.05.02.16	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	248.066	234.314
2.01.05.02.17	Benefícios pós-emprego	7.279	7.279
2.01.05.02.18	Arrendamentos Operacionais	11.180	8.533
2.01.05.02.19	Efeitos da Redução do ICMS na base de calculo do Pis e Cofins	287.782	234.465
2.01.05.02.20	Outros passivos	264.847	249.526
2.02	Passivo Não Circulante	23.331.286	20.869.844
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	18.820.885	17.152.724
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	5.049.631	5.030.583
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.226.243	3.122.560
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.823.388	1.908.023
2.02.01.02	Debêntures	13.771.254	12.122.141
2.02.02	Outras Obrigações	2.280.274	1.761.190
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	7.316	16.774
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	7.316	16.774
2.02.02.02	Outros	2.272.958	1.744.416
2.02.02.02.03	Fornecedores	65.660	83.368
2.02.02.02.08	Benefícios pós-emprego	49.521	47.699
2.02.02.02.10	Encargos setoriais	101.599	88.112
2.02.02.02.11	Passivos financeiros setoriais	495.453	452.424
2.02.02.02.13	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	720.562	191.807
2.02.02.02.14	Efeitos da Redução do ICMS na base de calculo do Pis e Cofins	242.148	291.983
2.02.02.02.15	Impostos e contribuições sociais	188.779	182.189

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.02.02.02.17	Arrendamentos operacionais	18.761	21.498
2.02.02.02.18	Outros passivos	390.475	385.336
2.02.03	Tributos Diferidos	2.110.711	1.848.919
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.110.711	1.848.919
2.02.04	Provisões	119.416	107.011
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	119.416	107.011
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	6.707.230	6.640.369
2.03.01	Capital Social Realizado	5.567.568	5.567.568
2.03.02	Reservas de Capital	-378.664	-381.487
2.03.02.09	Reservas de capital	-378.664	-381.487
2.03.04	Reservas de Lucros	708.873	965.693
2.03.04.01	Reserva Legal	287.154	287.154
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	364.403	364.403
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	57.316	57.316
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	256.820
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	300.732	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	37.308	37.440
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	471.413	451.155

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.977.011	4.548.335
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.712.397	-3.267.681
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-1.573.232	-1.446.298
3.02.02	Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-605.301	-540.349
3.02.03	Pessoal e administradores	-166.209	-139.171
3.02.04	Material	-28.039	-28.623
3.02.05	Serviços de terceiros	-100.999	-99.559
3.02.06	Amortização e depreciação	-249.939	-223.612
3.02.07	Custo de construção	-899.557	-721.206
3.02.08	Benefícios pós-emprego	-3.456	-4.046
3.02.10	Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-86.554	-75.962
3.02.14	Outros	889	11.145
3.03	Resultado Bruto	1.264.614	1.280.654
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-330.010	-285.819
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-280.062	-245.509
3.04.02.01	Pessoal e administradores	-76.844	-68.040
3.04.02.02	Benefícios pós-emprego	-1.906	-2.022
3.04.02.03	Material	-14.635	-12.008
3.04.02.04	Serviços de terceiros	-96.548	-85.321
3.04.02.05	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	-30.316	-23.058
3.04.02.06	Amortização e depreciação	-24.351	-17.983
3.04.02.07	Outras	-35.462	-37.077
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.993	8.113
3.04.04.01	Ganho na Alienação de Bens e Direitos	3.993	8.113
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-53.941	-48.423
3.04.05.01	Perda na Alienação de Bens e Direitos	-47.613	-31.634
3.04.05.03	Outras despesas	-6.328	-16.789
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	934.604	994.835
3.06	Resultado Financeiro	-528.203	-369.433
3.06.01	Receitas Financeiras	198.658	198.631
3.06.01.01	Receita de aplicações financeiras	100.282	90.878
3.06.01.02	Acréscimo moratória de energia vendida	61.881	66.265
3.06.01.05	Atualização de depósitos judiciais	5.232	11.384
3.06.01.06	Atualização financeira de ativos setoriais	-10.489	-8.940
3.06.01.07	Tributos s/ receita financeira	-9.771	-9.688
3.06.01.08	Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS na base do Pis e Cofins	12.862	19.318
3.06.01.09	Outras receitas financeiras	38.661	29.414
3.06.02	Despesas Financeiras	-726.861	-568.064
3.06.02.01	Encargos de dívidas - juros	-433.040	-319.932
3.06.02.02	Variação monetária/ cambial da dívida	-48.432	109.637
3.06.02.03	(-) Transferência para ordens em curso	10.022	7.695
3.06.02.04	Ajuste a valor presente	-5.635	-795

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.06.02.05	Marcação a mercado derivativos	-618.979	114.090
3.06.02.06	Atualização de mútuos	-276	-18.802
3.06.02.07	Atualização P&D e PEE	-2.907	-2.639
3.06.02.08	Despesas bancárias	-4.793	-3.650
3.06.02.09	Atualização de contingências	-4.826	-2.560
3.06.02.10	Atualização financeira de passivos setoriais	-15.736	-24.316
3.06.02.11	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	-163.657	-301.707
3.06.02.12	Marcação a mercado da dívida	627.357	-98.281
3.06.02.13	Despesa de Aval	-36.681	0
3.06.02.14	Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS na base do Pis e Cofins	-4.080	-17.563
3.06.02.15	Outras despesas financeiras	-25.198	-9.241
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	406.401	625.402
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-81.381	-123.065
3.08.01	Corrente	-64.211	-207.460
3.08.02	Diferido	-17.170	84.395
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	325.020	502.337
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	325.020	502.337
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	300.732	369.581
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	24.288	132.756
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,12	0,18
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,12	0,18

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	325.020	502.337
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-133	-1
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	324.887	502.336
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	300.598	369.579
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	24.289	132.757

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	835.004	885.188
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.261.125	1.256.575
6.01.01.01	Lucro líquido do Período	325.020	502.337
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	81.381	123.065
6.01.01.03	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	30.316	23.058
6.01.01.04	(Receitas) Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	451.610	199.209
6.01.01.05	Amortização e depreciação	274.290	241.595
6.01.01.07	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	163.657	301.707
6.01.01.08	Marcação a mercado derivativos	618.979	-114.090
6.01.01.09	Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	86.554	75.962
6.01.01.10	Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	43.620	23.521
6.01.01.11	Marcação a mercado da dívida	-627.357	98.281
6.01.01.12	Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-189.086	-219.650
6.01.01.13	Programa de remuneração variável - ILP	2.141	1.580
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-426.121	-371.387
6.01.02.01	Consumidores e concessionárias	13.569	-72.940
6.01.02.02	Estoques	-5.471	-4.073
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-49.954	17.241
6.01.02.05	Cauções, depósitos vinculados e judiciais	-4.474	-7.388
6.01.02.06	Títulos de créditos a receber	104	52
6.01.02.09	Outros créditos a receber	-58.155	-162.116
6.01.02.10	Folha de pagamento	-1.475	-1.668
6.01.02.11	Impostos e contribuições sociais	268.379	122.377
6.01.02.12	Obrigações estimadas	10.477	11.595
6.01.02.13	Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	-22.737	-20.252
6.01.02.14	Fornecedores	18.583	118.369
6.01.02.15	Passivos financeiros setoriais	-493.135	-268.968
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social pagos	-102.258	-130.524
6.01.02.17	Outras contas a pagar	426	26.908
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.346.935	-133.075
6.02.02	Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	-1.505.779	606.155
6.02.04	Aplicações no intangível e imobilizado	-845.149	-747.345
6.02.05	Alienação de bens do imobilizado e intangível	3.993	8.115
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.346.831	-745.428
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos	2.250.795	1.113.391
6.03.02	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	-661.939	-795.352
6.03.03	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	-112.151	-279.343
6.03.08	(Pagamento) por liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-79.434	56.400
6.03.10	Pagamento de incorporação de redes	-38.091	-49.940
6.03.11	Pagamento de dividendos	-27	-766.078

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2026 à 31/03/2026	01/01/2025 à 31/03/2025
6.03.12	Partes relacionadas	-9.734	-10.539
6.03.13	Pagamento por arrendamento financeiro mercantil	-3.416	-13.967
6.03.14	Aumento de capital com subscrição de ação	828	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-165.100	6.685
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	352.971	225.695
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	187.871	232.380

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.567.568	-381.487	965.693	0	37.440	6.189.214	451.155	6.640.369
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.567.568	-381.487	965.693	0	37.440	6.189.214	451.155	6.640.369
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	2.823	-256.820	0	0	-253.997	-4.029	-258.026
5.04.08	Transações com investimentos	0	828	0	0	0	828	0	828
5.04.09	Programa de Remuneração Variável - ILP	0	1.995	0	0	0	1.995	146	2.141
5.04.10	Pagamentos de dividendos	0	0	-256.820	0	0	-256.820	-4.175	-260.995
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	300.732	-132	300.600	24.287	324.887
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	300.732	0	300.732	24.288	325.020
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-132	-132	-1	-133
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.567.568	-378.664	708.873	300.732	37.308	6.235.817	471.413	6.707.230

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.223.218	10.868	1.049.115	0	20.526	4.303.727	2.181.303	6.485.030
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.223.218	10.868	1.049.115	0	20.526	4.303.727	2.181.303	6.485.030
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.247	-517.029	0	0	-515.782	-249.473	-765.255
5.04.08	Transações com investimentos	0	7	0	0	0	7	0	7
5.04.09	Programa de Remuneração variável -ILP	0	1.240	0	0	0	1.240	340	1.580
5.04.10	Pagamentos de dividendos	0	0	-517.029	0	0	-517.029	-249.813	-766.842
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	369.581	-1	369.580	132.755	502.335
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	369.581	0	369.581	132.756	502.337
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1	-1	-1	-2
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.223.218	12.115	532.086	369.581	20.525	4.157.525	2.064.585	6.222.110

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	7.003.718	6.310.927
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.176.700	5.649.875
7.01.02	Outras Receitas	3.993	8.113
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	909.579	728.901
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-86.554	-75.962
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.649.905	-3.218.843
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.394.516	-2.179.973
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-246.262	-230.466
7.02.04	Outros	-1.009.127	-808.404
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.353.813	3.092.084
7.04	Retenções	-274.290	-241.595
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-274.290	-241.595
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.079.523	2.850.489
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	208.429	208.319
7.06.02	Receitas Financeiras	208.429	208.319
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.287.952	3.058.808
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.287.952	3.058.808
7.08.01	Pessoal	207.369	172.573
7.08.01.01	Remuneração Direta	129.874	100.024
7.08.01.02	Benefícios	62.786	59.515
7.08.01.03	F.G.T.S.	14.709	13.034
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.018.294	1.807.435
7.08.02.01	Federais	1.151.719	982.390
7.08.02.02	Estaduais	862.922	821.199
7.08.02.03	Municipais	3.653	3.846
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	737.269	576.463
7.08.03.01	Juros	736.883	575.759
7.08.03.02	Aluguéis	386	704
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	325.020	502.337
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	300.732	369.581
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	24.288	132.756

Comentário do Desempenho

REDE ENERGIA PARTICIPAÇÕES S/A
RESULTADOS 1º. TRIMESTRE DE 2026

Cataguases, 11 de maio de 2026 – A Administração da Rede Energia Participações S/A (“Rede Energia”, “REDE” ou “Companhia”) apresenta resultados do primeiro trimestre (1T26) de 2026. As informações financeiras a seguir foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1. PERFIL DO NEGÓCIO E DESTAQUES ECONÔMICO-FINANCEIROS

A Rede Energia Participações S/A tem como base dos seus negócios a distribuição de energia elétrica, sendo responsável por quatro distribuidoras cujas áreas de atuação estão localizadas nos estados de Mato Grosso (Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Mato Grosso” ou “EMT”), Mato Grosso do Sul (Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Mato Grosso do Sul” ou “EMS”), Tocantins (Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Tocantins” ou “ETO”), São Paulo, Minas Gerais e Paraná (Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Sul-Sudeste” ou “ESS”).



(*) Não considera os colaboradores das empresas prestadores de serviço ligadas à construção.
(**) Após decisão do STF em 06/10/2023 o estado de Mato Grosso passa a ter 142 municípios. O distrito de Sorriso, Boa Esperança, agora é denominado município de Boa Esperança do Norte.

Maiores informações e detalhes estão disponíveis no release de cada distribuidora.

Comentário do Desempenho



2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1 Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro consolidado da Companhia.

Descrição	Trimestre		
	1T26	1T25	Var. %
Indicadores Financeiros – R\$ milhões			
Receita operacional bruta	7.071	6.367	+ 11,1
Receita operacional líquida ajustada ⁽¹⁾	3.885	3.605	+ 7,8
Margem bruta ajustada ⁽²⁾	1.702	1.614	+ 5,4
EBITDA ajustado recorrente ⁽³⁾	1.020	1.017	+ 0,3
Resultado financeiro	(528)	(369)	+ 43,0
Lucro líquido ajustado recorrente ⁽⁴⁾	176	330	- 46,5
Indicadores Operacionais Consolidados			
Número de consumidores cativos (mil)	4.503	5.989	- 24,8
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) ⁽⁵⁾	4.411	4.422	- 0,2
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) – (GWh) ⁽⁵⁾	6.610	6.394	+ 3,4
Indicadores financeiros – R\$ milhões			
	31/03/2026	31/12/2025	Var. %
Ativo total	35.509	32.900	+ 7,9
Caixa / equivalentes de caixa / aplicações financeiras	4.269	2.829	+ 50,9
Patrimônio líquido	6.236	6.189	+ 0,8
Endividamento líquido	15.416	12.700	+ 21,4

(1) Receita líquida ajustada: expurgando os efeitos do VNR e da receita de construção da infraestrutura. | (2) Margem bruta ajustada: expurgando os efeitos do VNR e da receita de construção da infraestrutura | (3) EBITDA ajustado recorrente: EBITDA expurgando o efeito do VNR. | (4) Lucro líquido ajustado recorrente: Lucro líquido expurgando o efeito do VNR e os demais efeitos não recorrentes. | (5) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

3. REDE ENERGIA CONSOLIDADA

3.1 Receita operacional consolidada

A seguir, as receitas operacionais líquidas de suas controladas e controladoras antes das eliminações intercompany:

Receita líquida por linha de negócio Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var R\$
➤ Distribuição de energia elétrica ⁽¹⁾	4.973	4.546	+ 9,4	427,5
➤ Outros	19	17	+ 11,7	2,0
(=) Total	4.992	4.563	+ 9,4	429,4
Eliminações intercompany e combinação de negócios	(15)	(15)	+ 5,3	(0,8)
(=) Receita líquida consolidada	4.977	4.548	+ 9,4	428,7
(-) Receita de construção	(900)	(721)	+ 24,7	(178,4)
(-) VNR	(189)	(220)	- 13,9	30,6
(=) Receita líquida consolidada sem receita de construção e VNR	3.888	3.607	+ 7,8	280,9

(1) Considera EMT, EMS, ETO e ESS.

Comentário do Desempenho

3.2 Receita operacional – Distribuição de Energia Elétrica

A seguir, as receitas operacionais líquidas por classe de consumo das distribuidoras:

Receita líquida por classe de consumo (*)	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var R\$ milhões
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	3.932	4.008	- 1,9	(76,1)
(+) Suprimento de energia elétrica	41	115	- 64,2	(73,8)
(+) Fornecimento não faturado líquido	(55)	(52)	+ 6,3	(3,3)
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	876	656	+ 33,6	220,6
(+) Receita de construção de infraestrutura	900	721	+ 24,7	178,4
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	557	229	+ 143,8	328,6
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	612	441	+ 38,7	170,5
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	189	220	- 13,9	(30,6)
(+) Outras receitas	20	30	- 34,3	(10,4)
(=) Receita bruta	7.071	6.367	+ 11,1	703,9
(-) Impostos sobre vendas	(1.338)	(1.247)	+ 7,3	(90,7)
(-) Encargos setoriais	(760)	(574)	+ 32,4	(185,8)
(=) Receita líquida combinada	4.973	4.546	+ 9,4	427,5
(-) Receita de construção de infraestrutura	(900)	(721)	+ 24,7	(178,4)
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	(189)	(220)	- 13,9	30,6
(=) Receita operacional líquida ajustada	3.885	3.605	+ 7,8	279,7
(-) Energia elétrica comprada para revenda	(1.573)	(1.446)	+ 8,8	(126,9)
(-) Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(605)	(540)	+ 12,0	(65,0)
(=) Margem bruta ajustada	1.706	1.618	+ 5,4	87,8
(=) % da receita operacional líquida ajustada e recorrente	21,9	22,4	- 2,2	(0,5)

(1) Valores consideram a soma das distribuidoras EMT, EMS, ETO e ESS)

No comparativo entre os trimestres, as variações da receita líquida e margem bruta são explicadas principalmente pelos seguintes fatores:

- No 1T26, a receita líquida consolidada das distribuidoras da Rede Energia apresentou crescimento de 9,4% em relação ao 1T25, totalizando R\$ 4.977 milhões, impulsionada principalmente pela distribuição de energia elétrica, que avançou R\$ 428 milhões (+9,4%). Desconsiderando receitas de construção e VNR, a receita líquida ajustada consolidada alcançou R\$ 3.888 milhões, com alta de 7,8% (+R\$ 281 milhões), refletindo a evolução do mercado atendido e a ampliação das atividades operacionais recorrentes.

EMT: A receita líquida alcançou R\$ 2.384 milhões no 1T26, alta de 16% anual. A receita líquida ajustada recorrente totalizou R\$ 1.736 milhões no trimestre, com aumentos de 11%, em linha com o previsto. Subvenções e descontos tarifários cresceram 40,5%, impulsionados por Fonte Incentivada, GD e Baixa Renda, enquanto a TUSD avançou 32,7%, refletindo o maior mercado livre.

EMS: No trimestre a receita líquida foi de R\$ 1.267 milhões, alta de 5% ano contra ano. A receita líquida ajustada recorrente (sem construção e VNR) alcançou R\$ 1.056 milhões no 1T26, crescimento de 8% anual e em linha com o orçamento.

ETO: A receita líquida somou R\$ 716 milhões no 1T26, alta de 13% anual e em linha com o orçamento. A receita líquida ajustada recorrente alcançou R\$ 543 milhões no trimestre, crescimento de 6%. Destacaram-se o avanço de 58,0% em subvenções e descontos tarifários (R\$ 29 milhões) e o crescimento de 50,7% da TUSD (R\$ 26 milhões), impulsionados pelo mercado livre.

ESS: No acumulado do 1T26, o lucro somou R\$ 7 milhões, queda de 0,8% frente ao período anterior.

Comentário do Desempenho

3.3 Custos e despesas operacionais

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais consolidados da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var. R\$
1 Custos e despesas não controláveis	2.179	1.987	+ 9,7	191,9
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	1.573	1.446	+ 8,8	126,9
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	605	540	+ 12,0	65,0
2 Custos e Despesas controláveis	640	564	+ 13,5	76,3
2.1 PMSO	523	465	+ 12,6	58,5
2.2 Provisões/Reversões	117	99	+ 18,0	17,8
2.2.1 Contingências	30	23	+ 31,5	7,3
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	87	76	+ 13,9	10,6
3 Demais receitas/despesas	324	282	+ 15,0	42,3
3.1 Amortização e depreciação	274	242	+ 13,5	32,7
3.2 Outras receitas/despesas	50	40	+ 23,9	9,6
Total custos e despesas operacionais (1+2+3)	3.143	2.832	+ 11,0	310,6
Custo de construção da infraestrutura	900	721	+ 24,7	178,4
Total custos e despesas operacionais (1+2+3, c/ custo de construção de infraestrutura)	4.042	3.553	+ 13,8	488,9

Abaixo apresentamos o PMSO por segmento:

PMSO por linha de negócio Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var R\$
➤ Distribuição de energia elétrica	524	465	+ 12,6	58,5
➤ Holdings e outros	10	10	+ 8,0	0,8
(=) Total	534	475	+ 12,5	59,3
Eliminações intercompany	(11)	(10)	+ 7,7	(0,8)
(=) Rede consolidada	523	465	+ 12,6	58,5

PMSO Consolidado Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var R\$
Pessoal e Benefício pós-emprego	248	213	+ 16,5	35,1
Material	43	41	+ 5,0	2,0
Serviços de terceiros	198	185	+ 6,9	12,7
Outras	35	26	+ 33,3	8,6
✓ Penalidades contratuais e regulatórias	0	0	- 28,1	(0,0)
✓ Outros	34	26	+ 33,6	8,7
Total PMSO Consolidado	523	465	+ 12,6	58,5

As principais variações nas despesas de PMSO estão detalhadas a seguir:

Pessoal, administradores e benefício pós-emprego

As despesas de pessoal totalizaram R\$ 248 milhões no 1T26, aumento de 16,5% em relação ao 1T25, impulsionado principalmente pelos reajustes e acordos coletivos (+R\$ 26,1 milhões), além do maior custo de rescisões (+R\$ 4,4 milhões) e do crescimento das despesas com horas extras (+R\$ 14,6 milhões), parcialmente compensados por desempenho 13,5% melhor que o previsto no orçamento.

Comentário do Desempenho

Material

As despesas com materiais somaram R\$ 43 milhões no 1T26 (+5,0%), impactadas principalmente por maiores gastos com manutenção de redes e equipamentos (+9,2%) e manutenção de frota (+8,6%). O desempenho ficou 1,8% pior que o orçamento, refletindo menor capitalização em ODI/ODS (-R\$ 1,9 milhão vs. orçado), parcialmente compensada pelo efeito positivo dos créditos de PIS/COFINS, mitigando a pressão operacional.

Serviços de terceiros

As despesas com serviços prestados por terceiros totalizaram R\$ 198 milhões no 1T26, aumento de 6,9% em relação ao 1T25, refletindo principalmente maiores gastos com manutenção corretiva e preventiva, parcialmente compensados por reduções em contratos de consultoria e melhor desempenho frente ao orçamento, ficando 7,1% abaixo do previsto.

Outras despesas

No 1T26, a linha de Outros aumentou 33,3% (+R\$ 8,7 milhões) em relação ao 1T25, totalizando R\$ 35 milhões, com destaque para a redução na receita de reembolso da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), que foi R\$ 15,3 milhões menor que o período anterior, impactando negativamente o resultado. Em contrapartida, as despesas com patrocínios e doações reduziram em R\$ 9,1 milhões em relação ao 1T25, contribuindo para mitigar parcialmente esse efeito

3.4 Mercado de energia

Mercado cativo faturado por classe de consumo + TUSD (consolidado)

Descrição Valores em GWh	Trimestre		
	1T26	1T25	Var. %
Residencial	2.654	2.527	+ 5,0
Comercial	623	678	- 8,1
Industrial	118	156	- 24,4
Rural	500	507	- 1,5
Outros	516	553	- 6,7
1 Mercado Cativo	4.411	4.422	- 0,2
Residencial	-	-	-
Comercial	496	422	+ 17,5
Industrial	1.450	1.369	+ 5,9
Rural	131	96	+ 35,9
Outros	123	85	+ 45,4
2 Mercado (TUSD)	2.200	1.972	+ 11,5
Residencial	2.654	2.527	+ 5,0
Comercial	1.118	1.099	+ 1,7
Industrial	1.568	1.526	+ 2,8
Rural	631	604	+ 4,5
Outros	639	638	+ 0,2
3 Mercado (1+2)	6.610	6.394	+ 3,4
3.1 Compensada GD II/III	648	373	+ 73,5
3.2 Mercado - Compensada GD II/III (3-3.1)	5.963	6.021	- 1,0
4 Fornecimento Não Faturado	(66)	(77)	- 15,0
5 Mercado + Fornecimento Não Faturado (3+4)	6.545	6.316	+ 3,6
5.1 Mercado - Compensada GD II/III + fornecimento não faturado (3.2+4)	5.897	5.943	- 0,8

Informações adicionais estão disponíveis no Boletim de Mercado ([clique aqui](#)) ou no site de Relações com Investidores: <https://ri.energisa.com.br/>

Comentário do Desempenho

3.5 Perdas de energia elétrica (“perdas”)

A seguir são apresentados os indicadores de perdas de energia elétrica das distribuidoras da Rede Energia:

Perdas de energia (% últimos 12 meses)

Distribuidoras % Energia injetada (12 meses)	Perdas técnicas (%)			Perdas não-técnicas (%)			Perdas totais (%)			ANEEL
	mar/25	dez/25	mar/26	mar/25	dez/25	mar/26	mar/25	dez/25	mar/26	
EMT ^(*)	8,82	8,78	8,68	5,41	5,14	5,28	14,23	13,92	13,95	12,67
EMS ^(*)	7,62	7,51	7,49	3,81	4,57	4,39	11,43	12,08	11,88	13,47
ETO	9,54	8,10	7,80	0,59	1,55	1,92	10,13	9,65	9,72	13,21
ESS	6,13	6,10	6,09	0,14	0,55	0,40	6,27	6,65	6,49	7,14
Rede Energia Consolidada	8,12	7,92	7,84	3,50	3,76	3,81	11,62	11,68	11,65	11,88

Notas:

(1) Para cálculo dos percentuais apresentados acima, foram considerados os valores de energia não faturada. O Mercado Livre A1 foi considerado no cálculo da Perda Total Realizada e Regulatória.

(2) O resultado dos trimestres anteriores está passível de ajustes após resultado divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia CCEE.

(*) As distribuidoras EMT e EMS tiveram seus reajustes tarifários em 2025 e seus limites regulatórios passaram a ser apurados com base na nova metodologia que considera o mercado medido no resultado de set/25. Os resultados de set/24 e jun/25, no entanto, não foram ajustados e mantêm a metodologia antiga, baseada no mercado faturado .

Entre as quatro distribuidoras do Grupo Rede, observou-se redução gradual das perdas totais, refletindo ações de eficiência e combate a fraudes.

- EMT: encerrou o 1T26 com perdas totais de 13,95%, permanecendo acima do limite regulatório de 12,67%, com leve aumento de 0,03 p.p. em relação ao 4T25 (13,92%). O desempenho reflete redução das perdas técnicas, parcialmente compensada pelo avanço das perdas não técnicas no período.
- EMS: registrou perdas totais de 11,88%, abaixo do limite regulatório de 13,47%, mantendo-se confortável frente ao parâmetro da ANEEL, apesar de leve redução no trimestre (-0,20 p.p. em relação ao 4T25). O limite regulatório segue refletindo a revisão metodológica da ANEEL, que passou a considerar o mercado medido.
- ETO: manteve trajetória favorável, com perdas totais de 9,72% no 1T26, permanecendo 3,49 p.p. abaixo do limite regulatório de 13,21%. Houve pequena elevação em relação ao 4T25 (+0,07 p.p.), explicada principalmente pelo aumento das perdas não técnicas.
- ESS: fechou o trimestre com perdas totais de 6,49%, abaixo do limite regulatório de 7,14%, apresentando melhora de 0,16 p.p. frente ao 4T25, com estabilidade das perdas técnicas e redução das perdas não técnicas.

O conjunto das distribuidoras demonstra avanço na eficiência operacional e controle das perdas de energia.

Comentário do Desempenho

REDE ENERGIA

3.6 Gestão da inadimplência

3.6.1 Taxa de inadimplência

A seguir são apresentadas as taxas de inadimplência:

PPECLD (% do fornecimento faturado)	Em 12 meses (%)		
	mar/26	mar/25	Variação em p.p.
EMT	1,88%	1,96%	- 0,09
EMS	1,55%	1,32%	+ 0,24
ETO	0,62%	0,53%	+ 0,09
ESS	0,30%	0,30%	+ 0,00
Rede Energia Consolidado	1,37%	1,36%	+ 0,02

3.6.2 Taxa de arrecadação

A seguir são apresentadas as taxas de arrecadação por distribuidora:

Taxa de Arrecadação	12 meses (%)		
	mar/26	mar/25	Variação em p.p.
EMT	96,50	96,30	+ 0,21
EMS	97,19	97,13	+ 0,06
ETO	98,03	97,93	+ 0,10
ESS	98,78	98,86	- 0,08
Rede Energia Consolidada	97,52	97,42	0,10

3.7 Indicadores de qualidade dos serviços – DEC e FEC

Todas as distribuidoras listadas se mantiveram dentro dos limites regulatórios estabelecidos pela Aneel, demonstrando eficiência operacional e foco na qualidade do serviço prestado.

A tabela a seguir apresenta os resultados do período:

Distribuidoras Janela móvel 12 meses	DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
	mar/26	mar/25	Var.(%)	mar/26	mar/25	Var.(%)		
EMT	14,21	15,2	- 6,5	6,29	6,46	- 2,6	16,52 ●	10,7 ●
EMS	9,05	9,1	- 0,5	4,22	4,35	- 3,0	9,53 ●	6,07 ●
ETO	14,48	15,16	- 4,5	5,48	5,55	- 1,3	16,44 ●	9,92 ●
ESS	5,39	5,12	+ 5,3	3,19	2,87	+ 11,1	6,31 ●	5,06 ●

Os dados apresentados são obtidos a partir das bases de dados da ANEEL e são passíveis de alterações solicitadas pelo regulador

Em 03 de novembro de 2022, visando a melhoria da Continuidade do Fornecimento de Energia Elétrica no segmento de distribuição, a ANEEL, através do ofício 44/2022, estabeleceu o alcance do percentual mínimo de 80% dos conjuntos dentro dos limites regulatórios do DEC e do FEC no horizonte de 2023 a 2026.

Para o atingimento da meta de 80% referida acima até o ano de 2026, estabeleceu-se metas anuais para cada concessionária, considerando um aumento gradativo do percentual mínimo de conjuntos dentro dos limites regulatórios. Todas as distribuidoras do Grupo Energisa já cumprem a meta para o FEC em 2025 e as distribuidoras EMT, EMS e ESS estão em rota para cumprir o indicador DEC para o período e as demais distribuidoras já cumprem a meta de DEC.

Comentário do Desempenho

3.8 Revisões e reajustes tarifários

Os efeitos para os consumidores decorrentes dos últimos processos de reajuste e revisão tarifária de cada distribuidora foram os seguintes:

Distribuidoras	Efeito para o Consumidor (%)			Início da Vigência	Atualização Monetária – eventos de reajustes	Processo Revisional
	Baixa Tensão	Alta e Média Tensão	Médio			
EMT	+5,27	+10,42	+6,86	23/04/2026	IGP-M	Reajuste Anual
EMS	+11,98	+12,39	+12,11	23/04/2026	IGP-M	Reajuste Anual
ESS	+19,15	+18,80	+19,05	12/07/2025	IPCA	Reajuste Anual
ETO	+12,55	+13,25	+12,68	04/07/2025	IPCA	Revisão

3.9 Resultado financeiro

A seguir, a composição do resultado financeiro consolidado da Companhia:

Resultado financeiro R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var. R\$
Receitas financeiras	199	199	-	-
Receita de aplicações financeiras	100	91	+ 10,3	9,4
Outras receitas financeiras	98	108	- 8,7	(9,4)
Despesas financeiras	(727)	(568)	+ 28,0	(158,8)
Encargos de dívidas - Juros	(433)	(320)	+ 35,4	(113,1)
Encargos de dívidas - Variação monetária/cambial	(48)	110	-	(158,1)
Instrumentos financeiros derivativos (Swap)	(164)	(302)	- 45,8	138,0
Marcação a mercado da dívida	0	0	-	-
Outras despesas financeiras	(82)	(56)	+ 45,8	(25,7)
Resultado financeiro	(528)	(369)	+ 43,0	(158,8)

3.10 Estrutura de capital

3.10.1 Operações financeiras

As contratações de financiamento da Rede Energia totalizaram R\$ 2.304 milhões no 1T26, com custo médio de 97,65% do CDI.

Abaixo as captações por companhia e tipo de emissão no acumulado de 2026:

Companhia	Tipo de emissão	Montante total (R\$ milhões)	Custo Médio (a.a.)	Vencimento (anos)
EMT e ETO	Debêntures Incentivadas	2.160,00	97,63%	10, 15 e 20
EMS	FINEM	144,00	97,95%	em até 16
Total		2.304,00	97,65%	-

Comentário do Desempenho

3.10.2 Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais reflete a gestão financeira da Companhia e a composição dos seus recursos no período. Esses saldos incluem os créditos setoriais, com destaque para CDE, CCC e CVA, cuja evolução está associada aos mecanismos regulatórios vigentes.

Na mesma data, a dívida líquida ajustada pelos créditos setoriais e o indicador de alavancagem (dívida líquida/EBITDA ajustado) refletem a estrutura de capital da Companhia, considerando o endividamento, a geração de caixa operacional e os créditos setoriais reconhecidos.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

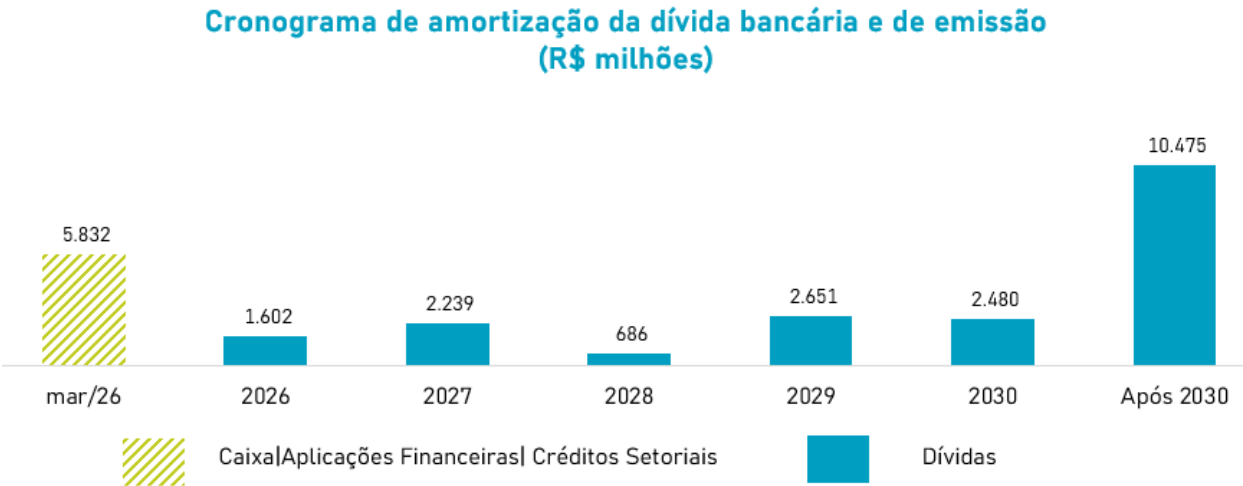
Dívida Líquida Valores em R\$ milhões	Controladora			Consolidado		
	31/03/2026	31/12/2025	30/09/2025	31/03/2026	31/12/2025	30/09/2025
Circulante	3	2	1	1.822	2.131	2.322
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	673	1.031	1.126
Debêntures	2	1	1	908	866	856
Encargos de dívidas	1	0	0	65	71	71
Parcelamento de impostos e benefícios pós-emprego	-	-	-	7	7	11
Instrumentos financeiros derivativos líquidos:	-	-	-	169	155	258
(-) Ativo: instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(79)	(79)	(17)
(+) Passivo: instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	248	234	275
Não circulante	462	447	432	19.426	17.066	16.171
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	346	335	323	5.050	5.031	4.822
Debêntures	116	112	109	13.771	12.122	11.406
Parcelamento de impostos e benefícios pós-emprego	-	-	-	50	48	69
Instrumentos financeiros derivativos líquidos:	-	-	-	555	(134)	(126)
(-) Ativo: instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(165)	(326)	(337)
(+) Passivo: instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	721	192	211
Total das dívidas	465	449	433	21.248	19.197	18.493
(-) Disponibilidades financeiras:	162	140	38	4.340	2.899	3.263
Caixa e equivalentes de caixa	0	0	0	188	353	257
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	162	140	38	4.152	2.546	3.006
Total das dívidas líquidas	303	308	395	16.908	16.298	15.230
(-) Créditos CDE	-	-	-	756	753	699
(-) Créditos CCC	-	-	-	66	67	67
(-) Créditos CVA ⁽¹⁾	-	-	-	669	203	232
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	303	308	395	15.416	15.276	14.232
Dívida líquida / EBITDA ajustado covenants 12 meses ⁽²⁾				3,1	3,1	3,0

(1) Esses créditos se referem aos ativos e passivos financeiros setoriais. | (2) EBITDA ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

Comentário do Desempenho

3.10.3 Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures consolidados, na data-base de referência, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:



3.11 Investimentos

Os investimentos realizados, por distribuidora, foram os seguintes:

Investimentos Valores em R\$ milhões	Ativo Elétrico			Ativo Não Elétrico			Ativos Próprios Total			Obrigações Especiais (*)			Investimento Total		
	1T26	1T25	Var. %	1T26	1T25	Var. %	1T26	1T25	Var. %	1T26	1T25	Var. %	1T26	1T25	Var. %
EMT	518,7	333,9	+ 55,4	14,2	10,6	+ 34,2	532,9	344,4	+ 54,7	30,6	7,4	+ 313,4	563,6	351,8	+ 60,2
EMS	147,2	166,4	- 11,5	6,9	3,2	+ 118,6	154,1	169,5	- 9,1	14,2	7,3	+ 95,2	168,3	176,8	- 4,8
ETO	186,2	123,3	+ 51,0	2,9	2,3	+ 30,4	189,2	125,6	+ 50,6	(0,9)	3,8	-	188,2	129,4	+ 45,5
ESS	48,4	91,3	- 46,9	2,2	2,1	+ 5,8	50,7	93,4	- 45,7	11,4	10,7	+ 6,9	62,1	104,0	- 40,3
Consolidado	900,6	714,8	+ 26,0	26,3	18,1	+ 45,1	926,9	732,9	+ 26,5	55,3	29,2	+ 89,6	982,2	762,1	+ 28,9

(*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

3.12 Mercado de Capitais

Negociadas na B3, as ações ordinárias REDE3, encerraram o trimestre cotadas a R\$ 6,23/ação.

	2026	2025	Variação
Indicadores de mercado			
Enterprise value (EV - R\$ milhões) ⁽¹⁾	28.563	26.817	+ 6,51%
Valor de mercado no final do exercício (R\$ milhões)	13.147	14.118	- 6,88%
Volume médio diário negociado UDM - ON (R\$ mil)	14	13	+ 4,23%
Cotação das ações			
REDE3 (ON) no fechamento no final do exercício (R\$/ação)	6,23	6,69	- 6,88%
Indicadores relativos			
Dividendos pagos por ON - UDM	0,47	0,83	- 43,79%
Lucro líquido por ON - UDM	0,71	0,88	- 19,24%
Retorno total ao acionista detentor de ON (TSR) - UDM	0,09%	13,75%	- 13,66 p.p.
Valor de mercado / patrimônio líquido (vezes)	1,96	2,27	- 13,61%

(1) EV = Valor de mercado (R\$/ação x quantidade de ações) + dívida líquida consolidada.
UDM = Últimos 12 meses.

Comentário do Desempenho

3.13 EBITDA

A seguir, os valores do EBITDA do período por linha de negócio antes da combinação de negócios:

EBITDA por linha de negócio Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var. R\$
➤ Distribuição de energia elétrica	1.200	1.232	- 2,6	(31,6)
➤ Holdings e outros	9	5	+ 88,6	4,1
Combinação de negócios	-	-	-	0,0
(=) EBITDA	1.209	1.236	- 2,2	(27,5)
Margem EBITDA (%)	24,3	27,2	- 2,89p.p.	(2,9)

⁽¹⁾ EBITDA com adição de receitas de acréscimos moratórios.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25 ⁽¹⁾	Var. %	Var. R\$
(=) EBITDA	1.209	1.236	- 2,2	(27,5)
Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	(189)	(220)	- 13,9	30,6
(=) EBITDA ajustado recorrente	1.020	1.017	+ 0,3	3,0

3.14 Lucro líquido do período

A seguir, os valores do lucro líquido do período por linha de negócio antes da combinação de negócios:

Lucro líquido do período por linha de negócio Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var R\$
➤ Distribuição de energia elétrica ⁽¹⁾	355	547	- 35,1	(192,0)
➤ Holdings e outros	(8)	(22)	- 66,0	14,7
Combinação de negócios	(22)	(22)	- 0,0	0,0
(=) Lucro líquido do período	325	502	- 35,3	(177,3)
Margem lucro líquido (%)	6,5	11,0	- 40,9	(4,5)

⁽¹⁾ Considera EMT, EMS, ETO e ESS

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25 ⁽¹⁾	Var. %	Var. R\$
(=) Lucro líquido do período	325	502	- 35,3	(177,3)
Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	(149)	(172)	- 13,8	23,8
(=) Lucro líquido ajustado recorrente	176	330	- 46,5	(153,5)

Comentário do Desempenho



4. EVENTOS SUBSEQUENTES

4.1 Bandeira tarifária

A ANEEL definiu para as controladas distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde a ser aplicada para os meses de janeiro, fevereiro e março de 2026, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

4.2 Reajuste Tarifário

- ⁽¹⁾ A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.581 em 22 de abril de 2026, aprovou o reajuste tarifário da controlada EMT, em vigor a partir de 23 de abril de 2026, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores um aumento de 6,86%.
- ⁽²⁾ A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.582 em 22 de abril de 2026, aprovou o reajuste tarifário da controlada EMS, em vigor a partir de 23 de abril de 2026, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores um aumento de 12,11%.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

Rede Energia Participações S/A Notas explicativas às informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) para o período findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Rede Energia Participações S/A (Rede Energia” ou “Companhia), com sede em Cataguases, estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto cujo objeto social principal é a participação no capital de outras empresas.

Atividades:

Distribuição de energia elétrica

A Rede Energia, através de suas controladas diretas, possui o direito de explorar concessões de distribuição de energia elétrica, sendo seus principais contratos:

Controladas	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento
Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia (EMT)	Cuiabá (MT)	11/12/1997	10/12/2027
Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S/A (EMS)	Campo Grande (MS)	04/12/1997	04/12/2027
Energisa Sul Sudeste – Distribuidora de Energia S/A (ESS)	Presidente Prudente (SP)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Tocantins – Distribuidora de Energia S/A (ETO)	Palmas (TO)	01/01/2020	31/12/2049

As distribuidoras controladas ESS, EMT e EMS são sociedades anônimas de capital aberto, enquanto a controlada ETO é uma empresa de capital fechado. Especificamente, a controlada EMT, por ser da categoria A da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, possui suas ações negociadas na bolsa de valores – B3.

O objetivo principal destas distribuidoras é operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição, em suas áreas de atuação. As informações referentes a reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual – infraestrutura em construção e receita de construção da infraestrutura estão apresentadas nas notas explicativas nº 8, 9, 13, 15 e 27, respectivamente.

Serviços

A sua controlada Multi Energisa Serviços S/A (Multi Energisa), tem como natureza a prestação de serviços de construção, operação, manutenção e serviços correlatos à geração e distribuição de energia elétrica, teleatendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica.

Comercialização de energia elétrica

A controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia (CTCE) operou na comercialização de energia elétrica até 27 de novembro de 2012, quando teve sua autorização revogada através da Resolução Autorizativa nº 3.759, de 20 de novembro de 2012, expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Notas Explicativas

Recuperação judicial de controladas:

Em 26 de novembro de 2012 a Rede Energia Participações S/A (REDE) ajuizou pedido de Recuperação Judicial (RJ). Na mesma data, também foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia Técnica de Comercialização de Energia (CTCE), da QMRA Participações S/A (QMRA), da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (EEVP) – incorporada posteriormente pela Denerge em 22 de novembro de 2019, e da Denerge Desenvolvimento Energético S/A (Denerge). O plano de recuperação foi devidamente cumprido, possibilitando o encerramento e o seu respectivo arquivamento.

Os saldos remanescentes das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial estão registrados nas controladas, nas rubricas empréstimos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar e estão líquidos do Ajuste a Valor Presente (AVP). Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado e econômico-financeira no cenário da transação. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data de aquisição das controladas.

Descrição	Rede Energia	CTCE	Total
Saldos em 31/12/2024	393.447	117.566	511.013
(+) Atualização	11.424	3.930	14.945
Ajuste a valor presente	48.204	15.601	64.214
(-) Pagamentos	(4.456)	(961)	(5.417)
Saldos em 31/12/2025	448.619	136.136	584.755
(+) Atualização	2.822	870	3.692
Ajuste a valor presente	13.417	4.462	17.880
Saldos em 31/03/2026	464.858	141.468	606.327

1.1. Incorporação da controlada Rede Power

Em 19 de dezembro de 2025, através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) dos acionistas da Companhia aprovaram a incorporação da controlada Rede Power Holding de Energia S.A. (Rede Power). A incorporação poderá gerar consideráveis benefícios às Partes, de ordem administrativa, econômica e financeira, incluindo: (i) racionalização e simplificação da estrutura societária, e, conseqüentemente, consolidação e redução de gastos e despesas operacionais combinadas; (ii) união dos recursos empresariais e patrimônios, permitindo a melhor gestão de operações e de ativos e emprego dos recursos operacionais e financeiros; (iii) consolidação das participações acionárias detidas pelas Partes em outras sociedades operacionais; e (iv) maior integração operacional das Partes, que permitirá um melhor aproveitamento de sinergias já existentes e a novas formas de complementação entre as atividades sociais.

Por fim, para a concretização da operação, o patrimônio líquido da controlada foi avaliado na data base de 31 de outubro de 2025, com base no valor contábil, pelo montante de R\$450.085, conforme Laudo de Avaliação Contábil para Fins de Incorporação, emitidos por peritos avaliadores. O acervo líquido contábil avaliado está apresentado como segue:

	2025
Caixa e Equivalente de Caixa	132
Aplicação Financeiras no Mercado Aberto	37.333
Devedores Diversos	173
Tributos a Recuperar	5.364
Participações societárias permanentes	430.775
Tributos e Contribuições	(51)
Outras contas a pagar	(3.205)
Fornecedores	(361)
Imposto de renda diferido	(14.761)
Contribuição social diferido	(5.314)
Acervo líquido	450.085

Os saldos de valores a receber e a pagar entre empresas foram eliminados no processo de incorporação.

Notas Explicativas

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

2.1. Declaração de conformidade

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações trimestrais e o resumo das políticas contábeis materiais não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 3.1 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, portanto, devem ser lidas em conjunto.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações trimestrais da Companhia, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 11 de maio de 2026.

2.2. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2026

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de "uso próprio", entre outras definições. A Companhia irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, ainda não vigentes

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) - Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: aprimorar a apresentação das demonstrações financeiras, exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela administração e introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ela não é elegível para a aplicação do IFRS 19. As aplicações em suas subsidiárias serão avaliadas pela Administração.

Notas Explicativas

3. Informações intermediárias consolidadas

As informações trimestrais consolidadas compreendem a companhia Rede Energia e suas controladas em 31 de março de 2026. O controle é obtido quando a Rede Energia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com as investidas e possuir a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação as investidas.

Especificamente, a Rede Energia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando a Rede Energia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a mesma deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o período são incluídos nas informações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Rede Energia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas informações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia e suas controladas. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

As informações financeiras consolidadas incluem as informações da Rede Energia e das controladas:

	Ramo de atividade	% de participação	
		31/03/2026	31/12/2025
<u>Controladas diretas</u>			
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	Distribuição de energia	76,67	76,67
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	Distribuição de energia	57,68	97,51
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A	Distribuição de energia	64,01	99,93
Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A	Distribuição de energia	99,25	99,25

Notas Explicativas

	Ramo de atividade	% de participação	
		31/03/2026	31/12/2025
Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A	Comercializadora Energia	99,98	99,98
QMRA Participações S/A	Holding	100,00	100,00
Multi Energisa Serviços S/A	Serviços	99,90	99,90
Controlada indireta			
Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S/A	Distribuição de energia	35,92	35,92

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas;
- (b) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das companhias consolidadas; e
- (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as companhias.

4. Informações por segmento consolidado

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras unidades da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

Resumem-se a seguir as operações por segmento:

a) Informações sobre segmentos

	31/03/2026				
	Distribuição de energia elétrica	Comercialização	Holding e Serviços	Operações inter-segmentos	Total
Receitas operacional líquida	4.973.274	-	19.049	(15.312)	4.977.011
Custos e despesas operacionais	(3.773.013)	(134)	(10.282)	15.312	(3.768.117)
Depreciações e amortizações	(239.967)	-	(646)	(33.677)	(274.290)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	960.294	(134)	8.121	(33.677)	934.604
Receitas Financeiras	192.990	75	5.612	(19)	198.658
Despesas Financeiras	(704.782)	(5.615)	(16.483)	19	(726.861)
Resultado financeiro	(511.792)	(5.540)	(10.871)	-	(528.203)
Resultado de participações societárias	-	-	310.004	(310.004)	-
Imposto de renda e contribuição societárias	(93.698)	1.062	(195)	11.450	(81.381)
Lucro líquido do período	354.804	(4.612)	307.059	(332.231)	325.020

Notas Explicativas

	31/03/2025				
	Distribuição de energia elétrica	Comercialização	Holding e Serviços	Operações inter-segmentos	Total
Receitas operacional líquida	4.545.819	-	17.057	(14.541)	4.548.335
Custos e despesas operacionais	(3.313.967)	(2.882)	(9.597)	14.541	(3.311.905)
Depreciações e amortizações	(207.356)	-	(555)	(33.684)	(241.595)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	1.024.496	(2.882)	6.905	(33.684)	994.835
Receitas Financeiras	196.488	74	2.085	(16)	198.631
Despesas Financeiras	(538.978)	(4.816)	(24.286)	16	(568.064)
Resultado financeiro	(342.490)	(4.742)	(22.201)	-	(369.433)
Resultado de participações societárias	-	-	441.216	(441.216)	-
Imposto de renda e contribuição societárias	(135.213)	888	(194)	11.454	(123.065)
Lucro líquido do período	546.793	(6.736)	425.726	(463.446)	502.337

	Distribuição de energia elétrica	Comercialização	Serviços e outros	31/03/2026	31/12/2025
Ativos dos segmentos	35.284.685	3.943	410.753	35.699.381	32.933.217
Ativo circulante	10.095.976	42	373.259	10.469.277	8.465.565
Ativo não circulante	25.188.709	3.901	37.494	25.230.104	24.467.652
Passivos dos segmentos	27.642.255	263.473	1.345.953	29.251.681	26.547.945
Passivo circulante	5.381.361	2.425	276.455	5.660.241	5.422.402
Passivo não circulante	22.260.894	261.048	1.069.498	23.591.440	21.125.543

b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

	31/03/2026	31/03/2025
Receita		
Receita líquida total de segmentos	4.992.323	4.562.876
Eliminação de receitas intersegmentos	(15.312)	(14.541)
Receita líquida consolidada	4.977.011	4.548.335
Custos e despesas operacionais		
Custos e despesas operacionais	(3.783.429)	(3.326.446)
Eliminação de receitas intersegmentos	15.312	14.541
Custos e despesas operacionais consolidada	(3.768.117)	(3.311.905)
Amortização e depreciação total de segmentos	(240.613)	(207.911)
Resultado intersegmentos	(33.677)	(33.684)
Amortização e depreciação consolidada	(274.290)	(241.595)
Receita financeira		
Receita financeira total de segmentos	198.677	198.647
Eliminação de receitas intersegmentos	(19)	(16)
Receita financeira consolidada	198.658	198.631
Despesa financeira		
Despesa financeira total de segmentos	(726.880)	(568.080)
Eliminação de despesa intersegmentos	19	16
Despesa financeira consolidada	(726.861)	(568.064)
Lucros		
Totais de lucros dos segmentos	406.401	625.402
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	406.401	625.402

Notas Explicativas

	31/03/2026	31/03/2025
Impostos		
Imposto de renda e contribuição societárias	(81.381)	(123.065)
Impostos sobre Lucro	(81.381)	(123.065)
Lucro	325.020	502.337
Lucro líquido do período	325.020	502.337

	31/03/2026	31/12/2025
Ativo		
Ativo total dos segmentos	35.699.381	32.933.217
Outros valores não alocados	(190.296)	(33.483)
Total Ativo consolidado	35.509.085	32.899.734
Passivo		
Passivo total dos segmentos	29.251.681	26.547.945
Outros valores não alocados	(449.826)	(288.580)
Total passivo consolidado	28.801.855	26.259.365

5. Caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Caixa e depósitos bancários à vista	161	210	187.871	352.971
Total – circulante ⁽¹⁾	161	210	187.871	352.971

⁽¹⁾ As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

5.2. Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Recursos vinculados	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	9.692	9.760
Fundos de Investimento	38	37	8.329	31.865
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽¹⁾				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	167	88	4.204	1.526
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	60	74	1.515	1.291
Compromissadas	11.143	10.526	280.119	183.259
Fundo Multimercado	12.204	15.487	306.525	269.296
Fundo de Renda Fixa	98.570	74.173	2.475.888	1.289.832
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	16.944	17.171	426.020	299.021
Letra financeira (LF)	19.809	16.434	497.531	285.756
Nota de Crédito	188	199	4.715	3.468
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	2.637	2.650	66.249	46.084
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	-	3.159	-	54.922
Fundo de investimento em direitos creditórios ⁽²⁾		-	71.365	70.011
Total ⁽³⁾	161.760	139.998	4.152.152	2.546.091
Circulante	161.760	139.998	4.080.787	2.476.080
Não circulante	-	-	71.365	70.011

⁽¹⁾ Fundo de investimentos exclusivos são estruturados com o objetivo de maximizar a rentabilidade com o menor nível de risco.

Notas Explicativas

(2) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – refere-se ao FIDC Energisa Centro Oeste com vencimento em 01/10/2034.

(3) Inclui na controladora R\$38 (R\$37 em 31 de dezembro de 2025) e no consolidado, R\$83.954 (R\$82.618 em 31 de dezembro de 2025) referente a recursos vinculados.

A rentabilidade média ponderada da carteira consolidada em 31 de março de 2026 equivale a 96,4% (100,3% em 31 de dezembro de 2025) do CDI na controladora e 96,1% (98,6% em 31 de dezembro de 2025) do CDI no consolidado.

6. Clientes, consumidores e concessionárias – consolidado

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD ⁽³⁾	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		31/03/2026	31/12/2025
Valores correntes:									
Residencial	393.474	-	340.376	63.999	3.368	19.298	(100.714)	719.801	743.306
Industrial	112.258	-	16.343	2.347	4.780	28.004	(28.165)	135.567	139.422
Comercial	159.147	-	52.622	10.219	3.615	25.276	(29.642)	221.237	221.948
Rural	115.984	-	42.132	17.039	24.285	14.362	(15.317)	198.485	214.787
Poder público	82.129	-	9.096	165	187	890	(978)	91.489	94.962
Iluminação pública	38.194	-	1.214	3	-	2.093	(2.097)	39.407	43.541
Serviço público	32.517	-	9.228	5.911	6.240	47.479	(47.550)	53.825	53.371
Fornecimento não faturado	759.030	-	-	-	-	-	(6.318)	752.712	807.325
(-) Arrecadação em processo de classificação	(1.684)	-	-	-	-	-	-	(1.684)	(456)
Valores renegociados:									
Residencial	31.271	124.086	24.153	12.595	16.428	126.850	(213.411)	121.972	121.914
Industrial	4.450	21.970	2.132	746	2.574	17.353	(24.652)	24.573	24.527
Comercial	26.389	131.035	10.810	2.861	3.941	40.529	(69.836)	145.729	147.523
Rural	7.783	29.477	4.162	2.208	3.018	9.148	(28.503)	27.293	29.665
Poder público ⁽¹⁾	2.218	75.015	384	3	-	207	(222)	77.605	86.349
Iluminação pública	382	6.256	49	-	-	31	(31)	6.687	6.785
Serviço público	435	14.253	51	-	-	3.250	(3.252)	14.737	16.383
(-) Ajuste a Valor Presente ⁽²⁾	(1.774)	(91.865)	-	-	-	-	-	(93.639)	(104.414)
Subtotal – consumidores	1.762.203	310.227	512.752	118.096	68.436	334.770	(570.688)	2.535.796	2.646.938
Suprimento de energia ⁽³⁾	125.940	-	-	-	-	19.073	-	145.013	125.214
Outros ⁽⁴⁾	37.830	-	-	-	-	183.617	(170.928)	50.519	46.312
Total	1.925.973	310.227	512.752	118.096	68.436	537.460	(741.616)	2.731.328	2.818.464
Circulante								2.508.057	2.598.179
Não circulante								223.271	220.285

(1) **Valores renegociados – poder público:** inclui R\$56.100 (R\$58.145 em 31 de dezembro de 2025), referente a renegociação realizada em 03 de agosto de 2016 na controlada EMT em que foi assinado com a Companhia de Saneamento da Capital (SANEAP) o Termo de Confissão, Assunção e Parcelamento de Dívidas referente a fornecimento de energia elétrica, líquido de juros, correção monetária e multas, que está sendo recebido em parcelas equivalentes a 50% do valor pago mensalmente pela Companhia de Saneamento para o Município de Cuiabá, iniciada em 31 de dezembro de 2016. Sobre o saldo devedor incide juros de 0,5% ao mês limitado ao valor da parcela da outorga até o final da concessão da SANEAP (abril/2042).

(2) **Ajuste a Valor Presente (AVP):** calculado para todos os contratos renegociados de dívida. Para o desconto a valor presente foi utilizado taxa de mercado.

(3) **Suprimento de energia – moeda nacional:** inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Composição dos créditos e débitos junto a CCEE	31/03/2026	31/12/2025
Créditos a vencer	125.940	106.141
Créditos vinculados a liminares (a)	19.073	19.073

Notas Explicativas

Subtotal créditos CCEE	145.013	125.214
(-) Aquisições de energia na CCEE	(273.605)	(261.808)
(-) Encargos de Serviços do Sistema - ESS	(12.978)	(3.526)
Total créditos (débitos) CCEE	(141.570)	(140.120)

(a) Créditos vinculados a liminares – os valores que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos a alterações dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. A Administração acompanha os pleitos realizados e é de seu entendimento que os valores serão integralmente recebidos quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, quer seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(4) **Outros:** inclui serviços taxados, ICMS originado de geração distribuída e outros valores a receber de consumidores, destaca-se entre eles:

ICMS Demanda – Controlada EMT: inclui R\$79.337 (R\$79.469 em 31 de dezembro de 2025) de ICMS incidente sobre a demanda de energia decorrentes de autuações do Estado sob o argumento de que a controlada cumpriu de forma equivocada as decisões que eximiu alguns clientes de recolher o ICMS. Em 23 de setembro de 2021 a controlada firmou o Termo de Acordo Extrajudicial -TAE com o Estado, resultando no pagamento, a vista, do débito integral com a adesão ao REFIS. A controlada ingressou com medidas administrativas e judiciais para a recuperação dos valores pagos, para regresso contra os consumidores que efetivamente se beneficiaram das decisões judiciais pelo não recolhimento do ICMS. A Administração da controlada tem constituído provisão de perdas esperadas do mesmo montante R\$79.337 (R\$79.469 em 31 de dezembro de 2025), em face de que a realização do ativo se dará por eventos futuros incertos não totalmente sob controle da controlada.

ICMS Geração Distribuída – Controlada EMT: inclui parcela do ICMS incidente sobre os encargos de conexão ou uso do sistema de distribuição e da tarifa de energia dos consumidores com geração distribuída (GD) que não estão abarcados pela isenção concedida pelo Estado do Mato Grosso no valor de R\$73.406 (R\$73.471 em 31 de dezembro de 2025), que já se encontra integralmente provisionado em perdas estimadas.

(5) **Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPCELD):** a provisão foi constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração.

Segue as variações das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

	31/03/2026	31/12/2025
Saldo em 31/12/2025 e 31/12/2024	776.409	717.176
Provisões liquidas constituídas no período (*)	86.421	315.371
Baixa de contas de energia elétrica – incobráveis	(57.467)	(256.138)
Saldo em 31/03/2026 e 31/12/2025	805.363	776.409
Alocação:		
Clientes, consumidores e concessionárias	741.616	714.874
Títulos de créditos a receber	54.799	54.801
Outros créditos	8.948	6.734
	805.363	776.409

(*) Inclui provisão constituída no montante de R\$133 (R\$57.102 em 31 de dezembro de 2025) na controlada EMT referente a ICMS geração distribuída (GD) contabilizados em outros resultados.

Notas Explicativas

7. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	-	-	411.838	395.456
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ	14.895	15.216	773.765	727.623
Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL	543	540	269.335	265.818
Contribuições ao PIS e à COFINS	5	5	105.013	119.591
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo PIS e COFINS ⁽¹⁾	-	-	613.483	681.569
Outros	650	1.288	38.824	40.313
Total	16.093	17.049	2.212.258	2.230.370
Circulante	3.760	10.171	1.021.425	1.023.500
Não circulante	12.333	6.878	1.190.833	1.206.870

⁽¹⁾ Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS; a composição do saldo segue conforme tabela abaixo:

	31/03/2026	31/12/2025
Ações judiciais com trânsito em julgado:		
ETO	70.864	70.203
EMT	383.084	403.100
ESS	131.452	153.242
EMS	28.083	55.024
Subtotal	613.483	681.569

Em 13 de maio de 2021 o STF finalizou o julgamento e decidiu em plenário pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE nº 574706, além de consolidar o entendimento de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo é o destacado nos documentos fiscais, o que proporcionou o reconhecimento contábil de créditos de R\$1.934.859 em 2021. Em novembro de 2025 na empresa ESS, foi efetuada uma baixa em relação ao saldo inicial R\$54.530 (R\$29.314 de valor principal e R\$25.216 de SELIC), em decorrência do trânsito em julgado da empresa EVP (incorporada da ESS), processo nº 5002300-62.2017.4.03.6100, passando a ser considerado o valor total de R\$1.905.545 oriundos de ações judiciais transitadas em julgado de suas controladas. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, resultando ao longo dos períodos/exercícios o valor acumulado de R\$1.050.655 (R\$1.037.793 em 31 de dezembro de 2025), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado.

As controladas ETO, EMT, EMS, ESS, ingressaram com pedido de compensação junto a Receita Federal do Brasil – RFB que deferiu o pedido de habilitação dos referidos créditos de PIS/Pasep e COFINS, que se encontram em processo de recuperação dos saldos a receber com os valores dos débitos a recolher, iniciadas em maio de 2021 o que ocorrerá dentro do prazo estabelecido em lei. As compensações realizadas foram de R\$2.342.717 (R\$2.261.769 em 31 de dezembro de 2025).

8. Reajuste, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios – consolidado

Conforme contrato de concessão, a receita das concessionárias de distribuidora de energia é dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital).

Como mecanismos de atualização da tarifa a ser aplicada aos consumidores tem-se o Reajuste Tarifário Anual (RTA) e a Revisão Tarifária Periódica (RTP), ambos previstos no contrato de concessão.

A Concessionária também pode solicitar uma Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Notas Explicativas

8.1. Reajustes Tarifários Anual

O Reajuste Tarifário Anual (RTA) tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas e estão em vigor, conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
EMS	Resolução 3.441, de 08 de abril de 2025	1,33%	08/04/2025
EMT	Resolução 3.440, de 01 de abril de 2025	1,79%	08/04/2025
ESS	Resolução 3.480, de 01 de julho de 2025	19,05%	12/07/2025

8.2. Revisões Tarifárias Periódicas

As Revisões Tarifárias Periódicas (RTP) das controladas ETO, EMT, EMS e ESS ocorrem a cada cinco anos. Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado das concessionárias, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Neste momento, a ANEEL também calcula toda a Parcela B, isto é, a parte da Receita para cobrir os custos operacionais e investimentos da distribuidora.

Em 1º de julho de 2025, através da Resolução Homologatória nº 3.479, aprovou a revisão tarifária da ETO, e entrou em vigor a partir de 04 de julho de 2025. O efeito referente a remuneração do ativo financeiro indenizável foi reconhecido em outras receitas operacionais. Os ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados e classificados a valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, ao final do processo de revisão tarifária, ocorre a convergência com o valor efetivamente homologado pela Aneel, conforme abaixo:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
ETO	Resolução 3.479, de 01 de julho de 2025	12,68%	04/07/2025

8.3. Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional –SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia – TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

- Bandeira Tarifária Verde;
- Bandeira Tarifária Amarela;
- Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo:

Bandeira	Anterior R\$/kWh REH nº 3.051/ 2022	Atual R\$/kWh REH nº 3.306/ 2024 ⁽¹⁾
Verde	-	-
Amarela	2,99	1,89
Vermelha 1	6,50	4,46
Vermelha 2	9,80	7,88

⁽¹⁾ A ANEEL aprovou, em 5 de março de 2024, por meio da Resolução Homologatória nº 3.306, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de abril de 2024.

Notas Explicativas

As bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	31/03/2025	31/03/2026
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde

8.4. Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação

O Brasil vivenciou nos últimos anos uma situação de sobrecontratação de energia generalizada, iniciada em 2016, que afetou grande parte das distribuidoras do país. Esse cenário foi influenciado tanto pelas incertezas no crescimento da demanda, decorrentes de fatores econômicos, quanto pelo aumento das migrações de consumidores cativos para o mercado livre e pela expansão da geração distribuída. Adiciona-se a esses fatores um modelo centralizado de contratação de energia, em que a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo e com pouca flexibilidade.

Nesse contexto, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação segue em discussão entre a ANEEL e as Distribuidoras. Os montantes involuntários, necessários para a apuração, foram divulgados pela ANEEL até 2018, por meio do Despacho nº 4.395, de 10 de novembro de 2023.

Dessa forma, os resultados conhecidos já foram homologados nos recentes eventos tarifários, enquanto os demais exercícios (2019-2025) estão contabilizados considerando as melhores estimativas, dada a metodologia vigente.

Foram contabilizados no período findo em 31 de março de 2026 o valor líquido R\$549 (R\$432 em 31 de março de 2026) de atualização financeira negativa.

Empresas	31/12/2025		Atualização Monetária	31/03/2026
	Valores homologados (2018)	Valores não homologados (2019 a 2025)		
EMT	867	(62.287)	(2.127)	(64.414)
EMS	11.260	50.131	1.712	51.843
ESS	-	(3.921)	(134)	(4.055)
Total	12.127	(16.077)	(549)	(16.626)

8.5. Prorrogação das concessões

Em junho de 2024, foi publicado pela Presidência da República, o Decreto 12.068/2024, possibilitando a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica cujo término dos contratos se dará entre os anos de 2025 e 2031. Tal decreto define as principais diretrizes para os novos contratos de concessão, objetivando a modernização das redes de distribuição e o melhor atendimento à sociedade. Em outubro de 2024, a ANEEL abriu consulta pública visando obter subsídios para o aprimoramento da minuta de termo aditivo ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica. Em 27 de fevereiro de 2025, foi publicada a decisão da ANEEL aprovando a minuta do termo aditivo.

As controladas EMT e EMS protocolaram em 28 de março de 2025 os pedidos de antecipação da prorrogação das suas respectivas concessões pelo prazo de 30 anos, em conformidade com o disposto no Decreto nº 12.068/2024. Estes pedidos estão sendo analisados pela ANEEL e se encontram na seguinte situação:

Empresas	Vencimento atual	Novo vencimento	Data aprovação da Aneel	Data da Assinatura MME
EMT	11/12/2027	11/12/2057	09/12/2025	08/05/2026
EMS	04/12/2027	04/12/2057	17/06/2025	08/05/2026

De acordo com a decisão da ANEEL, as empresas cumpriram os critérios relativos à eficiência da continuidade do fornecimento e da gestão econômico-financeira e comprovaram a regularidade fiscal, trabalhista e setorial e

Notas Explicativas

de qualificações jurídica, econômico-financeira e técnica, atendendo dessa forma as condicionantes estabelecidas no Decreto nº 12.068, de 20 de junho de 2024.

Em 2 de abril de 2026, o Ministério de Minas e Energia (MME) aprovou a prorrogação da concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica da EMT e EMS, conforme despacho publicado no Diário Oficial da União na mesma data.

9. Ativos e passivos financeiros setoriais – consolidado

	31/03/2026			31/12/2025		
	Valores em amortização	Valores em constituição	Total	Valores em amortização	Valores em constituição	Total
Ativos financeiros setoriais						
Circulante	4.817	1.177.734	1.182.551	9.125	689.147	698.272
Não circulante	-	60.238	60.238	-	295.129	295.129
	4.817	1.237.972	1.242.789	9.125	984.276	993.401
Passivos financeiros setoriais						
Circulante	51.349	26.513	77.862	232.150	106.263	338.413
Não circulante	-	495.453	495.453	-	452.424	452.424
	51.349	521.966	573.315	232.150	558.687	790.837
Saldo líquido dos ativos e passivos	(46.532)	716.006	669.474	(223.025)	425.589	202.564

Ativos e Passivos financeiros setoriais	Saldos em 31/12/2025	Receita operacional		Remuneração ^(*)	Recebimentos/pagamentos		Saldos em 31/03/2026
		Adição	Amortização		Bandeiras Tarifárias ⁽¹⁾	Outros ^(3.1)	
Itens da Parcela A							
Energia elétrica comprada para revenda	710.020	124.599	(38.053)	(2.967)	(52.691)	-	740.908
Transporte de energia elétrica - Rede básica	128.634	37.859	(19.780)	462	-	-	147.175
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	10.120	(12.807)	(5.580)	(520)	-	-	(8.787)
Encargo de serviços de sistema ESS	(62.233)	12.341	(10.287)	63	-	-	(60.116)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	423.418	146.934	4.862	3.368	-	-	578.582
Transporte de energia elétrica - Itaipu	7.860	6.607	1.697	42	-	-	16.206
Bandeiras Tarifárias CCRBT ⁽¹⁾	(91.899)	91.852	-	-	-	-	(47)
Componentes financeiros							
Neutralidade da Parcela A	(2.390)	(29.695)	(3.371)	(1.263)	-	-	(36.719)
Sobrecontratação de energia	115.192	127.322	(42.621)	(1.605)	(22.266)	-	176.022
Devoluções Tarifárias ⁽²⁾	(482.206)	(39.401)	9.185	(15.736)	-	-	(528.158)
CUSD	340	61	(229)	(6)	-	-	166
Exposição de submercados	34.436	961	(1.605)	14	-	-	33.806
Garantias financeiras	3.552	636	(1.005)	75	-	-	3.258
Saldo a compensar	8.944	2.351	4.925	558	-	-	16.778
Outros itens financeiros ⁽³⁾	(601.224)	(88.909)	278.355	(8.710)	-	10.888	(409.600)
Saldo líquido dos ativos e passivos	202.564	380.711	176.493	(26.225)	(74.957)	10.888	669.474

Notas Explicativas

Ativos e Passivos financeiros setoriais	Saldos em 31/12/2024	Receita operacional		Remuneração ^(*)	Crédito PIS/COFINS	Recebimentos/pagamentos		Saldos em 31/12/2025
		Adição	Amortização			Bandeiras Tarifárias ⁽¹⁾	Outros ^(3.1)	
Itens da Parcela A								
Energia elétrica comprada para revenda	53.982	662.250	2.130	43.127	-	(51.469)	-	710.020
Transporte de energia elétrica - Rede básica	143.567	99.167	(122.538)	8.438	-	-	-	128.634
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	(3.691)	23.526	(10.673)	958	-	-	-	10.120
Encargo de serviços de sistema ESS	92.214	(58.310)	(68.407)	(6.504)	-	(21.226)	-	(62.233)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(49.945)	430.098	11.818	31.447	-	-	-	423.418
Transporte de energia elétrica - Itaipu	6.144	7.018	(5.505)	203	-	-	-	7.860
Bandeiras Tarifárias CCRBT ⁽¹⁾	(94.684)	2.785	-	-	-	-	-	(91.899)
Componentes financeiros								
Neutralidade da Parcela A	(140.134)	39.636	96.887	1.221	-	-	-	(2.390)
Sobrecontratação de energia	235.409	215.521	(140.194)	9.811	-	(205.355)	-	115.192
Devoluções Tarifárias ⁽²⁾	(308.373)	(164.125)	37.189	(46.897)	-	-	-	(482.206)
CUSD	592	1.969	(2.220)	(1)	-	-	-	340
Exposição de submercados	(2.749)	35.902	(2.241)	3.524	-	-	-	34.436
Garantias financeiras	4.647	2.424	(3.783)	264	-	-	-	3.552
Saldo a compensar	(6.508)	3.358	10.971	1.123	-	-	-	8.944
Outros itens financeiros ⁽³⁾	(385.861)	(868.287)	1.055.818	(45.265)	(435.236)	-	77.607	(601.224)
Saldo líquido dos ativos e passivos	(455.390)	432.932	859.252	1.449	(435.236)	(278.050)	77.607	202.564

(1) **Bandeiras Tarifárias – CCRBT:** desde janeiro de 2015, o Sistema de Bandeiras Tarifárias foi implementado nas contas de energia para equilibrar os custos de curto prazo na geração de energia. A ANEEL sinaliza mensalmente o acionamento das bandeiras por despacho, e os recursos arrecadados podem ser revertidos total ou parcialmente à CCRBT, conforme despachos mensais da ANEEL.

Os valores recebidos ou repassados pelas controladas referentes às Bandeiras Tarifárias no período findo em 31 de março de 2026, Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, estão apresentados a seguir:

Empresas	31/03/2026		31/12/2025	
	Recebido	Repassado	Recebido	Repassado
EMT	50.532	-	176.566	-
EMS	28.188	-	73.253	-
ESS	710	(4.792)	19.549	(1.449)
ETO	1.030	(711)	11.357	(1.226)
Total	80.460	(5.503)	280.725	(2.675)

(2) **Devoluções tarifárias:** referem-se a receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas mensalmente e atualizadas com aplicação da variação da SELIC. Para as distribuidoras que já assinaram o novo termo aditivo do Contrato de Concessão, estes valores serão reconhecidos e amortizados no próximo processo tarifário da distribuidora (ETO e ESS). Para as empresas que ainda regem as regras anteriores do Contrato de Concessão, estes valores são acumulados durante o Ciclo de Revisão Tarifária (EMS e EMT).

(3) **Outros itens financeiros:** considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, os principais itens que compõem o saldo, são como segue:

Créditos de PIS e COFINS: conforme Lei nº 14.385/2022 que disciplinou a devolução dos valores relacionados à retirada do ICMS da base do PIS/COFINS, a Aneel reconheceu nos processos tarifários os valores a serem revertidos aos consumidores, e estão sendo reconhecidos mensalmente 1/12 no resultado do período dentro do ciclo tarifário do valor homologado. A seguir apresentamos os valores reconhecidos nos processos tarifários de 2024 em cada controlada:

Controladas	Valor reconhecidos nos processos tarifários	
	31/12/2025	
EMT	273.636	

Notas Explicativas

EMS	88.369
ESS	73.231
Total	435.236

(3.1) Recebimentos/pagamentos

Repasse CDE – Modicidade Eletrobras: refere-se a valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias em função da Desestatização, nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021. Os valores aportados são vinculados ao repasse de Modicidade Tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, conforme Despacho ANEEL nº 1.239 de 23 de abril de 2024 a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica. Os valores aprovados pela Aneel das controladas estão apresentados a seguir:

Controladas	Valores Recebidos
	Despacho 1.536/2025
EMT	5.297
EMS	3.079
ESS	2.322
ETO	1.491
Total	12.189

Reversão Efeito Decreto nº10.665/2021 e DSP nº417/2022 – Reversão Bônus Itaipu: o Financeiro de Recomposição à conta de comercialização de Itaipu, refere-se a metade da reversão do diferimento negativo, considerado no processo tarifário de 2021, associado ao repasse realizado pela conta de comercialização de Itaipu conforme Decretos 10.665/2021. O cálculo deste financeiro, foi realizado conforme previsto na NT 247/2021. Tais valores foram reconhecidos nos processos tarifário das distribuidoras EMT e ESS. O valor pago pelos consumidores irá recompor a Conta de Comercialização de Itaipu estão apresentados a seguir:

Controladas	31/03/2026	31/12/2025	
	Valores pagos	Valores homologados	Valores pagos
EMT	-	-	71.650
ESS	10.890	43.551	18.146
Total	10.890	43.551	89.796

Notas Explicativas

10. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Subvenção créditos CCC:				
Sub-rogação do CCC ⁽¹⁾	-	-	53.893	55.717
Reembolso CCC (aquisição de energia para o sistema isolado) ⁽²⁾	-	-	4.550	4.039
Reembolso O&M	-	-	7.491	6.893
Subtotal	-	-	65.934	66.649
Subvenção Baixa Renda ⁽³⁾	-	-	66.997	71.293
Subvenção CDE – Desconto Tarifário ⁽⁴⁾	-	-	689.499	681.622
Bônus – Reembolso do Fundo CDE	-	-	1.681	1.681
Ordens de serviço em curso – PEE e P&D	-	-	191.877	184.623
Outras ordens em curso	-	-	27.559	25.042
Adiantamentos a empregados	-	-	12.405	10.526
Adiantamentos a fornecedores	-	-	7.953	8.209
Outros créditos a receber – CELPA ⁽⁵⁾	-	-	64.393	65.149
Créditos a receber de terceiros – alienação de bens e direitos ⁽⁶⁾	-	-	44.691	43.644
(-) Provisão para perdas ⁽⁶⁾	-	-	(8.748)	(6.534)
Despesas pagas antecipadamente ⁽⁷⁾	-	-	64.865	68.957
Depósito para reinvestimento – incentivos fiscais ⁽⁸⁾	-	-	126.272	99.900
Fundos patronais dos planos previdenciários ⁽⁹⁾	-	-	6.919	7.685
Outros	11.656	11.626	24.612	25.054
Total	11.656	11.626	1.386.909	1.353.500
Circulante	3.408	3.377	1.138.156	1.128.469
Não circulante	8.248	8.249	248.753	225.031

⁽¹⁾ **Sub-rogação CCC:** a controlada EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	Atualização	A receber	
						31/03/2026	31/12/2025
Sistema de Transmissão Paranorte	em serviço	6.697	4.915	4.840	1.196	1.271	1.439
Sistema de Transmissão Guariba	em serviço	110.006	57.795	27.160	21.987	52.622	54.278
Total		116.703	62.710	32.000	23.183	53.893	55.717
Circulante						7.072	7.770
Não Circulante						46.821	47.947

⁽²⁾ **Reembolso custo geração – Lei nº 12.111/2009:** os direitos de ressarcimento correspondentes aos custos de aquisição com energia nos Sistemas Isolados e Contratos Bilaterais, cujos valores são custeados pelo Fundo CDE-CCC, gerido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, que após aprovados são repassados às controladas e direcionados para liquidação dos valores correspondentes aos fornecedores envolvidos no processo. Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

	EMT
Saldo em 31/12/2024 – circulante	3.510
Provisão ^(*)	21.381
Recebimento	(20.852)
Saldo em 31/12/2025 – circulante	4.039
Provisão ^(*)	5.060
Recebimento	(4.549)
Saldo em 31/03/2026 – circulante	4.550

^(*) Inclui valores de atualização financeira devido a reprocessamento de saldos.

⁽³⁾ **Subvenção Baixa renda:** referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, que conforme Lei 15.235/2025 são famílias inscritas no CadÚnico com renda mensal per capita até ½ salário-mínimo e famílias indígenas e quilombolas que possuem desconto único de 100% no consumo menor igual a 80 kWh. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR – Reserva Global de Reversão e da CDE – Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Notas Explicativas

O saldo refere-se às provisões de fevereiro e março de 2026, com estimativas de recebimento para o próximo exercício, após revisão da ANEEL. Conforme dados históricos, a Administração não espera apurar perdas em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

Subvenção baixa renda	EMT	ETO	EMS	ESS	Total
Saldo em 31/12/2024 - circulante	14.969	10.564	15.830	5.045	46.408
Subvenção	106.416	86.501	110.341	39.930	343.188
Ressarcimentos	(99.296)	(78.502)	(104.055)	(36.450)	(318.303)
Saldo em 31/12/2025 - circulante	22.089	18.563	22.116	8.525	71.293
Subvenção	30.192	25.456	30.620	11.923	98.191
Ressarcimentos	(31.707)	(26.641)	(31.845)	(12.294)	(102.487)
Saldo em 31/03/2026 - circulante	20.574	17.378	20.891	8.154	66.997

⁽⁴⁾ **Subvenção CDE - Descontos tarifários:** referem-se às subvenções da CDE para custear os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como: Carga Fonte Incentivada; Geração Fonte Incentivada; Água, Esgoto e Saneamento; Rural; Irrigante/Aquicultor; e Sistema de Compensação de Energia Elétrica - SCEE. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do período - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

Subvenção baixa renda	EMT	ETO	EMS	ESS	Total
Saldo em 31/12/2024 - circulante	206.198	40.216	167.356	45.894	459.664
Subvenção	870.262	210.790	546.283	209.885	1.837.220
Ressarcimentos	(741.436)	(169.883)	(513.802)	(190.141)	(1.615.262)
Saldo em 31/12/2025 - circulante	335.024	81.123	199.837	65.638	681.622
Subvenção	228.600	53.193	170.326	61.215	513.334
Ressarcimentos	(225.423)	(56.584)	(162.387)	(61.063)	(505.457)
Saldo em 31/03/2026 - circulante	338.201	77.732	207.776	65.790	689.499

⁽⁵⁾ **Outros créditos a receber CELPA:** crédito que a Companhia e as controlada EMT, ETO, EMS e ESS tem a receber da Centrais Elétricas do Pará S/A - CELPA, oriundo de transações entre partes relacionadas, até a data de alienação para a empresa Equatorial Energia S/A realizado em 25 de setembro de 2012. O saldo a receber pelas controladas será atualizado mensalmente aplicando a taxa de juros capitalizados de 6% a.a. O recebimento do principal será realizado em amortizações semestrais nas seguintes condições: (i) de março de 2027 a setembro de 2030, amortização de 5% a.a., (ii) de março de 2031 a setembro de 2034, amortização de 10% a.a. e (iii) o saldo restante de 50% será realizado em setembro de 2034. Os juros estão sendo recebidos semestralmente desde setembro de 2019.

⁽⁶⁾ **Créditos a receber de terceiros: Créditos a receber de terceiros:** refere-se a créditos com terceiros referentes a uso mútuo de postes.

⁽⁷⁾ **Despesas pagas antecipadamente:** Inclui valores relacionados a prêmio de seguro e a cota do Proinfa - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica;

Notas Explicativas

- (8) **Depósito para reinvestimento – incentivos fiscais:** refere-se ao benefício de reinvestimento de 30% do Imposto de Renda, que as controladas distribuidoras de energia dispõem para reinvestir em seus próprios empreendimentos em operação na área de atuação da SUDAM, instalada nos setores da econômica considerados prioritários para o desenvolvimento regional.

Empresas	Órgão	Nº do Laudo Constitutivo	Vigência	Saldo em 31/12/2025	Atualização Juros	Depósito 31/03/2026	Saldo em 31/03/2026
EMT	SUDAM	0176/2023	01/01/2023 a 31/12/2032	85.989	2.934	13.846	102.769
ETO	SUDAM	0150/2023	01/01/2023 a 31/12/2032	13.911	474	9.118	23.503
TOTAL				99.900	3.408	22.964	126.272

- (9) **Fundos patronais dos planos previdenciários:** constituído por parcela das contribuições patronais não recebidas pelos participantes que optaram pelo resgate de saldo, em planos de previdência que possuem alguma restrição desse resgate das contribuições patronais. Compõem também em seu saldo recursos oriundos de processos de migração de Planos. O Fundo Patronal está sendo utilizado para compensação das contribuições da Patrocinadora.

11. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Denerge Desenvolvimento Energético S/A (57,53% no capital social), que por sua vez é controlada pela Nova Denerge S/A (100% do capital total).

Os saldos com partes relacionadas são apresentados a seguir:

Controladora:

	31/03/2026		31/12/2025	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Mútuos				
QMRA Participações S/A	622	-	602	-
Energisa Participações Minoritárias S/A	-	-	-	(9.689)
	622	-	602	(9.689)
Empréstimos, financiamentos, encargos da dívida e Debêntures ⁽¹⁾				
Energisa S/A	-	(325.995)	-	(314.824)
	-	(325.995)	-	(314.824)
Investimentos – Recursos destinados para futuro aumento de capital ⁽²⁾				
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	4.230	-	4.050	-
Total – não circulante	4.852	(325.995)	4.652	(324.513)

- (1) Credores “RJ” Opção C – referem-se a dívidas da Companhia adquiridas pela Energisa S/A, com as seguintes condições iniciais de pagamento: (i) o valor correspondente a 25% do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordado entre as partes a postergação pelo prazo de 10 anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% do montante total da dívida, entretanto ficou mantido o prazo de 22 anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% do montante total da Dívida com juros capitalizados de 0,5% ao ano, incidentes a partir da data de pagamento. No final de exercício de 2017 as partes repactuaram a dívida com aplicação de taxa de juros equivalentes ao CDI + 2% ao ano com amortizações semestrais vencidas nas datas de 26 de junho e dezembro de cada ano.

- (2) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados e estão registrados na rubrica investimentos.

Notas Explicativas

Condições dos contratos mútuos

Mútuos	Taxa Nominal	Vencimento
QMRA Participações S/A ⁽¹⁾	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	01/01/2027

⁽¹⁾ Os contratos de mútuos que possuem prazo de 24 meses, nos termos do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. O contrato de mútuo com partes relacionadas é remunerado pela taxa média de captação junto a terceiros, que no período foi em média CDI + 1,0640% (CDI + 1.1144% a.a. em 31 de dezembro de 2025).

Transações efetuadas durante o período pela Companhia, referente a atualização dos contratos:

Companhias	Receitas / (-) Despesas financeira
Mútuos	
QMRA Participações S/A	19
Energisa Participações Minoritárias S/A	(47)
Energisa S/A	(11.171)
Total em 31/03/2026	(11.199)
Total em 31/12/2025	(81.295)

Consolidado:

Companhias		Passivos						
		Rede Energia	CTCE	ETO ⁽¹⁾	EMT ⁽¹⁾	ESS ⁽¹⁾	EMS ⁽¹⁾	
								31/03/2026
								31/12/2025
Energisa S/A	Empréstimos e Debêntures	(325.995)	-	(895.772)	(501.448)	(375.991)	(539.649)	(2.638.855)
Energisa S/A	Mútuo	-	(7.316)	-	-	-	-	(7.316)
Energisa Participações Minoritárias S/A	Mútuo	-	-	-	-	-	-	-
		(325.995)	(7.316)	(895.772)	(501.448)	(375.991)	(539.649)	(2.646.171)
								(2.603.931)

⁽¹⁾ As controladas ETO, EMT, EMS e ESS emitiram Debêntures em moeda corrente com condições e vencimentos conforme nota explicativa nº 20. Em 31 de março de 2026 o valor atualizado é de R\$2.312.860 (R\$2.272.333 em 31 de dezembro de 2025), adquiridas pela Energisa S/A;

Notas Explicativas

Transações efetuadas durante o período pela Companhia e suas controladas:

Companhias		Despesas financeiras						31/03/2026	31/03/2025
		Rede Energia	CTCE	ETO	EMT	ESS	EMS		
Energisa S/A	Mútuo	-	(229)	-	-	-	-	(229)	(192)
Energisa S/A	Empréstimos e Debêntures - AVP	(11.171)	-	-	-	-	-	(11.171)	(9.592)
Energisa S/A	Debêntures	-	-	(28.789)	(31.697)	(14.372)	(24.686)	(99.544)	(71.990)
Energisa Participações Minoritárias S/A	Mútuo	(47)	-	-	-	-	-	(47)	(9.016)
		(11.218)	(229)	(28.789)	(31.697)	(14.372)	(24.686)	(110.991)	(90.790)

Empresas		Serviços Contratados/Prestados				
		Multi Energia ⁽¹⁾	ETO	EMT	ESS	EMS
Energisa S/A ⁽²⁾		(602)	(9.104)	(22.988)	(9.206)	(13.794)
Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A ⁽³⁾		-	-	-	(7.431)	-
Energisa Soluções S/A ⁽³⁾		-	(3.181)	(12.014)	(75)	(442)
Energisa Sul Sudeste – Distribuidora de Energia S/A		1.223	-	-	-	-
Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S/A		4.191	-	-	-	-
Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S/A ⁽⁵⁾		3.750	-	887	3.165	-
Energisa Tocantins – Distribuidora de Energia S/A ⁽⁵⁾		1.975	-	37	-	-
Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S/A		1.759	-	-	-	-
Energisa Minas Rio – Distribuidora de Energia S/A		776	-	-	-	-
Energisa Sergipe – Distribuidora de Energia S/A		801	-	-	-	-
Energisa Acre – Distribuidora de Energia S/A		952	-	-	-	-
Energisa Rondônia – Distribuidora de Energia S/A ⁽⁵⁾		1.901	-	(543)	-	-
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A ⁽⁴⁾		-	(41)	(171)	(65)	(98)
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A ⁽⁴⁾		-	(287)	(2.744)	(64)	(96)
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A ⁽⁴⁾		-	(34)	(145)	(55)	(83)
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A ⁽⁴⁾		-	(18)	(77)	(29)	(44)
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A ⁽⁴⁾		-	(809)	(278)	(106)	(158)
Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A ⁽⁴⁾		-	(1.121)	(3)	(1)	(2)
Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A ⁽⁴⁾		-	(6)	(23)	(9)	(13)
Energisa Paranaíba Transmissora de Energia S/A ⁽⁴⁾		-	(2)	(2.810)	(4)	(6)
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A ⁽⁴⁾		-	(121)	(511)	(194)	(291)
Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A ⁽⁴⁾		-	(35)	(145)	(55)	(83)
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A ⁽⁴⁾		-	(131)	(552)	(210)	(314)
Alsol Energias Renováveis S/A		2.542	-	-	-	-
Voltz Capital S/A ⁽⁶⁾		182	3	9	4	7
Companhia de Gás dos Espíritos Santo – ES GÁS		406	-	-	-	-
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.		138	-	-	-	-
31/03/2026		19.994	(14.887)	(42.071)	(14.335)	(15.417)
31/03/2025		18.077	(15.757)	(35.593)	(17.194)	(14.865)

⁽¹⁾ Refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL com vencimento em março/2027. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários;

Notas Explicativas

- (2) **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** - refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual;

Serviços de informática e licenciamento de softwares - contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado pelas controladas, em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$514.599, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contingência; (ii) Serviços de Segurança Cibernética e Compliance; (iii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de BI (Business Intelligence); (iv) Serviço de Implantação de Sistemas e Prestação de Serviços de Suporte em Sistemas Comerciais e Sistemas de BI (Business Intelligence); (v) Licenciamento e Manutenção Sistemas ERP; (vi) Serviço de Implantação de Sistemas e (vii) Prestação de Serviços de Suporte em SISTEMAS ERP. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado, com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022;

- (3) Referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários com vencimentos até 2026;

Refere-se a prestação de serviços de assistência técnica, suporte técnico e níveis de serviço relacionados ao Sistema SCADA para as unidades do Grupo Energisa. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho Aneel, nº 3.024, de 19 de outubro de 2022, com data de vigência a partir de 02/09/2022 e vencimento em 02/09/2027.

- (4) Refere-se ao custo de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto em contrato;
- (5) Refere-se ao contrato de disponibilização do sistema de distribuição (TUSD).
- (6) Serviços de arrecadação de valores relativos a Produtos/Serviços de Parceiros e Parcelas de Dívidas na fatura de energia elétrica.

Companhia	Compartilhamento ⁽¹⁾					
	ETO	EMT	ESS	EMS	31/03/2026	31/03/2025
Energisa S/A	(2.732)	(7.699)	(1.785)	(4.103)	(16.319)	(17.849)
Energisa Sul Sudeste Distribuidora de Energia S/A	(26)	65	-	289	328	55
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	(209)	-	(65)	1.083	809	1.090
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A	(503)	(1.083)	(289)	-	(1.875)	(2.172)
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	-	209	26	503	738	1.027
Energisa Paraíba Distribuidora de Energia S/A	(2.134)	(5.830)	(1.378)	(2.967)	(12.309)	(12.856)
Energisa Minas Rio Distribuidora de Energia S/A	(409)	(1.058)	(257)	(425)	(2.149)	(2.483)
Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S/A	(10)	104	10	303	407	175
Energisa Acre Distribuidora de Energia S/A	2	134	17	313	466	203
Energisa Rondônia Distribuidora de Energia S/A	12	298	40	656	1.006	708
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-	-	(406)
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	-	3	-	5	8	23
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A EGO	-	2	-	4	6	18
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	-	4	-	7	11	21
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	-	8	1	14	23	39
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A	1	11	1	19	32	17
Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A	-	1	-	1	2	-
Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A	-	1	-	2	3	-
Energisa Paranaíba Transmissora de Energia S/A	-	-	-	1	1	2
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A	1	14	1	24	40	2
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A	1	15	1	25	42	58
Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A	-	7	1	12	20	75
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	-	1	-	2	3	6
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	-	2	-	3	5	6
Companhia de Gás do Espírito Santo	-	1	-	2	3	24
TOTAL	(6.006)	(14.790)	(3.676)	(4.227)	(28.699)	(32.217)

Notas Explicativas

- (1) **Contrato de Compartilhamento:** em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado, com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022.

Remuneração dos administradores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Remuneração anual ⁽¹⁾	413	578	51.557	36.134
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	-	-	401	381
Remuneração da Diretoria	73	94	3.649	3.190
Outros Benefícios ⁽¹⁾	15	45	3.871	3.218

- (1) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuída aos dirigentes e conselheiros relativas ao mês de março de 2026 foram R\$9 e R\$6 (R\$6 e R\$6 em 31 de março de 2025) na controladora e R\$94 e R\$3 (R\$101 e R\$3 em 31 de março de 2025) no consolidado. A remuneração média mensal no período findo em 31 de março de 2026 foi de R\$8 (R\$6 em 31 de março de 2025) na controladora e R\$30 (R\$55 em 31 de março de 2025) no consolidado.

Programa de Remuneração Variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP)

As controladas ofereceram aos seus executivos um plano de (ILP). Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em *Units* da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social das controladas, na data de aprovação do Plano que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações *units*, de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018 e seu regulamento foi aprovado em 10 de maio de 2018.

Atualmente, as controladas possuem um total de três programas de concessão de ações *units* em andamento: (i) 6º Programa, que se divide em dois, sendo o primeiro de *Restricted Shares (Matching)*, iniciado em dezembro de 2023 e o segundo *Performance Shares*, este último iniciado em outubro de 2023, ambos com encerramento do *vesting* previsto para maio de 2026, (ii) o 7º Programa, que se divide em quatro, sendo três de *Restricted Shares (Matching, Extraordinário e Matching Líderes)* e o segundo *Performance Shares*, ambos iniciados em maio de 2024, ambos com encerramento do *vesting* previsto para maio de 2027 e (iii) 8º Programa, que se divide em cinco, sendo três de *Restricted Shares (Matching, Extraordinário e Matching Líderes)* e o segundo *Performance Shares*, ambos iniciados em maio de 2025, ambos com encerramento do *vesting* previsto para maio de 2028.

O 6º, 7º e 8º Programas de *Performance Shares* são associados as condições de performance *Total Shareholder Return (TSR) Relativo* e *Valorização do Preço da Ação (ENGI11)*, que ao final do período de *vesting*, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º, 7º e 8º Programas de *Restricted Shares* são associados ao cumprimento da aquisição de uma quantidade de *units* ENGI11 e, após o período de *vesting*, caso não tenha ocorrido nenhuma movimentação nas *units* por parte do participante, ele receberá a transferência do mesmo número de *units* compradas (1:1), ou seja, para 1 (uma) *unit* adquirida, o beneficiário receberá também 1 (uma) *unit*, adicionadas das *units* Extraordinárias para os beneficiários elegíveis.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

Notas Explicativas

	Consolidado									
	Programa Restricted Shares (Matching)			Programa Performance Shares			Programa Extraordinário		Programa Restricted Shares (Matching Líderes)	
	6ª Outorga	7ª Outorga	8ª Outorga	6ª Outorga	7ª Outorga	8ª Outorga	7ª Outorga	8ª Outorga	7ª Outorga	8ª Outorga
Método de Cálculo	Último pregão	Último pregão	Último pregão	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Último pregão	Último pregão	Último pregão	Último pregão
Total de opções de Ações (units) outorgadas	68.379	67.654	86.760	68.379	67.654	86.760	30.439	48.623	5.345	10.385
Opções de Ações (units) prescritas	3.823	N/A	N/A	3.649	N/A	N/A	N/A	N/A	1.323	N/A
Data da aprovação do Conselho de Administração	27/09/2023	08/05/2024	08/05/2025	27/09/2023	08/05/2024	08/05/2025	08/05/2024	08/05/2025	08/05/2024	08/05/2025
Data de início vesting	11/12/2023	18/05/2024	12/05/2025	30/10/2023	09/05/2024	12/05/2025	18/05/2024	12/05/2025	01/06/2024	12/05/2025
Prazo de carência	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco	N/A	N/A	N/A	0,1109	0,1097	0,1347	N/A	N/A	N/A	N/A
Projeção dos depósitos interfinanceiros – DI	N/A	N/A	N/A	DI1J2026	DI1J2027	DI1J2028	N/A	N/A	N/A	N/A
Volatilidade ⁽¹⁾	N/A	N/A	N/A	0,2803	0,2728	0,2673	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo na data da outorga	51,75	46,79	45,05	44,11	48,56	41,38	46,79	45,05	45,71	45,05
Movimentação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação

(1) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o *Total Shareholder Return* (TSR)) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Para os programas em operação não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de março de 2026.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, as controladas apuraram o valor justo das ações *units* restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “*pró rata temporis*”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações *units*.

No período findo em 31 de março de 2026, foram reconhecidos R\$2.141 (R\$1.582 em 31 de março de 2025) no consolidado decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado na rubrica de despesas gerais e administrativas – pessoal e administradores. O montante reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido acumula em 31 de março de 2026 o montante de R\$15.735 (R\$13.740 em 31 de dezembro de 2025).

Notas Explicativas

12. Créditos tributários, tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A Companhia e suas controladas possuem prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidos nas informações financeiras trimestrais no montante de R\$666.194 (R\$517.042 em 31 de dezembro de 2025) na controladora e R\$1.264.683 (R\$1.066.815 em 31 de dezembro de 2025) no consolidado em razão da ausência de expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização no horizonte de projeção considerado.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Ativo				
Prejuízos fiscais	-	-	144.108	145.449
Base negativa da contribuição social	-	-	51.879	52.361
Diferenças temporárias:				
Imposto de renda	-	-	508.034	326.824
Contribuição social	-	-	182.892	117.657
Total – ativo não circulante	-	-	886.913	642.291
Passivo				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de renda	(253.771)	(256.119)	(1.551.993)	(1.359.499)
Contribuição social	(91.357)	(92.203)	(558.718)	(489.420)
Total – passivo não circulante	(345.128)	(348.322)	(2.110.711)	(1.848.919)
Total líquido – passivo não circulante	(345.128)	(348.322)	(1.223.798)	(1.206.628)

A natureza dos tributos diferidos são como segue:

	Controladora			
	31/03/2026		31/12/2025	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Ajuste a valor presente (AVP)	(882.827)	(300.161)	(892.219)	(303.355)
Por Deságio sobre investimento	(132.256)	(44.967)	(132.256)	(44.967)
Total – passivo não circulante	(1.015.083)	(345.128)	(1.024.475)	(348.322)
	Consolidado			
	31/03/2026		31/12/2025	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	576.430	195.986	581.794	197.810
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa – PPECLD	811.396	275.875	782.444	266.031
Marcação a mercado – derivativos	723.990	246.157	20.768	7.061
Outras provisões (honorários advocatícios e outras)	290.316	98.707	310.241	105.482
Provisão para contingências judiciais e administrativas	119.416	40.601	107.011	36.384
Provisão para ajustes atuariais	67.324	22.890	65.302	22.203
Créditos fiscais – ágio	18.840	6.406	21.531	7.321
Outras diferenças temporárias	855	291	(1.598)	(541)
Parcela do VNR – ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações ⁽¹⁾	(3.163.956)	(1.075.745)	(2.987.200)	(1.015.648)
Ajuste a valor presente (dívidas) ⁽²⁾	(1.638.858)	(557.212)	(1.645.955)	(559.625)
Marcação a mercado – dívida	(701.238)	(238.421)	(73.881)	(25.119)

Notas Explicativas

Intangível – mais-valia	(329.619)	(112.070)	(363.440)	(123.570)
Resultado auferido na combinação de negócios	(188.937)	(64.239)	(188.937)	(64.239)
Provisão para IRPJ e CSLL sobre encargos capitalizados	(133.091)	(45.251)	(124.429)	(42.306)
Amortização Intangível – Renovação de Concessão	(34.770)	(11.822)	(32.555)	(11.069)
Encargos sobre reservas de reavaliação	(17.502)	(5.951)	(20.008)	(6.803)
Total	(3.599.404)	(1.223.798)	(3.548.912)	(1.206.629)
Total – Ativo Não Circulante	2.608.567	886.913	1.889.091	642.291
Total – Passivo Não Circulante	(6.207.971)	(2.110.711)	(5.438.003)	(1.848.920)

(1) **Parcela do VNR** – ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações: refere-se ao Imposto de renda e contribuição social incidentes sobre a parcela do ativo financeiro indenizável da concessão – VNR das controladas EMT, EMS, ETO e ESS.

(2) **Ajustes a valor presente:** refere-se basicamente ao ajuste a valor presente, registrado pela Companhia e pela sua controlada CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos – opções A e B.

A realização projetada dos ativos fiscais diferidos está demonstrada e seguir:

Exercício	Consolidado
2026	11.194
2027	53.333
2028	48.265
2029	42.934
2030	34.835
2031 a 2033	149.978
Após 2033	546.374
Total	886.913

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a movimentação dos créditos tributários, estão demonstrados a seguir:

	Controladora	
	31/03/2026	31/03/2025
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	297.832	366.888
Alíquota fiscal combinada nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas fiscais nominais	(101.263)	(124.742)
Ajustes:		
Resultado de equivalência patrimonial	105.401	132.895
Créditos tributários não constituídos no período	(1.245)	(5.455)
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	-	-
Outros ajustes	7	(5)
Imposto de renda e contribuição social	2.900	2.693
Alíquota efetiva	0,97%	0,73%

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	406.401	625.402
Alíquota fiscal combinada nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas fiscais nominais	(138.176)	(212.636)
Ajustes:		
Incentivo fiscal – Redução 75% IRPJ e adicionais (SUDAM) ⁽¹⁾	23.412	86.676
Incentivo fiscal – Depósito para Reinvestimento (SUDAM) ⁽¹⁾	15.296	-
Incentivo fiscal – Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica ⁽²⁾	1.912	1.942
Incentivo fiscal – Outros ⁽³⁾	6.104	7.733
Créditos tributários constituídos no período	-	(1.525)
Créditos tributários não constituídos no período	(2.107)	(5.624)

Notas Explicativas

Juros Selic sobre recuperação de indêbitos tributários ⁽⁴⁾	3.046	-
Créditos referentes a indêbitos tributários	6.232	1.571
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(540)	(1.018)
Outros ajustes	3.440	(184)
Imposto de renda e contribuição social	(81.381)	(123.065)
Alíquota efetiva	20,02%	19,68%

(1) As controladas EMT e ETO, obtiveram o direito à redução de 75%, reconhecidos pela RFB, conforme Atos Declaratórios Executivos – ADE’s nºs 024207110 e 024246195, publicados respectivamente, em 11 de março de 2024 e 12 de abril de 2024, estando as duas controladas plenamente habilitadas à utilização do benefício, até o ano de 2032.

Depósitos para reinvestimento: Trata-se da parcela de 30% do Imposto de Renda, para ser reinvestidos em seus projetos instalados na área de atuação da SUDAM, para o desenvolvimento regional.

A seguir, demonstra-se a vigências dos laudos construtivos, bem como os incentivos reconhecidos pelas controladas:

Controlada	Órgão	Nº do Laudo Constitutivo	Vigência	Redução 75%	Depósitos p/Reinvestimento (30%)	31/03/2026	31/03/2025
EMT	SUDAM	0176/2023	01/01/2023 A 31/12/2032	5.152	9.221	14.373	66.903
ETO	SUDAM	0150/2023	01/01/2023 A 31/12/2032	18.260	6.075	24.335	19.773
Totais				23.412	15.296	38.708	86.676

(2) Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005.

(3) Referem-se. Basicamente, a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia e controladas, como: PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Acréscimo Moratório, Doações/Patrocínios Culturais, Lei nº 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei nº 11.438/2006. Em 2025 inclui os efeitos do incentivo fiscal do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), cuja dedução em dobro está prevista no art. 1º da Lei nº 6.321/1976, observado o limite de 4% do IRPJ devido, conforme art. 6º, I, da Lei nº 9.532/1997, em consonância com os entendimentos consolidados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional nos Pareceres SEI nº 268/2023/MF e nº 1.506/2024/MF.

(4) **Reconhecimento do crédito de IRPJ e da CSLL sobre juros Selic sobre indêbitos tributários:** a Companhia, até o ano-calendário de 2023, optou pelo não reconhecimento do crédito fiscal (Ativo) de IRPJ e da CSLL incidente sobre os juros de mora (Selic) recuperados em face de indêbitos tributários - caracterizados como “indenizatórios”, por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021.

Porém, a partir do ano-calendário de 2024, a Companhia reavaliou sua posição conjuntamente com os seus assessores jurídicos tributários, tendo em vista a publicação da Solução de Consulta COSIT nº 308/2023, na qual a própria Receita Federal do Brasil – RFB entendeu o direito das concessionárias/permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica reconhecerem o crédito fiscal.

Assim, com esse cenário positivo exteriorizado pelas Autoridades Fiscais, a Companhia optou por reconhecer, o montante do crédito de IRPJ e da CSLL advindos juros de mora (Selic) incidentes sobre indêbitos tributários caracterizados como “indenizatórios”, por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021.

Pat em dobro/Custo de Debêntures/Benefício pós-emprego (unificado):

Inclui créditos tributários de exercícios anteriores utilizados pela Companhia no período, bem como os efeitos do incentivo fiscal do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), com dedução em dobro prevista no art. 1º da Lei nº 6.321/1976, observado o limite de 4% do IRPJ devido, conforme art. 6º, I, da Lei nº 9.532/1997, bem como à adequação do tratamento fiscal dos custos de emissão de debêntures, nos termos do art. 38-B do Decreto-Lei nº 1.598/1977. Inclui, ainda, efeitos relacionados aos benefícios pós-emprego, cujas provisões atuariais não são dedutíveis até sua realização financeira, gerando diferenças temporárias e respectivos impostos diferidos, sendo as contribuições efetivamente pagas, inclusive para equacionamento de déficit atuarial, quando formalizado por contrato de confissão de dívida, dedutíveis para fins de IRPJ e CSLL, observado o limite de 20% da folha, nos termos do art. 11 da Lei nº 9.532/1997.

13. Ativo financeiro indenizável da concessão – consolidado

Os contratos de distribuição de energia elétrica das controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão

Notas Explicativas

classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e nos contratos de concessão assinados pelas controladas e ANEEL.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão foi registrada em receitas operacionais no resultado do período como receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$189.086 (R\$219.650 em 31 de março de 2025).

Seguem as movimentações ocorridas no período:

Empresas	Saldos em 31/12/2025	Adições ⁽¹⁾	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Saldos em 31/03/2026
EMT	8.236.715	497.876	(18.628)	123.997	8.839.960
ETO	213.376	22.244	(45)	3.097	238.672
EMS	3.971.256	113.164	(6.885)	57.703	4.135.238
ESS	428.066	6.399	(134)	4.289	438.620
Total - não circulante	12.849.413	639.683	(25.692)	189.086	13.652.490

Empresas	Saldos em 31/12/2024	Adições ⁽¹⁾	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Saldos em 31/12/2025
EMT	6.851.531	1.129.726	(52.443)	307.901	8.236.715
ETO	174.761	48.659	(338)	(9.706)	213.376
EMS	3.274.065	584.217	(31.707)	144.681	3.971.256
ESS	291.687	123.955	(299)	12.723	428.066
Total - não circulante	10.592.044	1.886.557	(84.787)	455.599	12.849.413

⁽¹⁾ Adições: referem-se à transferência originadas do ativo contratual – infraestrutura em construção.

⁽²⁾ Os ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados e classificados a valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária, reduzido pelo percentual de glosas históricas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

14. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Participação em controladas	7.199.591	7.068.136	-	-
Outros	103	103	7.341	7.518
Total	7.199.694	7.068.239	7.341	7.518

Notas Explicativas

Participação em controladas:

31/03/2026									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição								308.296	7.171.044
ETO	76,67	500	534.832	5.359.073	3.793.012	1.566.061	89.425	68.564	1.200.718
EMT	97,51	213.493	1.680.454	17.014.886	13.011.805	4.003.081	132.716	129.413	3.903.460
EMS	99,93	647	616.733	8.473.968	7.148.537	1.325.431	103.721	103.654	1.324.569
ESS	99,26	96	534.717	3.618.838	2.870.980	747.858	6.715	6.665	742.297
Comercialização								(4.613)	-
CTCE ⁽¹⁾	100	625	2.965	3.943	263.474	(259.531)	(4.613)	(4.613)	-
Prestação de Serviços								6.258	25.877
MULTI	99,9	1	8.620	36.538	10.635	25.903	6.264	6.258	25.877
Holdings e demais Companhias								63	2.670
QMRA	100	4.371	2.194	3.357	687	2.670	63	63	2.670
Total								310.004	7.199.591

31/12/2025									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição								1.144.079	7.023.612
ETO	76,67	500	534.832	4.594.811	3.118.697	1.476.114	431.597	330.910	1.131.754
EMT	97,51	213.493	1.680.454	15.553.606	11.517.216	4.036.390	829.241	456.666	3.935.940
EMS	99,93	647	616.733	8.253.554	7.032.283	1.221.271	359.860	217.429	1.220.477
ESS	99,26	96	534.717	3.695.892	2.954.942	740.950	140.114	139.074	735.441
Comercialização								(19.448)	-
CTCE ⁽¹⁾	100	625	2.965	3.914	259.011	(255.097)	(19.450)	(19.448)	-
Prestação de Serviços								19.589	41.917
MULTI	99,90	1	8.620	57.189	15.230	41.959	19.609	19.589	41.917
Holdings e demais Companhias								144.928	2.607
QMRA	100	4.371	2.194	3.271	664	2.607	232	232	2.607
REDE POWER	-	-	-	-	-	-	144.709	144.696	-
Total								1.289.148	7.068.136

⁽¹⁾ A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de sua controlada CTCE no montante de R\$259.531 (R\$255.097 em 31 de dezembro de 2025) registrado em provisões para perdas em participação societária no passivo não circulante.

Movimentação dos investimentos:

Controlada	Saldo em 31/12/2025	Subscrição/aquisição e AFAC	Ganho/(Perda) aquisição de ações ⁽¹⁾	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/03/2026
Distribuição	7.023.612	-	1.989	(162.721)	(132)	308.296	7.171.044
ETO	1.131.754	-	400	-	-	68.564	1.200.718
EMT	3.935.940	-	828	(162.721)	-	129.413	3.903.460
EMS	1.220.477	-	438	-	-	103.654	1.324.569
ESS	735.441	-	323	-	(132)	6.665	742.297
Comercialização	-	180	-	-	-	(4.613)	-
CTCE	-	180	-	-	-	(4.613)	-
Prestação de Serviços	41.917	-	6	(22.304)	-	6.258	25.877
MULTI	41.917	-	6	(22.304)	-	6.258	25.877

Notas Explicativas

Holdings e demais companhias	2.607	-	-	-	-	63	2.670
QMRA	2.607	-	-	-	-	63	2.670
Total	7.068.136	180	1.995	(185.025)	(132)	310.004	7.199.591

- (1) Transação entre sócios apurada no investimento junto as controladas, reflexas de perda no montante de R\$1.995 referente a implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) das controladas.

Controlada	Saldos em 31/12/2024	Subscrição/aquisição e AFAC	Ganho/(Perda) aquisição de ações (1)	Transferência	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldos em 31/12/2025
Distribuição	5.025.471	-	3.330	2.075.893	(1.242.306)	17.145	1.144.079	7.023.612
ETO	1.023.376	-	817	-	(224.897)	1.548	330.910	1.131.754
EMT	2.541.343	-	1.265	1.627.262	(693.991)	3.395	456.666	3.935.940
EMS	836.276	-	653	448.631	(290.468)	7.956	217.429	1.220.477
ESS	624.476	-	595	-	(32.950)	4.246	139.074	735.441
Comercialização	-	4.000	(53)	-	-	-	(19.448)	-
CTCE	-	4.000	(53)	-	-	-	(19.448)	-
Prestação de Serviços	30.619	-	16	-	(8.076)	(231)	19.589	41.917
MULTI	30.619	-	16	-	(8.076)	(231)	19.589	41.917
Holdings e demais companhias	481.558	-	171	(446.162)	(177.888)	-	144.928	2.607
QMRA	2.520	-	-	-	(145)	-	232	2.607
REDE POWER	479.038	-	171	(446.162)	(177.743)	-	144.696	-
Total	5.537.648	4.000	3.464	1.629.731	(1.428.270)	16.914	1.289.148	7.068.136

- (2) Transação entre sócios apurada no investimento junto as controladas, reflexas de perda no montante de R\$3.464 referente a: (i) R\$53 ganho em recebimento de dividendos da controlada Rede Power; (ii) R\$53 refere-se perda com a controlada CTCE por mudança de percentual de participação, (iii) R\$66 refere-se perda com a controlada EMT por mudança de percentual de participação e (IV) ganhos por equivalência no valor de R\$3.530 referente a implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) das controladas.

15. Ativo contratual – infraestrutura em construção – consolidado

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldos em 31/12/2025	Adições	Transferências			Saldos em 31/03/2026
			Intangível – contrato de concessão (1)	Ativo financeiro indenizável da concessão (2)	Outros (1)	
Ativo contratual – infraestrutura em construção						
Em construção	2.445.266	1.063.416	(269.352)	(668.716)	(2.629)	2.567.985
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Em construção	364.532	55.376	(31.614)	(29.033)	-	359.261
Total do ativo contratual – infraestrutura em construção	2.080.734	1.008.040	(237.738)	(639.683)	(2.629)	2.208.724

Notas Explicativas

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Transferências			Saldos em 31/12/2025
			Intangível - contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Outros ⁽¹⁾	
Ativo contratual - infraestrutura em construção						
Em construção	1.707.626	3.879.971	(1.153.273)	(1.996.546)	7.488	2.445.266
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Em construção	354.060	235.181	(114.720)	(109.989)	-	364.532
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	1.353.566	3.644.790	(1.038.553)	(1.886.557)	7.488	2.080.734

⁽¹⁾ O montante de R\$237.738 (R\$1.038.553 em 31 de dezembro de 2025) foi para o Intangível contrato de concessão, enquanto o montante de R\$2.629 (R\$7.488 em 31 de dezembro de 2025) refere-se a reclassificações para o Imobilizado;

⁽²⁾ O montante de R\$639.683 (R\$1.886.557 em 31 de dezembro de 2025) foi transferido para o Ativo financeiro indenizável da concessão.

16. Imobilizado – consolidado

Os itens do imobilizado são registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

	Taxa média de depreciação	Saldos em 31/12/2025	Adições	Transferências ⁽¹⁾	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/03/2026
Imobilizado em serviço							
Custo							
Terrenos		12	-	-	-	-	12
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	57.668	-	2.656	(18)	-	60.306
Máquinas e equipamentos	12,04%	210.162	-	11.242	(52)	-	221.352
Veículos	14,29%	7.953	-	2.134	-	-	10.087
Móveis e utensílios	6,25%	38.693	-	481	-	-	39.174
Total do imobilizado em serviço		314.488	-	16.513	(70)	-	330.931
Depreciação acumulada							
Edificações, obras civis e benfeitorias		(5.913)	-	-	2	(482)	(6.393)
Máquinas e equipamentos		(143.953)	-	-	-	(2.957)	(146.910)
Veículos		(2.308)	-	-	-	(284)	(2.592)
Móveis e utensílios		(25.339)	-	-	-	(345)	(25.684)
Total da depreciação acumulada		(177.513)	-	-	2	(4.068)	(181.579)
Subtotal do imobilizado		136.975	-	16.513	(68)	(4.068)	149.352
Imobilizado em curso		15.815	8.580	(14.000)	-	-	10.395
Total do imobilizado		152.790	8.580	2.513	(68)	(4.068)	159.747

	Taxa média de depreciação	Saldos em 31/12/2024	Adições	Transferências ⁽¹⁾	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2025
Imobilizado em serviço							
Custo							
Terrenos		12	-	-	-	-	12
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	46.062	-	11.606	-	-	57.668
Máquinas e equipamentos	12,22%	191.294	-	19.716	(848)	-	210.162
Veículos	14,29%	7.735	-	291	(73)	-	7.953
Móveis e utensílios	6,25%	37.212	-	1.481	-	-	38.693
Total do imobilizado em serviço		282.315	-	33.094	(921)	-	314.488
Depreciação acumulada							
Edificações, obras civis e benfeitorias		(4.325)	-	-	-	(1.588)	(5.913)
Máquinas e equipamentos		(132.671)	-	-	2	(11.284)	(143.953)

Notas Explicativas

Veículos	(1.215)	-	-	22	(1.115)	(2.308)
Móveis e utensílios	(24.004)	-	-	-	(1.335)	(25.339)
Total da depreciação acumulada	(162.215)	-	-	24	(15.322)	(177.513)
Subtotal do imobilizado	120.100	-	33.094	(897)	(15.322)	136.975
Imobilizado em curso	21.377	35.421	(40.983)	-	-	15.815
Total do imobilizado	141.477	35.421	(7.889)	(897)	(15.322)	152.790

- (1) Do montante de R\$2.513 (R\$7.889 em 31 de dezembro de 2025), o montante negativo de R\$116 refere-se às reclassificações para o Intangível – software e o montante de R\$2.629 refere-se às reclassificações do Ativo contratual – infraestrutura em construção.

17. Intangível – consolidado

	31/03/2026	31/12/2025
Intangível – contrato de concessão	5.705.948	5.747.262
Intangível – direito de uso	27.329	27.452
Intangível – software	248.459	253.010
Total	5.981.736	6.027.724

17.1. Intangível – contrato de concessão

	Taxa média de amortização	Saldos em 31/12/2025	Adições (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 31/03/2026
Intangível em serviço						
Custo	4,23%	19.491.623	269.352	(63.904)	-	19.697.071
Amortização acumulada		(12.388.106)	(8.982)	48.643	(317.370)	(12.665.815)
Total do intangível		7.103.517	260.370	(15.261)	(317.370)	7.031.256
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,98%	4.469.458	31.614	-	-	4.501.072
Amortização acumulada		(3.113.203)	(8.982)	-	(53.579)	(3.175.764)
Total das obrigações vinculadas à concessão		1.356.255	22.632	-	(53.579)	1.325.308
Total do intangível – contrato de concessão		5.747.262	237.738	(15.261)	(263.791)	5.705.948

	Taxa média de amortização	Saldos em 31/12/2024	Adição (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 31/12/2025
Intangível Em Serviço						
Custo	4,21%	18.620.605	1.153.298	(282.280)	-	19.491.623
Amortização Acumulada		(11.434.138)	(25)	215.999	(1.169.942)	(12.388.106)
Total do intangível		7.186.467	1.153.273	(66.281)	(1.169.942)	7.103.517
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,94%	4.354.763	114.720	(25)	-	4.469.458
Amortização Acumulada		(2.906.606)	-	-	(206.597)	(3.113.203)
Total das obrigações vinculadas à concessão		1.448.157	114.720	(25)	(206.597)	1.356.255
Total do intangível – contrato de concessão		5.738.310	1.038.553	(66.256)	(963.345)	5.747.262

- (1) O montante total de R\$237.738 (R\$1.038.553 em 31 de dezembro de 2025), foi transferido do ativo contratual – infraestrutura em construção.
- (2) As baixas no montante de R\$15.261(R\$66.256 em 31 de dezembro de 2025) referem-se às baixas realizadas no período contabilizadas nas Ordens de Desativação – ODD, e, ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do período na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.
- (3) As controladas EMT, EMS, ETO e ESS registraram no período, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$10.735 (R\$39.665 em 31 de dezembro de 2025) e não inclui o montante de R\$239 (R\$843 em 31 de dezembro de 2025) referente a despesa de amortização de provisão de incorporação de redes.

Notas Explicativas

Obrigações vinculadas a concessão

O saldo do intangível e ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas à concessão, que são representadas por:

	31/03/2026	31/12/2025
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	2.852.634	2.804.562
Participação da União, Estados e Municípios ⁽²⁾	3.265.044	3.257.597
Reserva para reversão ⁽³⁾	3.520	3.663
Receitas de ultrapassagem de demanda e energia reativa excedente	241.720	241.720
(-) Amortização acumulada	(3.175.764)	(3.113.203)
Total	3.187.154	3.194.339
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	1.502.585	1.473.552
Ativo contratual - infraestrutura em construção	359.261	364.532
Intangível - contrato de concessão	1.325.308	1.356.255
Total	3.187.154	3.194.339

- (1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica, bem como, valores aplicados em Programas de Eficiência Energética - PEE e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, cujos resultados se revertam em bens destinados à concessão.
- (2) Inclui participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, destinadas ao Programa Luz para Todos; recursos da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC que envolvem na sub-rogação do direito de uso, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC.
- (3) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

17.2. Intangível – direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa média de amortização	Saldo em 31/12/2025	Adições	Amortização	Saldo em 31/03/2026
Intangível – direito de uso					
Custo	12,17%	79.825	2.377	-	82.202
Amortização acumulada		(52.373)	-	(2.500)	(54.873)
Total do intangível – direito de uso		27.452	2.377	(2.500)	27.329

	Taxa média de amortização	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2025
Intangível – direito de uso						
Custo	12,10%	65.347	16.945	(2.467)	-	79.825
Amortização acumulada		(44.233)	-	1.522	(9.662)	(52.373)
Total do intangível – direito de uso		21.114	16.945	(945)	(9.662)	27.452

17.3. Intangível – software e outros

	Taxa média de amortização	Saldos em 31/12/2025	Adições	Transferências ⁽¹⁾	Amortização	Saldos em 31/03/2026
Intangível – software e outros						
Custo	20,00%	504.803	-	61.881	-	566.684
Amortização acumulada		(345.869)	-	-	(14.905)	(360.774)
Em curso		94.076	10.238	(61.765)	-	42.549
Total do intangível – software e outros		253.010	10.238	116	(14.905)	248.459

Notas Explicativas

	Taxa média de amortização	Saldos em 31/12/2024	Adições	Transferências ⁽¹⁾	Amortização	Saldos em 31/12/2025
Intangível - software e outros						
Custo		431.326	-	73.477	-	504.803
Amortização acumulada	20,00%	(296.149)	-	-	(49.720)	(345.869)
Em curso		76.791	90.361	(73.076)	-	94.076
Total do intangível - software e outros		211.968	90.361	401	(49.720)	253.010

⁽¹⁾ O montante de R\$116 (R\$401 em 31 de dezembro de 2025), foi reclassificado do imobilizado.

18. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Compra de energia elétrica ⁽¹⁾	-	-	771.989	756.454
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ⁽²⁾	-	-	273.605	261.808
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS ⁽⁵⁾	-	-	149.453	139.367
Encargos de Serviço no sistema ⁽³⁾	-	-	12.978	3.526
Encargos do uso da rede elétrica ⁽¹⁾	-	-	10.947	10.859
Encargos de conexão ⁽¹⁾	-	-	7.764	7.764
Materiais, serviços e outros ⁽⁴⁾	508	566	550.524	446.164
Total	508	566	1.777.260	1.625.942
Circulante	126	197	1.711.600	1.542.574
Não Circulante	382	369	65.660	83.368

⁽¹⁾ **Compra de energia elétrica e encargos do uso da rede elétrica** - refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

⁽²⁾ **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE** - A conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões da liquidação de energia MCP (Mercado de Curto Prazo), efeito das cotas (Garantia Física, Angra e Itaipu) e efeito dos contratos por disponibilidade. O PLD (Preço das Liquidações das Diferenças) precifica as liquidações de energia no MCP e valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário.

⁽³⁾ **Encargos do serviço do sistema - ESS** - os valores referem-se aos despachos de térmicas fora da ordem de mérito de custo. No período findo em 31 março de 2026, o acionamento das térmicas fora da ordem de mérito foi inferior ao de novembro e dezembro de 2025, em decorrência do aumento do PLD no período.

⁽⁴⁾ **Materiais, serviços e outros** - refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 30 dias. Inclui estimativas de valores de honorários de êxitos de advogados por conta de processos judiciais.

⁽⁵⁾ **Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS** - refere-se à aquisição de custo de uso de transmissão, com pagamentos até o dia 25 de cada mês depois da publicação do AVD ou em três parcelas sendo nos dias 15, 25 e 05 do mês seguinte.

Notas Explicativas

19. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Saldos em 31/12/2025	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Ajuste Vr Presente	Saldos em 31/03/2026
Moeda nacional				
Pré fixado	33.515	275	996	34.786
Outros	301.565	-	10.718	312.283
Total	335.080	275	11.714	347.069
Circulante	468			744
Não circulante	334.612			346.325

	Controladora				
	Saldos em 31/12/2024	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Ajuste Vr Presente	Saldos em 31/12/2025
Moeda nacional					
Pré fixado	30.066	(1.116)	1.112	3.453	33.515
Outros	261.838	-	-	39.727	301.565
Total	291.904	(1.116)	1.112	43.180	335.080
Circulante	471				468
Não circulante	291.433				334.612

	Consolidado							
	Saldos em 31/12/2025	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Vr Presente	Saldos em 31/03/2026
Moeda nacional								
Pré Fixado	41.566	-	-	-	341	-	1.235	43.142
Pós Fixado								
INPC	27.725	-	(1.078)	(344)	619	-	-	26.922
IPCA	1.763.194	144.000	(35.550)	(24.815)	45.658	-	-	1.892.487
CDI	1.063.202	-	(12.765)	(29.258)	37.762	-	-	1.058.941
TR	646.197	-	-	(13.540)	13.531	-	-	646.188
(-) Custos com captação	(6.893)	-	-	-	360	-	-	(6.533)
Outros	301.565	-	-	-	-	-	10.718	312.283
Total Moeda nacional	3.836.556	144.000	(49.393)	(67.957)	98.271	-	11.953	3.973.430
Moeda estrangeira								
Dólar	2.288.472	-	(338.654)	(44.194)	(84.535)	-	-	1.821.089
Marcação a mercado	7.731	-	-	-	-	(14.044)	-	(6.313)
Total Moeda estrangeira	2.296.203	-	(338.654)	(44.194)	(84.535)	(14.044)	-	1.814.776
Total	6.132.759	144.000	(388.047)	(112.151)	13.736	(14.044)	11.953	5.788.206
Circulante	1.102.176							738.575
Não Circulante	5.030.583							5.049.631

Notas Explicativas

	Consolidado							
	Saldos em 31/12/2024	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Vr Presente	Saldos em 31/12/2025
Moeda nacional								
Pré Fixado	37.288	-	-	(1.384)	1.380	-	4.282	41.566
Pós Fixado								
INPC	30.454	-	(3.990)	(1.434)	2.695	-	-	27.725
IPCA	1.404.867	398.500	(104.953)	(81.947)	146.727	-	-	1.763.194
CDI	1.793.968	-	(669.487)	(275.259)	213.980	-	-	1.063.202
TR	645.420	-	-	(55.359)	56.136	-	-	646.197
(-) Custos com captação	(9.117)	-	-	-	2.224	-	-	(6.893)
Outros	261.838	-	-	-	-	-	39.727	301.565
Total Moeda nacional	4.164.718	398.500	(778.430)	(415.383)	423.142	-	44.009	3.836.556
Moeda estrangeira								
Dólar	3.328.404	-	(645.099)	(188.658)	(206.175)	-	-	2.288.472
Euro	233.297	-	(218.506)	(1.133)	(13.658)	-	-	-
Marcação a mercado	(37.555)	-	-	-	-	45.286	-	7.731
Total Moeda estrangeira	3.524.146	-	(863.605)	(189.791)	(219.833)	45.286	-	2.296.203
Total	7.688.864	398.500	(1.642.035)	(605.174)	203.309	45.286	44.009	6.132.759
Circulante	1.896.179							1.102.176
Não Circulante	5.792.685							5.030.583

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais (% a.a)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a)	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (% a.a) ⁽¹⁾	(Taxa efetiva de SWAP) (% a.a) ⁽⁶⁾	Garantias ⁽²⁾	Covenants ⁽³⁾
	31/03/2026	31/12/2025								
REDE ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.										
Credores "RJ" - Bicbanco	10.860	10.463	1,0% a.a (Pré)	-	nov-35	Final	0,25%	-	R	NA
Credores "RJ" - BNB	23.926	23.052	1,0% a.a (Pré)	-	nov-35	Final	0,25%	-	R	NA
Credores "RJ" - Opção "C"	312.283	301.565	1,0% a.a (Pré)	-	nov-35	Final	0,25%	-	-	NA
Total em Moeda Nacional	347.069	335.080								
Total Rede Energia Participações S.A.	347.069	335.080								
EMT										
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	354.111	354.116	TR + 7.00%	-	out-34	Mensal a partir de nov/29	2,18%	-	R	NA
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	287.336	296.237	CDI + 0.70%	-	abr-31	Mensal a partir de mai/21	3,58%	-	R	NA
BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO A	50.877	58.260	IPCA + 1.83% + 3.00%	-	out-27	Mensal a partir de abr/22	2,93%	-	A + R	2
BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO B	231.997	229.530	IPCA + 1.83% + 3.00%	CDI + 0,02 %	nov-34	Mensal a partir de nov/27	2,93%	3,41%	A + R	2
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	9.885	10.143	INPC IBGE MENSAL(%) + 5.46%	-	dez-31	Mensal a partir de jan/21	2,86%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Risco	1.350	1.355	INPC IBGE MENSAL(%) + 5.17%	-	fev-38	Mensal a partir de abr/22	2,79%	-	A	NA
BNDES - 23-2-0330-1	404.007	404.700	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez-43	Mensal a partir de jul/25	3,44%	-	FB	2
2ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE UNICA	70.028	67.523	CDI + 1.20%	-	dez-27	Final	3,71%	-	A	2
SANTANDER - FRN - CCB Nº 1071684	313.529	302.453	CDI + 1.04%	-	dez-27	Final	3,67%	-	A	NA

Notas Explicativas

(-) Custo com captação	(2.383)	(2.494)								
Total em Moeda Nacional	1.720.737	1.721.823								
Scotiabank Loan 09032023 ⁽⁵⁾	-	248.387	USD + 5.36%	CDI + 1,57%	mar-26	Final	-3,83%	3,80%	A	2
CITIBANK NCE - TRADE 65874 ⁽⁵⁾	311.885	324.450	SOFR + 1.50%	CDI + 1,25%	jun-28	Final	-1,11%	3,72%	A	2
Scotiabank Loan 4131 ⁽⁵⁾	258.908	277.039	USD + 5.03%	CDI + 1,40%	ago-27	Final	-3,91%	3,76%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(1.564)	2.414								
Total em Moeda Estrangeira	569.229	852.290								
Total EMT	2.289.966	2.574.113								

EMS										
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	292.077	292.081	TR + 7.00%	-	out-34	Mensal a partir de nov/29	2,18%	-	R	NA
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	131.125	135.186	CDI + 0.70%	-	abr-31	Mensal a partir de mai/21	3,58%	-	R	NA
BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO A	41.534	47.561	IPCA + 1.83% + 3.00%	-	out-27	Mensal a partir de abr/22	2,93%	-	A + R	2
BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO B	189.396	187.381	IPCA + 1.83% + 3.00%	CDI + 0,02 %	dez-34	Mensal a partir de nov/27	2,93%	3,41%	A + R	2
1ª Nota comercial 2º série	103.354	107.689	CDI + 1.55%	-	jul-26	Anual a partir de jul/25	3,80%	-	A	2
BNDES - 23.2.0329-1	295.715	150.959	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez-43	Mensal a partir de jul/25	3,44%	-	FB	2
3ª Nota comercial Série Única	55.439	53.455	CDI + 1.20%	-	dez-27	Final	3,71%	-	A	2
(-) Custo com captação	(1.775)	(1.896)								
Total em Moeda Nacional	1.106.865	972.416							-	
CITIBANK NCE - TRADE 65873 ⁽⁵⁾	249.668	259.727	SOFR + 1.50%	CDI + 1,25%	jun-28	Final	-2,20%	3,72%	A	2
baml - Loan 4131 - 24042024 ⁽⁵⁾	192.610	206.417	USD + 5.34%	CDI + 1,25%	jul-26	Final	-3,83%	3,72%	A	2
Scotiabank Loan 4131 ⁽⁵⁾	151.258	161.851	USD + 5.03%	CDI 1,40%	ago-27	Final	-3,91%	3,76%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(2.108)	1.731								
Total em Moeda Estrangeira	591.428	629.726								
Total EMS	1.698.293	1.602.142								

ETO										
BNDES - 20.2.0496-1	152.298	154.921	IPCA + 1.83% + 3.00%	-	dez-34	Mensal a partir de abr/22	2,93%	-	A + R	2
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	2.329	2.428	INPC IBGE MENSAL(%) + 4.96%	-	jun-30	Mensal a partir de jan/21	2,74%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Défict - Plano Risco	1.716	1.723	INPC IBGE MENSAL(%) + 5.17%	-	fev-38	Mensal a partir de abr/22	2,79%	-	A	NA
BNDES - 23-2-0332-1	235.276	235.972	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez-43	Mensal a partir de jul/25	3,44%	-	FB	2
4ª NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA	10.212	9.847	CDI + 1.20%	-	dez-27	Final	3,71%	-	A	2
(-) Custo com captação	(1.301)	(1.352)	-							
Total em Moeda Nacional	400.530	403.539								
BAML - LOAN 4131 - 19032024 ⁽⁵⁾	-	112.394	USD + 5.43%	CDI + 1,35%	mar-26	Final	-3,81%	3,73%	A	2
Scotiabank - LOAN 4131 - 12082024 ⁽⁵⁾	163.202	174.540	USD + 4.74%	CDI + 1,40%	ago-27	Final	-3,98%	3,76%	A	2
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 09122024 ⁽⁵⁾	113.739	118.372	USD + 4.42%	CDI + 1,10%	dez-27	Final	-4,05%	3,68%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(1.529)	1.102								
Total em Moeda Estrangeira	275.412	406.408								
Total ETO	675.942	809.947								

Notas Explicativas

ESS										
BNDES - 20.2.0497-1	117.246	119.265	IPCA + 2.10% + 3.00%	-	dez-34	Mensal a partir de abr/22	2,99%	-	A + R	2
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	9.074	9.480	INPC IBGE MENSAL(%) + 4.91%	-	abr-30	Mensal a partir de jan/21	2,72%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Elétricas BD I	2.091	2.109	INPC IBGE MENSAL(%) + 4.75%	-	fev-36	Mensal a partir de abr/22	2,69%	-	A	NA
1ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL	77.706	80.965	CDI + 1.55%	-	jul-26	Anual a partir de jul/25	3,80%	-	A	2
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Elétricas OP	477	487	INPC IBGE MENSAL(%) + 5.04%	-	dez-32	Mensal a partir de jan/23	2,76%	-	A	NA
BNDES - 23.2.0333-1	174.141	174.645	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez-43	Mensal a partir de jul/25	3,44%	-	FB	2
3ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA	10.212	9.847	CDI + 1.20%	-	dez-27	Final	3,71%	-	A	2
(-) Custo com captação	(1.074)	(1.151)								
Total em Moeda Nacional	389.873	395.647								
Santander Loan ⁽⁵⁾	95.048	101.880	USD + 5.40%	CDI + 1,25%	jul-26	Final	-3,82%	3,72%	A	2
Scotiabank Loan - 13102022 ⁽⁵⁾	240.930	257.802	USD + 5.03%	CDI + 1,40%	ago-27	Final	-3,91%	3,76%	A	2
Scotiabank Loan - 4131 - 06122024 ⁽⁵⁾	43.841	45.613	USD + 4.52%	CDI + 1,10%	dez-27	Final	-4,03%	3,68%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(1.112)	2.484								
Total em Moeda Estrangeira	378.707	407.779								
Total ESS	768.580	803.426								
CTCE										
Credores "RJ"	8.356	8.051	1,0% a.a (Pré)	-	nov-35	Final	0,25%	-	-	NA
Total em Moeda Nacional	8.356	8.051								
Total CTCE	8.356	8.051								
Em Moeda Nacional	3.973.430	3.836.556								
Em Moeda Estrangeira	1.814.776	2.296.203								
Total Rede Consolidada	5.788.206	6.132.759								

(1) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no período findo em 31 de março de 2026. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do *hedge* cambial, demonstrados na nota explicativa nº 31.

(2) A=Aval Energisa S/A, R=Recebíveis.

(3) Condições de *covenants* - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos nos contratos com base nas informações financeiras intermediárias consolidadas da controladora final Energisa S/A, sendo os principais listados a seguir:

Cláusulas restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado ^(*)	⁽²⁾ Menor ou igual a 4,25x até o vencimento, para as demais operações	Trimestral e Anual

(*) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota nº 31). Em 31 de março de 2026, as exigências contratuais foram cumpridas.

(4) As operações estão sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* de valor justo ou pela designação como *Fair Value Option* (vide nota explicativa nº 31).

Notas Explicativas

- (5) Os contratos possuem proteção de *swap* e são avaliados a valor justo, conforme demonstrados na nota explicativa nº 31.
- (6) As taxas efetivas de *swap* na ponta passiva representam as variações ocorridas no período findo em 31 de março de 2026 demonstrados na nota explicativa nº 31.

Garantias

Para garantia do pagamento das parcelas, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$71.365 (R\$70.011 em 31 de dezembro de 2025), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo não circulante.

A Companhia e suas controladas possuem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período/exercício:

Moeda/indicadores	31/03/2026	31/12/2025
US\$ x R\$	-5,14%	-11,14%
SOFR	3,66%	4,31%
INPC	1,52%	3,90%
CDI	3,41%	14,32%
IPCA	1,74%	4,26%
TR	0,47%	1,97%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2027	-	1.857.241
2028	-	517.958
2029	-	257.962
2030	-	368.897
Após 2031	346.325	2.047.573
Total	346.325	5.049.631

Notas Explicativas

20. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Saldos em 31/12/2025	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Ajuste Vr Presente	Saldos em 31/03/2026
Moeda nacional				
Pré fixado	113.539	824	3.426	117.789
Total	113.539	824	3.426	117.789
Circulante	1.399			2.224
Não circulante	112.140			115.565

	Controladora				
	Saldos em 31/12/2024	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Ajuste Vr Presente	Saldos em 31/12/2025
Moeda nacional					
Pré fixado	101.543	(3.339)	3.332	12.003	113.539
Total	101.543	(3.339)	3.332	12.003	113.539
Circulante	1.410				1.399
Não circulante	100.133				112.140

	Consolidado							
	Saldos em 31/12/2025	Captação	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Vr Presente	Saldos em 31/03/2026
Moeda nacional								
Pré Fixado	895.399	-	-	25.505	-	-	3.426	924.330
Pós Fixado								
CDI	4.209.650	-	(146.235)	152.302	-	-	-	4.215.717
IPCA	8.215.637	2.160.000	(127.657)	281.142	-	-	-	10.529.122
(-) Custos com captação	(250.753)	-	-	8.787	(53.205)	-	-	(295.171)
Marcação a mercado	(81.612)	-	-	-	-	(613.313)	-	(694.925)
Total moeda nacional	12.988.321	2.160.000	(273.892)	467.736	(53.205)	(613.313)	3.426	14.679.073
Circulante	866.180							907.819
Não Circulante	12.122.141							13.771.254

Notas Explicativas

	Consolidado								
	Saldos em 31/12/2024	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Vr Presente	Saldos em 31/12/2025
Moeda nacional									
Pré Fixado	101.543	770.000	-	(53.556)	65.409	-	-	12.003	895.399
Pós Fixado									
CDI	3.264.806	1.120.000	(278.591)	(472.729)	576.164	-	-	-	4.209.650
IPCA	5.252.939	3.070.000	(408.106)	(330.892)	631.696	-	-	-	8.215.637
(-) Custos com captação	(127.077)	-	-	-	26.631	(150.307)	-	-	(250.753)
Marcação a mercado	(268.941)	-	-	-	-	-	187.329	-	(81.612)
Total moeda nacional	8.223.270	4.960.000	(686.697)	(857.177)	1.299.900	(150.307)	187.329	12.003	12.988.321
Circulante	830.866								866.180
Não Circulante	7.392.404								12.122.141

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Empresa/ Operação	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos (% a.a)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a) ⁽²⁾	Garantias ⁽¹⁾	Covenants ⁽³⁾
	31/03/2026	31/12/2025										
REDE ENERGIA												
4ª Emissão	117.789	113.539	22/12/2009	370.000 / 0	1% a.a	-	nov-35	Final	1,00%	-	SG	NA
Total Rede Energia	117.789	113.539										
ETO												
Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	5.208	5.062	15/10/2017	3304 / 3304	IPCA + 5.11%	103,50% CDI	out-27	Final	2,99%	3,53%	SG	NA
Debêntures 5ª Emissão 2ª Série	169.823	163.766	10/06/2019	162404 / 162404	CDI + 1.15%	-	jun-26	Final	3,70%	-	A	1
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	9.730	9.472	11/10/2020	6880 / 6880	IPCA + 4.23%	-	out-27	Final	2,78%	-	SG	NA
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	75.202	73.168	11/10/2020	53120 / 53120	IPCA + 4.47%	-	out-30	Anual a partir de out/28	2,84%	-	SG	NA
Debêntures 7ª Emissão	105.813	102.582	15/10/2021	82000 / 82000	IPCA + 6.09%	CDI + 0,93%	out-31	Anual a partir de out/29	3,23%	3,64%	SG	NA
Debêntures 8ª Emissão 1ª Série	67.509	65.437	15/04/2022	55.689 / 55.689	IPCA + 6.16%	CDI + 0,717%	abr-29	Anual a partir de abr/27	3,24%	3,61%	SG	NA
Debêntures 8ª Emissão 2ª Série	41.615	40.327	15/04/2022	34.311 / 34.311	IPCA + 6.28%	CDI + 0,880%	abr-32	Anual a partir de abr/30	3,27%	3,65%	SG	NA
Debêntures 10ª Emissão 1ª Série	12.000	12.041	13/09/2023	10.752 / 10.752	IPCA + 6.17%	-	set-30	Final	3,25%	-	SG	NA
Debêntures 10ª Emissão 2ª Série	75.064	75.372	13/09/2023	87.248 / 67.248	IPCA + 6.45%	-	set-33	Final	3,32%	-	SG	NA
Debêntures 11ª Emissão 1ª Série	225.204	219.424	15/04/2024	202.049 / 202.049	IPCA + 6.16%	-	abr-31	Final	3,25%	-	SG	NA
Debêntures 11ª Emissão 2ª Série	276.661	269.410	15/04/2024	247.951 / 247.951	IPCA + 6.40%	-	abr-39	Anual a partir de abr/37	3,30%	-	SG	NA
Debêntures 12ª Emissão Série Única	324.546	337.471	25/02/2025	320.000 / 320.000	CDI + 1.00%	-	fev-30	Anual a partir de abr/38	3,66%	-	A	2
Debêntures 13ª Emissão Série Única	422.559	-	15/05/2025	400.000 / 400.000	IPCA + 7.30%	CDI + 0,078%	mai-35	Anual a partir de mai/33	3,52%	3,43%	A	2
Debêntures 14ª Emissão Série Única	468.169	-	15/12/2025	460.000 / 460.000	IPCA + 7.50%	CDI + 0,2550%	dez-45	Anual a partir de jun/26	3,56%	3,47%	A + R	2
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	285.427	-	23/02/2026	282.857 / 282.857	IPCA + 6.67%	CDI - 0,66%	fev-36	Final	3,37%	3,24%	A	2
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	47.568	408.707	23/02/2026	47.143 / 47.143	IPCA + 6.55%	CDI - 0,61%	fev-41	Anual a partir de fev/39	3,34%	3,26%	A	2
(-) Custo com captação	(45.960)	(32.952)										
Marcação à Mercado de Dívida	(103.803)	506										
Total ETO	2.462.335	1.749.793										

Notas Explicativas

EMS												
Debêntures 9ª Emissão 3ª Série	5.884	5.719	15/10/2017	3733 / 3733	IPCA + 5.11%	103,50% CDI	out-27	Final	2,99%	3,53%	SG	NA
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	12.148	11.826	11/10/2020	8590 / 8590	IPCA + 4.23%	-	out-27	Final	2,78%	-	SG	NA
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	94.017	91.473	11/10/2020	66410 / 66410	IPCA + 4.47%	-	out-30	Anual a partir de out/28	2,84%	-	SG	NA
Debêntures 16ª Emissão	412.515	400.091	15/10/2021	320.000 / 320.000	IPCA + 6.09%	CDI + 0,835%	out-31	Anual a partir de out/29	3,23%	3,62%	A	2
Debêntures 17ª Emissão	152.404	158.622	22/08/2022	150.000 / 150.000	CDI + 1.60%	-	ago-27	Anual a partir de out/26	3,81%	-	A	2
Debêntures 19ª Emissão	361.845	348.564	04/07/2023	250.000 / 250.000	CDI + 1.60%	-	jul-26	Final	3,81%	-	A	2
Debêntures 20ª Emissão 1ª Série	30.769	30.875	13/09/2023	27.569 / 27.569	IPCA + 6.17%	-	set-30	Final	3,25%	-	SG	NA
Debêntures 20ª Emissão 2ª Série	192.471	193.262	13/09/2023	172.431 / 172.431	IPCA + 6.45%	-	set-33	Final	3,32%	-	SG	NA
Debêntures 21ª Emissão	444.859	444.631	07/02/2024	400.000 / 400.000	IPCA + 6.11%	CDI + 0,72%	fev-31	Final	3,23%	3,59%	A	2
Debêntures 22ª Emissão 1ª Série	90.082	87.770	15/04/2024	80.820 / 80.820	IPCA + 6.16%	-	abr-31	Final	3,25%	-	SG	NA
Debêntures 22ª Emissão 2ª Série	110.664	107.764	15/04/2024	99.180 / 99.180	IPCA + 6.40%	-	abr-39	Final	3,30%	-	SG	NA
Debêntures 23ª Emissão	253.226	262.714	04/09/2024	250.455 / 250.455	CDI + 0.80%	-	set-29	Final	3,61%	-	A	2
Debêntures 24ª Emissão	290.649	290.523	15/09/2024	270.000 / 270.000	IPCA + 6.44%	CDI + 0,04%	set-34	Final	3,31%	3,42%	A	2
Debêntures 25ª Emissão	198.128	191.222	15/12/2024	190.000 / 190.000	CDI + 0.80%	-	dez-29	Final	3,61%	-	A	2
Debêntures 26ª Emissão	429.457	416.315	15/05/2025	410.000 / 410.000	PRÉ + 13.70%	CDI - 0,16%	mai-32	Final	3,26%	3,37%	A	2
Debêntures 27ª Emissão 1ª Série	554.912	555.177	15/09/2025	540.000 / 540.000	IPCA + 7.05%	CDI - 031%	set-35	Final	3,46%	3,33%	A	2
Debêntures 27ª Emissão 2ª Série	369.926	370.018	15/09/2025	360.000 / 360.000	IPCA + 6.95%	CDI - 0,16%	set-40	Anual a partir de set/40	3,43%	3,37%	A	2
(-) Custo com captação	(79.413)	(82.116)										
Marcação à Mercado de Dívida	(220.512)	(51.581)										
Total EMS	3.704.031	3.832.869										

EMT												
Debêntures 7ª Emissão 3ª Série	5.764	5.603	15/10/2017	3657 / 3657	IPCA + 5.11%	103,50% CDI	out-27	Final	2,99%	3,53%	SG	NA
Debêntures 10ª Emissão 2ª Série	33.975	32.771	10/06/2019	32500 / 32500	CDI + 1.05%	-	jun-29	Anual a partir de jun/27	3,67%	-	A	1
Debêntures 13ª Emissão 1ª Série	84.984	82.778	15/10/2020	60100 / 60100	IPCA + 4.23%	-	out-27	Final	2,78%	-	A	2
Debêntures 13ª Emissão 2ª Série	98.947	96.323	15/10/2020	69900 / 69900	IPCA + 4.47%	CDI - 1,54%	out-30	Anual a partir de out/28	2,84%	3,02%	A	2
Debêntures 14ª Emissão	451.188	437.600	15/10/2021	350000 / 350000	IPCA + 6.09%	CDI + 0,705%	out-31	Anual a partir de out/29	3,23%	3,61%	A	2
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	199.139	193.111	15/04/2022	164.437 / 164.437	IPCA + 6.16%	CDI + 0,717%	abr-29	Anual a partir de abr/27	3,24%	3,59%	A	2
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	115.790	112.254	15/04/2022	95.563 / 95.563	IPCA + 6.28%	CDI + 0,880%	abr-32	Anual a partir de abr/30	3,27%	3,63%	A	2
Debêntures 16ª Emissão 1ª Série	23.085	23.165	13/09/2023	20.677 / 20.677	IPCA + 6.17%	-	set-30	Anual a partir de abr/30	3,25%	-	SG	NA
Debêntures 16ª Emissão 2ª Série	144.405	144.998	13/09/2023	129.323 / 129.323	IPCA + 6.45%	-	set-33	Anual a partir de abr/30	3,32%	-	SG	NA
Debêntures 17ª Emissão	444.859	444.631	07/02/2024	400.000 / 400.000	IPCA + 6.11%	CDI + 7275%	fev-31	Anual a partir de fev/30	3,23%	3,59%	A	2
Debêntures 18ª Emissão	491.455	474.380	15/04/2024	460.000 / 460.000	CDI + 0.75%	-	abr-29	Anual a partir de abr/30	3,60%	-	A	2
Debêntures 19ª Emissão 1ª Série	120.108	117.026	15/04/2024	107.759 / 107.759	IPCA + 6.16%	-	abr-31	Anual a partir de abr/30	3,25%	-	SG	NA
Debêntures 19ª Emissão 2ª Série	147.553	143.686	15/04/2024	132.241 / 132.241	IPCA + 6.40%	-	abr-39	Anual a partir de fev/30	3,30%	-	SG	NA
Debêntures 20ª Emissão	117.692	122.102	04/09/2024	116.404 / 116.404	CDI + 0.80%	-	set-29	Final	3,61%	-	A	2
Debêntures 21ª Emissão Única	53.683	53.652	14/09/2024	50.000 / 50.000	IPCA + 6.44%	-	set-34	Final	3,31%	-	SG	NA
Debêntures 22ª Emissão 1ª Série	748.716	722.618	15/12/2024	718.000 / 718.000	CDI + 0.80%	-	dez-29	Final	3,61%	-	A	2
Debêntures 22ª Emissão 2ª Série	273.325	263.702	15/12/2024	262.000 / 262.000	CDI + 0.95%	-	dez-31	Final	3,65%	-	A	2
Debêntures 22ª Emissão 3ª Série	216.605	209.633	15/12/2024	200.000 / 200.000	IPCA + 7.03%	CDI - 0,67%	dez-34	Final	3,45%	3,24%	A	2

Notas Explicativas

Debêntures 23ª Emissão Série Única	801.833	831.745	25/03/2025	800.000 / 800.000	CDI + 0.75%	-	mar-30	Final	3,60%	-	A	2
Debêntures 24ª Emissão Série Única	377.084	365.545	15/05/2025	360.000 / 360.000	PRÉ + 13.70%	CDI - 0,16%	mai-32	Final	3,26%	3,37%	A	2
Debêntures 25ª Emissão 1ª Série	565.201	565.540	15/09/2025	550.000 / 550.000	IPCA + 7.10%	CDI - 0,22%	set-35	Final	3,47%	3,35%	A	2
Debêntures 25ª Emissão 2ª Série	462.408	462.523	15/09/2025	450.000 / 450.000	IPCA + 6.95%	CDI - 0,16%	set-40	Anual a partir de set/38	3,43%	3,37%	A	2
Debêntures 26ª Emissão 1ª Série	207.413	200.644	15/10/2025	198.000 / 198.000	IPCA + 7.23%	CDI - 0,25%	out-35	Final	3,50%	3,35%	A	2
Debêntures 26ª Emissão 2ª Série	138.216	133.741	15/10/2025	132.000 / 132.000	IPCA + 7.11%	CDI - 0,19%	out-40	Anual a partir de out/38	3,47%	3,36%	A	2
Debêntures 27ª Emissão Série Única	376.560	-	15/12/2025	370.000 / 370.000	IPCA + 7.47%	CDI + 0,2280%	dez-45	Anual a partir de jun/26	3,56%	3,47%	A + R	2
Debêntures 28ª Emissão 1ª Série	754.164	-	23/02/2026	747.373 / 747.373	IPCA + 6.67%	CDI - 0,65%	fev-36	Final	3,37%	3,25%	A	2
Debêntures 28ª Emissão 2ª Série	254.906	-	23/02/2026	252.627 / 252.627	IPCA + 6.55%	CDI - 0,61%	fev-41	Anual a partir de fev/39	3,34%	3,26%	A	2
(-) Custo com captação	(143.535)	(108.590)										
Marcação à Mercado de Dívida	(324.707)	(32.607)										
Total EMT	7.240.816	6.098.574										
ESS												
Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	4.692	4.561	15/10/2017	2977 / 2977	IPCA + 5.11%	103,50% CDI	out-27	Final	2,99%	3,53%	SG	NA
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	9.730	9.472	11/10/2020	6880 / 6880	IPCA + 4.23%	-	out-27	Final	2,78%	-	SG	NA
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	75.202	73.168	11/10/2020	53120 / 53120	IPCA + 4.47%	CDI + 1,80%	out-30	Anual a partir de out/28	2,84%	3,86%	SG	NA
Debêntures 7ª Emissão	100.067	100.037	15/01/2022	81.000 / 81.000	IPCA + 6.10%	CDI + 0,814%	jan-32	Anual a partir de jan/30	3,23%	3,61%	A	2
Debêntures 8ª Emissão	121.923	126.897	22/08/2022	120.000 / 120.000	CDI + 1.60%	-	ago-27	Anual a partir de ago/26	3,81%	-	A	2
Debêntures 10ª Emissão 1ª Série	6.463	6.485	13/09/2023	5.789 / 5.789	IPCA + 6.17%	-	set-30	Anual a partir de ago/26	3,25%	-	SG	NA
Debêntures 10ª Emissão 2ª Série	40.434	40.600	13/09/2023	36.211 / 36.211	IPCA + 6.45%	-	set-33	Anual a partir de ago/26	3,32%	-	SG	NA
Debêntures 11ª Emissão 1ª Série	25.023	24.381	15/04/2024	22.450 / 22.450	IPCA + 6.16%	-	abr-31	Anual a partir de ago/26	3,25%	-	SG	NA
Debêntures 11ª Emissão 2ª Série	30.740	29.934	15/04/2024	27.550 / 27.550	IPCA + 6.40%	-	abr-39	Anual a partir de ago/26	3,30%	-	SG	NA
Debêntures 12ª Emissão	166.826	173.076	04/09/2024	165.000 / 165.000	CDI + 0.80%	-	set-29	Anual a partir de ago/27	3,61%	-	A	2
Debêntures 13ª Emissão	182.521	182.417	14/09/2024	170.000 / 170.000	IPCA + 6.44%	-	set-34	Final	3,31%	-	SG	NA
Debêntures 14ª Emissão	211.280	204.354	15/05/2025	200.000 / 200.000	IPCA + 7.30%	CDI + 0,055%	mai-35	Final	3,52%	3,42%	A	2
Debêntures 13ª Emissão	150.846	145.923	15/10/2025	144.000 / 144.000	IPCA + 7.23%	CDI - 0,25%	out-35	Final	3,50%	3,35%	A	NA
Debêntures 14ª Emissão	100.521	97.266	15/10/2025	96.000 / 96.000	IPCA + 7.11%	CDI - 0,19%	out-40	Anual a partir de out/38	3,47%	3,36%	A	2
(-) Custo com captação	(26.263)	(27.095)										
Marcação à Mercado de Dívida	(45.903)	2.070										
Total ESS	1.154.102	1.193.546										
TOTAL	15.669.169	13.320.686										
(-) Custo com captação	(295.171)	(250.753)										
Marcação à Mercado de Dívida	(694.925)	(81.612)										
Total em moeda nacional	14.679.073	12.988.321										
CONSOLIDADO	14.679.073	12.988.321										

(1) A = Aval Energisa S/A e SG = Sem Garantia

(2) Os contratos possuem proteção de swap e são avaliados a valor justo, conforme demonstrados na nota explicativa nº 31.

(3) Condições de Covenants - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos nos contratos com base nas informações financeiras intermediárias consolidadas da controladora final Energisa S/A, sendo os principais listados a seguir.

Notas Explicativas

Cláusulas restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado (*)	⁽¹⁾ Menor ou igual a 4,0x até o vencimento, para operações contratadas até 2019 ⁽²⁾ Menor ou igual a 4,25x até o vencimento, para as demais operações	Trimestral e Anual

(*) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de março de 2026, as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

No período findo de 31 de março de 2026, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2027	-	337.633
2028	-	168.440
2029	-	2.393.234
2030	-	2.110.655
Após 2031	115.565	8.761.292
Total	115.565	13.771.254

21. Impostos e contribuições sociais

	Controlada		Controladora	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS ⁽¹⁾	-	-	345.084	236.608
Impostos sobre Serviços – ISS	-	-	15.456	14.018
Encargos Sociais	5	5	44.731	42.464
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ ⁽²⁾	85	-	90.237	90.933
Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL ⁽²⁾	38	-	39.353	43.881
Contribuições ao PIS e COFINS	86	57	95.245	58.112
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	7	1.196	5.002	9.283
Tributos e contribuições retidos na fonte (PIS/COFINS/CSLL)	-	3	11.597	12.363
Contribuição Previdenciária Sobre Receita Bruta – CPRB	-	-	150	195
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	2	2	2	2
Outros	-	5	6.092	6.151
Total	223	1.268	652.949	514.010
Circulante	223	1.268	464.170	331.821
Não circulante	-	-	188.779	182.189

(1) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS: a controlada direta ESS possui liminar suspendendo a cobrança do ICMS sobre os valores faturados com subvenção “baixa renda” no montante de R\$93.020 (R\$89.681 em 31 de dezembro de 2025), com depósito judicial.

(2) Inclui IRPJ e CSLL incidente sobre juros e acréscimos moratórios cobrados nas notas fiscais/contas de energia elétrica. A controlada EMS possui liminar de suspensão de cobrança com depósito judicial.

Notas Explicativas

22. Encargos setoriais – consolidado

	31/03/2026	31/12/2025
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	28.428	28.427
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT ⁽¹⁾	5.241	4.769
Ministério de Minas e Energia – MME ⁽¹⁾	2.620	2.385
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL ⁽¹⁾	24.350	20.437
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D ⁽¹⁾	116.346	108.478
Programa de Eficiência Energética – PEE ⁽¹⁾	178.154	169.617
Total	355.139	334.113
Circulante	253.540	246.001
Não circulante	101.599	88.112

⁽¹⁾ Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa selic, para as empresas distribuidora de energia elétrica.

A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, que vem determinar os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho 904/2021, mensalmente as distribuidoras e transmissoras de energia elétrica, devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE. Tal alteração legislativa justifica os movimentos do não circulante para o circulante. Para as empresas transmissoras de energia elétrica somente são atribuídos os valores de P&D.

Os gastos realizados com os projetos estão registrados no ativo circulante na rubrica de outros créditos – ordem de serviços em curso – PEE e P&D até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações vinculadas as concessões.

23. Incorporação de redes – consolidado

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras, o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS, ETO e ESS até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

Os saldos de incorporação de rede são atualizados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e incidência de juros, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021.

Segue as movimentações ocorridas no período:

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Saldos em 31/12/2025 e 31/12/2024 – circulante	31.822	31.164
Adições no período/exercício	38.952	141.169
Atualização monetária e juros	1.851	16.759
Pagamentos	(38.091)	(157.270)
Saldos em 31/03/2026 e 31/12/2025 – circulante	34.534	31.822

Notas Explicativas

24. Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal, regulatório e ambiental – consolidado

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, tributária, ambiental e regulatória.

24.1. Perdas prováveis:

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas.

Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

Consolidado	Trabalhista	Cível	Regulatório	Fiscal	Ambiental	31/03/2026	31/12/2025
Saldos em 31/12/2025 e 31/12/2024 - não circulante	19.702	81.577	3.408	2.323	1	107.011	122.918
Provisões e reversões líquidas	4.240	25.933	110	33	-	30.316	83.406
Pagamentos realizados	(2.627)	(19.967)	(110)	(33)	-	(22.737)	(97.131)
Atualização monetária	1.575	3.076	116	59	-	4.826	(2.182)
Saldos em 31/03/2026 e 31/12/2025 - não circulante	22.890	90.619	3.524	2.382	1	119.416	107.011

As controladas diretas possuem cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$366.616 (R\$356.910 em 31 de dezembro de 2025) que estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

Trabalhista

Os processos de natureza trabalhista referem-se em sua grande maioria a pedidos indenizações por acidente, sobreaviso, horas extras/reflexos e verbas rescisórias atrelados a funcionários próprios, bem como subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregado. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda, conforme avaliação dos assessores jurídicos. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 (três) a 5 (cinco) anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia e controladas serem vencidas nas ações.

Cível

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) reclamação de consumo; (ii) cobrança por irregularidades; (iii) indenizações por danos materiais/morais, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia, acidentes na rede, faixas de domínio; (iv) indenização por danos elétricos, (v) ações de regresso, (vi) inscrição no Serasa, basicamente referente negativação e atraso na regularização/positivação de clientes e (vii) honorários de sucumbência da RJ.

Fiscal

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas a várias reivindicações decorrentes de divergências de interpretações da legislação tributária, que advêm do curso normal das atividades de negócios, sendo as provisões revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como: (i) prazo de prescrição aplicável, (ii) conclusões de inscrições fiscais ou (iii) exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Dessa forma, possui discussões relacionadas especialmente a IRPJ, INSS e ISS.

Notas Explicativas

Regulatório

As controladas EMT e ETO possuem processos de contingências regulatórias junta à ANEEL, referente a descumprimento de preceito regulatório.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

24.2. Perdas possíveis:

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhista, cível, fiscal, ambiental e regulatório em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo das movimentações das provisões classificados com prognóstico de perdas possíveis:

Controladora	Cível	31/03/2026	31/12/2025
Saldos em 31/12/2025 e 31/12/2024	3.246	3.246	3.993
Mudança de prognósticos e valor pedido	-	-	(910)
Atualização monetária	111	111	163
Saldos em 31/03/2026 e 31/12/2025	3.357	3.357	3.246

Consolidado	Trabalhista	Cível	Fiscal	Regulatória	Ambiental	31/03/2026	31/12/2025
Saldos em 31/12/2025 e 31/12/2024	53.442	1.199.723	876.828	567	26.818	2.157.378	2.732.088
Novos processos	358	2.010	18.159	-	-	20.527	110.382
Mudanças de prognóstico e do valor pedido	(56)	(13.211)	-	-	(11.646)	(24.913)	(707.382)
Encerramento de processos	(1.255)	(4.800)	(1.265)	-	(105)	(7.425)	(167.127)
Atualização monetária	1.767	40.534	30.016	19	509	72.845	189.417
Saldos em 31/03/2026 e 31/12/2025	54.256	1.224.256	923.738	586	15.576	2.218.412	2.157.378

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhista

Ações judiciais de natureza trabalhista referem-se aos seguintes objetos: discussões de empregados que requerem recebimento de horas extras, adicional de periculosidade, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas controladas, reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias.

Cível

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) reclamação de consumo; (ii) cobrança por irregularidades; (iii) indenizações por danos materiais/morais, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia, acidentes na rede, faixas de domínio; (iv) indenização por danos elétricos e (v) inscrição no Serasa, basicamente referente negativação e atraso na regularização/positivação de clientes.

Notas Explicativas

Principais processos:

Empresa	Tipo de Ação	Nº Processo/ação	Objeto	31/03/2026	31/12/2025
EMS	Ação cível coletiva	65126-87.2014.4.01.3000	Ação por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder concedente.	253.235	244.865
EMS	Ação cível pública	0008192-37.2003.4.03.6000	Por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação do reajuste tarifário autorizado pela Resolução Homologatória em 2003.	89.517	86.558
EMT	Ação de indenização	17436-75.2014.811.0041	Ação ajuizada objetivando o ressarcimento por danos materiais e morais, fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços.	104.896	101.429
EMT	Ação de indenização	54570-73.2013.811.0041	Objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.	59.444	57.479
EMT	Ação de indenização	13549-66.2015.811.0003	Discute matéria relacionada a danos morais e materiais, envolvendo discursões sobre prejuízos decorrentes da execução de contratos.	51.341	49.645
EMT	Ação de indenização	1005691-76.2017.8.11.0041	Discute matéria relacionada a cláusulas contratuais. A requerente pretende o recebimento de verbas não pagas por ocasião da execução dos contratos de prestação e serviços decorrentes da execução de serviços adicionais.	42.678	41.268
EMT	Ação de indenização	0009533-77.2003.4.01.3600	Ação de Indenização envolvendo discussão sobre ressarcimento de rede.	72.186	69.800
ETO	Ação Judicial	0007336-94.2008.4.01.3400	Discute questões contratuais envolvendo reintegração/desapropriação de área para construção de linhas de distribuição de alta tensão e subestações.	50.002	48.349

Fiscal

As ações de natureza fiscais e tributárias referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (iv) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (v) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia alocados no ativo permanente da empresa; (vi) escrituração de documento fiscal; (vii) multa não escrituração CIAP; (viii) ICMS em razão da glosa de créditos nas operações de aquisição de óleo diesel para industrialização por encomenda; e (ix) os reflexos das perdas não técnicas na base de cálculo do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL.

Notas Explicativas

Principais processos:

Empresa	Tipo de Ação	Processo	Objeto	31/03/2026	31/12/2025
EMT	Processo administrativo	14094.720008/2018-36	Relacionado a não homologação das alterações realizadas nas DCTF do período de 2014 a 2016.	137.536	132.990
EMT	Processo administrativo	14041.720061/2020-77	Proposto pela Receita Federal para discussão sobre IRPJ, CSLL, PIS E COFINS sobre perdas não técnicas.	40.875	39.524
EMT	Execução Fiscal	1026238-64.2022.8.11.0041	Processo envolvendo discussão sobre recolhimento de ICMS DIFAL.	82.199	79.482
EMT	Procedimento Administrativo	51227479/2023	Trata-se de auto de infração no qual se discute a glosa de créditos de ICMS do período de Março/19 – dez/22, por suposto erro na apuração do coeficiente de creditamento do imposto.	30.639	29.627
ESS	Auto de Infração	4.034.268-2	Questionamento sobre a incidência de ICMS sobre valores recebidos a título de subvenção econômica da subclasse Baixa Renda (ICMS da subclasse baixa-renda 2008/2009, cujo valor é depositado em ação coletiva.	37.381	36.146

Regulatório

Processos de contingências regulatórias junto à ANEEL, referente a suposto descumprimento de preceito regulatório.

Ambiental

Processos relacionados em sua grande maioria a suposto descumprimento de preceitos ambientais.

25. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Participações de empregados e administradores	-	-	84.441	61.216
Outros benefícios a empregados	-	-	5.683	5.119
Entidades seguradoras - prêmios de seguros	-	-	2.512	4.366
Créditos de consumidores	151	152	76.957	77.157
Retenção de caução contratual	-	-	13.619	13.143
Parcelamentos de multas regulatórias	-	-	2.741	2.825
Encargos tarifários	-	-	16.822	16.822
Ressarcimento EBP - Salto Paraíso ⁽¹⁾	-	-	57.458	57.136
Bônus de redução voluntária do consumo	-	-	3.182	3.196
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS ⁽²⁾	-	-	529.930	526.448
Credores Recuperação Judicial	-	-	133.112	128.085
Outras contas a pagar ⁽³⁾	3.484	3.484	258.795	265.797
Total	3.635	3.636	1.185.252	1.161.310
Circulante	3.484	3.484	552.629	483.991
Não Circulante	151	152	632.623	677.319

⁽¹⁾ Ressarcimento EBP - Salto Paraíso - refere-se à incorporação da conexão das usinas na SE Salto Paraíso com ressarcimento a ser pago pela controladora EMT à EBP (Enel Brasil Participações) por meio de compensação com crédito decorrente do contrato de uso do sistema de distribuição (CUSD). O saldo é atualizado mensalmente com aplicação da variação do índice IPCA com liquidações mensais, iniciadas em junho de 2018.

⁽²⁾ **Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - Consolidado**

Em março de 2017 o Supremo Tribunal Federal - STF, decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculo das contribuições.

Notas Explicativas

Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve integralmente tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 – “O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS”), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado nas notas fiscais deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS.

Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69.

Transitaram em julgado em seus respectivos Tribunais Regionais Federais decisões favoráveis nos processos das subsidiárias, tendo ocorrido em julho de 2019 referente a ETO, em maio de 2020, agosto de 2021, fevereiro de 2022 e maio de 2023 referente a ESS, em setembro de 2021, referente a EMT e em março de 2022 referente a EMS. O processo da EDEVP (incorporada em 2017) no qual discutimos a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS está em andamento.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e baseando na melhor estimativa da Administração, as controladas diretas ETO, ESS, EMT e EMS reconheceram em 2021 o montante de R\$2.427.300 no consolidado, líquido de honorários devidos aos advogados e de tributos incidentes. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico.

Em 27 de junho de 2022 foi promulgada a Lei 14.385 que disciplinou a devolução de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras de serviço público de distribuição de energia elétrica.

O Art 3º da referida Lei também prevê que a Aneel deverá promover, nos processos tarifários, a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Para a destinação dos valores acima, a ANEEL considerará, nos processos tarifários, a integralidade do crédito a ser ressarcido em favor da distribuidora de energia elétrica deduzidos dos custos administrativos e tributários correspondentes e a capacidade de compensação desse crédito (pela distribuidora) perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

A destinação dar-se-á nos processos tarifários anuais, após o requerimento realizado perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

O resumo dos impactos são como segue:

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Saldos em 31/12/2025 e 31/12/2024	526.448	967.290
Atualização e reversão dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	4.080	25.637
Repasso de custos com honorários, consultoria e tributos	(598)	(1.929)
Baixa Transito em Julgado EVP ⁽⁴⁾	-	(29.314)
(-) Transferência para passivo financeiro setorial – repasse aos Consumidores ^(*)	-	(435.236)
Saldos em 31/03/2026 e 31/12/2025	529.930	526.448
Circulante	287.782	234.465
Não circulante	242.148	291.983

^(*) Vide nota explicativa nº 9

⁽³⁾ No consolidado, inclui o valor dos créditos relacionados a geração distribuída.

⁽⁴⁾ Em novembro de 2025, a Companhia realizou uma baixa de créditos de Pis e Cofins sobre a base de ICMS devido ao trânsito em julgado do processo nº 5002300-62.2017.4.03.6100, o qual determinou uma glosa parcial dos créditos que haviam sido apurados pela Companhia, gerando uma baixa de R\$54.530, sendo R\$29.314 referentes ao registro inicial e R\$ R\$25.216 referentes a atualização monetária." Para os créditos registrados, a Companhia possuía passivo correspondente, referente aos montantes a serem repassados aos consumidores, o qual também foi baixado na mesma proporção não impactando o resultado da Companhia.

Notas Explicativas

26. Patrimônio líquido

26.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2026 é de R\$5.567.568 (R\$5.567.568 em 31 de dezembro de 2025), representando por 2.568.204.239 (2.568.204.239 em 31 de dezembro de 2025) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

26.2. Reserva de capital

	31/03/2026	31/12/2025
Transação entre sócios ⁽¹⁾	(409.612)	(410.440)
Incentivos fiscais de Reinvestimentos(reflexo) ⁽²⁾	15.213	15.213
Programa de remuneração variável (ILP) ⁽³⁾	15.735	13.740
Total	(378.664)	(381.487)

⁽¹⁾ Inclui ganhos e perdas apurados pelo aumento de percentual de participação no capital social de controladas e de distribuição de dividendos diferenciados atribuídos às ações ordinárias e preferencias de controladas.

Transações entre sócios	31/03/2026	31/12/2025
Saldo em 31/12/2025 e 31/12/2024	(410.440)	(14.554)
Transações entre sócios ^(*)	828	(395.886)
Saldos em 31/03/2026 e 31/12/2025	(409.612)	(410.440)

^(*) inclui parcela reflexa do percentual de participação nas controladas ESS, EMS, Rede Power, EMT, ETO, Multi Energisa, QMRA e CTCE, referente a transações contabilizadas diretamente no patrimônio líquido, bem como diferença entre valor justo e patrimonial referentes à aquisição de ações da Energisa Mato Grosso conforme demonstrado na nota explicativa 14.

⁽²⁾ Incentivos fiscais de reinvestimentos (reflexo) – refere-se incentivos federais deduzidos do Imposto de Renda das controladas, destinados as pessoas jurídicas detentoras de empreendimentos nas áreas de atuação da SUDAM, na forma de depósitos para reinvestimentos de 30% (trinta por cento) do Imposto devido, aplicados em projetos de modernização ou complementação de equipamento, até o ano de 2021.

Os recursos liberados, deduzidos da quantia correspondente a 2%, a título de taxa de administração do projeto, conforme dispõe o artigo 19, parágrafo 2o, da Lei nº 8.167/1991, foram contabilizados em "Outras Reservas de Capital" e, após aprovações pelas Superintendências e liberação dos recursos pelo Banco Oficial (BASA), serão capitalizados em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do encerramento do período das efetivas liberações.

⁽³⁾ Programa de remuneração variável (ILP) – refere-se à implementação do Programa de Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) (vide nota explicativa nº 11).

26.3. Reserva de lucros – reserva de Incentivos fiscais de imposto de renda (controladas)

As controladas EMT e ETO por atuarem no setor de infraestrutura na região Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal ou aumento de capital capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte com aprovação em AGO/AGE; e
- O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

Os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado dos períodos com posterior transferência para

Notas Explicativas

reservas de lucros – reserva de redução de imposto de renda.

Segue as informações dos incentivos obtidos pelas controladas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda	
			31/03/2026	31/12/2025
EMT	SUDAM	0176/2023	5.152	153.666
ETO	SUDAM	0150/2023	18.260	109.737
Total			23.412	263.403

Em 31 de março de 2026, foram apurados valores nas controladas ETO e EMT referente ao Incentivo fiscal de Reinvestimento no montante de R\$15.296. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo contabilizado era de R\$3.796 da controlada ETO.

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” no consolidado e foram destinados a reserva de incentivo fiscais no patrimônio líquido das controladas.

26.4.Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do período, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 12 de março de 2026, aprovou a distribuição de dividendos adicionais propostos à conta do lucro do exercício de 2025, no montante de R\$256.820, equivalentes a R\$0,10 por ação do capital social. Os pagamentos foram efetuados no dia 13 de abril de 2026, com base na posição acionária da Companhia em 17 de março de 2026.

26.5.Participação de acionistas não controladores

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

	Participação acionária e no capital votante	Saldo em 31/12/2025	Resultado atribuído aos acionistas não controladores	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Transações entre sócios	Saldo em 31/03/2026
EMT	42,32%	100.454	3.303	(4.153)	-	21	99.625
ETO	23,33%	344.355	20.862	-	-	122	365.339
EMS	0,07%	796	67	-	-	-	863
ESS	0,75%	5.553	50	-	-	3	5.606
MULT	0,10%	(3)	6	(22)	(1)	-	(20)
		451.155	24.288	(4.175)	(1)	146	471.413

	Participação acionária e no capital votante	Saldo em 31/12/2024	Resultado atribuído aos acionistas não controladores	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Transações entre sócios	Saldo em 31/12/2025
EMT	42,32%	1.864.367	372.575	(509.701)	-	(1.626.787)	100.454
ETO	23,33%	311.380	100.686	(68.429)	471	247	344.355
EMS	0,07%	853	234	(296)	5	-	796
REDEPW	0,01%	48	13	-	-	(61)	-
ESS	0,75%	4.722	1.042	(248)	32	5	5.553
CTCE	0,02%	(52)	(2)	-	-	54	-
MULT	0,10%	(15)	20	(10)	-	2	(3)
		2.181.303	474.568	(578.684)	508	(1.626.540)	451.155

Notas Explicativas

27. Receita operacional - consolidado

	31/03/2026			31/03/2025		
	Nº de consumidores (*)	MWh (**)	R\$	Nº de consumidores (*)	MWh (**)	R\$
Residencial	3.827.456	2.198.139	2.267.543	3.732.636	2.265.348	2.230.847
Industrial	26.982	106.146	138.527	26.578	149.249	168.705
Comercial	272.923	519.088	619.173	275.469	617.909	676.084
Rural	328.164	436.455	484.366	333.090	470.452	492.286
Poder público	39.431	221.610	228.411	38.503	249.687	242.734
Iluminação pública	6.336	192.515	113.690	5.422	193.301	109.962
Serviço público	5.830	82.468	79.957	5.746	95.674	86.411
Consumo próprio	989	6.604	-	973	6.765	-
Subtotal	4.508.111	3.763.025	3.931.667	4.418.417	4.048.385	4.007.029
Suprimento de energia a concessionárias	-	449.821	41.117	-	321.365	114.696
Fornecimento não faturado líquido	-	(65.737)	(55.265)	-	(77.367)	(52.007)
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	7.356	-	872.054	5.226	-	652.674
Receita de construção da infraestrutura ⁽¹⁾	-	-	899.557	-	-	721.206
Serviços Especializados	-	-	9.458	-	-	7.991
Penalidades regulatórias	-	-	(45.227)	-	-	(36.790)
Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	189.086	-	-	219.650
Ativos e passivos financeiros setoriais – constituição e amortização	-	-	557.204	-	-	228.566
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	611.525	-	-	441.029
Outras receitas operacionais	-	-	65.081	-	-	67.037
Total – receita operacional bruta	4.515.467	4.147.109	7.076.257	4.423.643	4.292.383	6.371.081
Deduções da receita operacional:						
ICMS	-	-	862.546	-	-	820.708
PIS	-	-	84.867	-	-	76.147
COFINS	-	-	390.904	-	-	350.738
CPRB	-	-	371	-	-	446
ISS	-	-	703	-	-	664
Programa de Eficiência Energética – PEE	-	-	15.481	-	-	14.315
Encargos de consumidor – Procel	-	-	3.870	-	-	3.579
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	-	-	714.260	-	-	531.967
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	-	-	7.696	-	-	7.172
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	-	-	7.739	-	-	7.172
Ministério das Minas e Energisa – MME	-	-	3.870	-	-	3.579
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	-	-	6.939	-	-	6.259
Total – deduções da receita operacional	-	-	2.099.246	-	-	1.822.746
Total – receita operacional líquida	4.515.467	4.147.109	4.977.011	4.423.643	4.292.383	4.548.335

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(**) MWh – refere-se ao mercado cativo, sem a parcela compensada de MMGD do tipo II/III.

⁽¹⁾ A receita de construção da infraestrutura está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção das obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

28. Energia elétrica comprada para revenda - consolidado

	MWh ⁽¹⁾		R\$	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Energia de Itaipu – Binacional	743.541	768.334	160.617	177.287

Notas Explicativas

Energia de leilão ⁽²⁾	2.598.180	2.491.030	1.002.428	668.850
Energia bilateral e outros suprimentos	777.089	855.902	296.646	321.700
Reembolso CCC	-	-	47.925	(6.306)
Cotas de Angra Resolução Normativa nº 530/12 ⁽³⁾	100.541	177.677	97.634	50.077
Energia de curto prazo - CCEE	29.954	21.625	64.380	167.981
Cotas Garantia Física-Res. Homologatória nº 1.410	584.196	795.117	62.531	138.251
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	76.409	86.278	(5.061)	75.338
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(153.868)	(146.880)
Total	4.909.910	5.195.963	1.573.232	1.446.298

- (1) Informações não revisadas pelos auditores independentes;
- (2) Em 31 de março de 2026 inclui o valor de R\$651 (R\$34.493 em 31 de março de 2025) de créditos relacionados a geração distribuída;
- (3) Inclui demais custos sendo: os efeitos das CCEARs, liminares/ajuste de energia de leilão, efeito de cotas de garantia física, efeito cotas de energia nuclear, exposição de cota Itaipu, Encargos de Serviços de Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER.

29. Outros resultados

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Outras Receitas		
Ganhos na desativação	3.993	8.113
Total Outras Receitas	3.993	8.113
Outras Despesas		
Perdas na alienação/desativação	(47.613)	(31.634)
Impostos sobre ganhos (PIS/COFINS/ICMS)	(5.870)	(6.262)
Outras	(458)	(10.527)
Total Outras Despesas	(53.941)	(48.423)
Total	(49.948)	(40.310)

Notas Explicativas

30. Lucro por ação

	31/03/2026	31/03/2025
Numerador		
Lucro líquido do período – controladora	300.732	369.581
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações	2.568.204	2.110.323
Lucro líquido básico e diluído por ação em Reais - R\$ ⁽¹⁾	0,12	0,18
Lucro líquido do período – consolidado	325.020	502.337
Resultado da operação continuada		
Acionistas da controladora	300.732	369.581

⁽¹⁾ A Companhia não possui instrumento diluidor.

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 – Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 – Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas de distribuição terem classificados o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do período foram de R\$189.086 (R\$219.650 em 31 de março de 2025), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora					
	Nível	31/03/2026		31/12/2025	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa		161	161	210	210
Créditos com partes relacionadas		622	622	602	602
		783	783	812	812
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	161.760	161.760	139.998	139.998
		161.760	161.760	139.998	139.998
Passivos					
Custo amortizado:					
Fornecedores		508	508	197	197
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures		464.858	464.858	448.619	448.619
Débitos com partes relacionadas		-	-	9.689	9.689
		465.366	465.366	458.505	458.505
Consolidado					

Notas Explicativas

		31/03/2026		31/12/2026	
Nível		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa		187.871	187.871	352.971	352.971
Clientes, consumidores e concessionárias		2.731.328	2.731.328	2.818.464	2.818.464
Títulos de créditos a receber		9.990	9.990	10.092	10.092
Ativos financeiros setoriais		1.242.789	1.242.789	993.401	993.401
		4.171.978	4.171.978	4.174.928	4.174.928
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	4.152.152	4.152.152	2.546.091	2.546.091
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	13.652.490	13.652.490	12.849.413	12.849.413
Instrumentos financeiros derivativos	2	244.638	244.638	405.353	405.353
		18.049.280	18.049.280	15.800.857	15.800.857
Passivos					
Custo amortizado:					
Fornecedores		1.777.260	1.777.260	1.625.942	1.625.942
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures		9.663.113	9.664.818	9.532.532	9.547.537
Débitos com partes relacionadas		7.316	7.316	16.774	16.774
Passivos financeiros setoriais		573.315	573.315	790.837	790.837
Arrendamentos operacionais		29.941	29.941	30.031	30.031
		12.050.945	12.052.650	11.996.116	12.011.121
Valor justo por meio do resultado:					
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	2	10.804.166	10.804.166	9.588.548	9.588.548
Instrumentos financeiros derivativos	2	968.628	968.628	426.121	426.121
		11.772.794	11.772.794	10.014.669	10.014.669

31.1. Categoria dos instrumentos financeiros

Hedge Accounting

A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo *swap* (instrumento de *hedge*) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI, como *hedge accounting*. Essas operações, assim como as dívidas (objeto do *hedge*) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de *hedge* de valor justo. Em tais designações de *hedge* a Companhia documentou: (i) a relação de *hedge*; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do *hedge*.

Os contratos de *swap* são designados e efetivos como *hedge* de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o *hedge* foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como *hedge* foi impactado em R\$613.313 (R\$60.431 em 31 de março de 2025) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de dívidas contratadas, para as quais possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo *Fair Value Option* tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de março de 2026 tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Notas Explicativas

Durante o período findo em 31 de março de 2026, o valor contábil das dívidas designadas como *Fair Value Option* foi impactado em R\$14.044 (R\$37.850 em 31 de março de 2025) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado.

31.2. Gerenciamento de riscos

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (revista anualmente e disponível no website da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro".

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visam identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

a) Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período/exercício é como segue:

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Dívida ⁽¹⁾	20.467.279	19.121.080
Caixa e equivalentes de caixa	(187.871)	(352.971)
Dívida líquida	20.279.408	18.768.109
Patrimônio líquido ⁽²⁾	6.235.817	6.189.214
Índice de endividamento líquido	3,25	3,03

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 19 e nº 20.

⁽²⁾ O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

b) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados até os vencimentos contratuais e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		126	-	-	-	382	508
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	1,00%	4.322	-	10.739	13.367	232.505	260.933
Total		4.448	-	10.739	13.367	232.887	261.441

Consolidado							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		1.711.600	-	-	-	65.660	1.777.260
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures		2.055.895	851.222	5.670.935	10.688.428	16.247.870	35.514.350
Instrumentos Financeiros Derivativos	9,90%	154.863	13.812	87.324	153.869	314.122	723.990
Total		3.922.358	865.034	5.758.259	10.842.297	16.627.652	38.015.600

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pelas distribuidoras de energia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementados, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pelas controladas distribuidoras de energia elétrica em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição dessas controladas quanto a variação no custo da energia.

c) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração da Energisa S/A tem a função de supervisionar se a Administração do Grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica controladas, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da

Notas Explicativas

concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco do crédito na data das informações trimestrais, são como segue:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	161	210	187.871	352.971
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	161.760	139.998	4.152.152	2.546.091
Clientes, consumidores e concessionárias.	6	-	-	2.731.328	2.818.464
Títulos de créditos a receber	-	-	-	9.990	10.092
Ativo financeiro setorial	9	-	-	1.242.789	993.401
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	-	-	13.652.490	12.849.413
Instrumentos financeiros derivativos	31	-	-	244.638	405.353
Créditos com partes relacionadas	11	622	602	-	-

d) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

As dívidas da Companhia e suas controladas são compostas por recursos captados, principalmente, através de agentes de fomento nacional, mercado de capitais (debêntures e notas promissórias) e empréstimos bancários, denominados em real e moedas estrangeiras, resultando em exposição a riscos de variações cambiais, de taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos, a Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira contra essas variações.

O montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia e suas controladas em 2025, excluídos os efeitos dos custos com captação é de R\$20.768.983 (R\$19.378.726 em 31 de dezembro de 2025), cerca de R\$1.814.776 (R\$2.296.203 em 31 de dezembro de 2025) estão representados em moedas estrangeiras conforme notas explicativas nº 19 e nº 20.

Para os contratos suscetíveis a variações ao dólar norte-americano, a taxa de câmbio encerrou o período findo em 31 de março de 2026 com redução de 5,14% sobre 31 de dezembro de 2025, cotado a R\$5,2194/ USD. A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 31 de março de 2026 era de 10,56%, enquanto 31 de dezembro de 2025 foi de 10,12%.

O balanço patrimonial da controladora e o consolidado apresentam os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e às taxas de juros, que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Ativo circulante	79.391	79.284
Ativo não circulante	165.247	326.069
Total do ativo	244.638	405.353
Passivo circulante	248.066	234.314
Passivo não circulante	720.562	191.807
Total do passivo	968.628	426.121

Os saldos apresentados acima, não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos em 31 de março de 2026, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de *hedge*.

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados a moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
ETO					
Resolução 4131 – Scotiabank	31.071	USD + 5,5755%	CDI + 1,40%	16/08/2027	Fair Value Option
Resolução 4131 – Scotiabank	21.466	USD + 5,1955%	CDI + 1,10%	16/12/2027	Fair Value Option
EMT					
Resolução 4131 – Scotiabank	49.201	USD + 5,9150%	CDI + 1,40%	09/08/2027	Fair Value Option
Resolução 4131 – Citibank	58.824	SOFR + 1,50%	CDI + 1,25%	14/06/2028	Fair Value Option
EMS					
Resolução 4131 – Bank of America	36.495	USD + 6,2824%	CDI + 1,25%	24/07/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 – Scotiabank	28.744	USD + 5,9150%	CDI + 1,40%	09/08/2027	Fair Value Option
Resolução 4131 – Citibank	47.089	SOFR + 1,50%	CDI + 1,25%	14/06/2028	Fair Value Option
ESS					
Resolução 4131 – Santander	18.007	USD + 6,38%	CDI + 1,25%	23/07/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 – Scotiabank	45.784	USD + 5,9150%	CDI + 1,40%	09/08/2027	Fair Value Option
Resolução 4131 – Scotiabank	8.271	USD + 5,3160%	CDI + 1,10%	16/12/2027	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
EMT					
J.P. Morgan	3.657	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú	181.887	IPCA + 4,88%	CDI + 0,02%	15/10/2026	Não Designada
BR Partners	351.475	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,705%	15/10/2031	Fair Value Hedge
BR Partners	164.437	IPCA + 6,1566%	CDI + 0,717%	15/04/2029	Fair Value Hedge
BR Partners	95.563	IPCA + 6,2770%	CDI + 0,880%	15/04/2032	Fair Value Hedge
Bradesco	354.609	IPCA + 6,1076%	CDI + 0,7275%	17/02/2031	Fair Value Hedge
XP	85.807	IPCA + 4,4744%	CDI - 1,54%	15/10/2030	Fair Value Hedge
BTG Pactual	200.000	IPCA + 7,0292%	CDI - 0,67%	15/12/2034	Fair Value Hedge
Itaú	360.000	BRL + 13,70%	CDI - 0,16%	17/05/2032	Fair Value Hedge
BTG Pactual	531.891	IPCA + 7,0999%	CDI - 0,22%	17/09/2035	Fair Value Hedge
BTG Pactual	435.488	IPCA + 6,9467	CDI - 0,16%	17/09/2040	Fair Value Hedge
Bradesco	198.000	IPCA + 7,2318%	CDI - 0,25%	15/10/2035	Fair Value Hedge
Bradesco	132.000	IPCA + 7,1146%	CDI - 0,19%	15/10/2040	Fair Value Hedge
Bradesco	370.000	IPCA + 7,47%	CDI + 0,2280%	15/12/2045	Fair Value Hedge
Bradesco	747.373	IPCA + 6,6675%	CDI - 0,65%	17/02/2036	Fair Value Hedge
Bradesco	252.627	IPCA + 6,55%	CDI - 0,61%	15/02/2041	Fair Value Hedge
ETO					
J.P. Morgan	3.304	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
J.P. Morgan	82.000	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,93%	15/10/2031	Fair Value Hedge
BR Partners	55.689	IPCA + 6,1566%	CDI + 0,717%	15/04/2029	Fair Value Hedge
BR Partners	34.311	IPCA + 6,2770%	CDI + 0,880%	15/04/2032	Fair Value Hedge
Bradesco	387.235	IPCA + 7,30%	CDI + 0,078%	15/05/2035	Fair Value Hedge
Bradesco	460.000	IPCA + 7,50%	CDI + 0,2550%	15/12/2045	Fair Value Hedge
BTG Pactual	282.857	IPCA + 6,6675%	CDI - 0,66%	17/02/2036	Fair Value Hedge
Bradesco	47.143	IPCA + 6,55%	CDI - 0,61%	15/02/2041	Fair Value Hedge
ESS					
J.P. Morgan	2.977	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
BR Partners	81.000	IPCA + 6,0996%	CDI + 0,814%	15/01/2032	Fair Value Hedge
ABC	193.617	IPCA + 7,30%	CDI + 0,055%	15/05/2035	Fair Value Hedge
Bradesco	144.000	IPCA + 7,2318%	CDI - 0,25%	15/10/2035	Fair Value Hedge
Bradesco	96.000	IPCA + 7,1146%	CDI - 0,19%	15/10/2040	Fair Value Hedge
EMS					
J.P. Morgan	3.733	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú	148.501	IPCA + 4,88%	CDI + 0,02%	15/10/2026	Não Designada
J.P. Morgan	320.000	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,85%	15/10/2031	Fair Value Hedge
XP	354.609	IPCA + 6,1076%	CDI + 0,72%	17/02/2031	Fair Value Hedge
ABC Brasil	247.164	IPCA + 6,4364%	CDI + 0,04%	15/09/2034	Fair Value Hedge
Itaú	410.000	BRL + 13,70%	CDI - 0,16%	17/05/2032	Fair Value Hedge
Safrá	522.349	IPCA + 7,0461%	CDI - 0,31%	17/09/2035	Fair Value Hedge

Notas Explicativas

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
BTG Pactual	348.390	IPCA + 6,9467	CDI - 0,16%	17/09/2040	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas relacionados a risco com variação cambial, cujos valores foram contabilizados como *fair value option*, vigentes em 31 de março 2026:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor Justo	
	31/03/2026	31/12/2025		31/03/2026	31/12/2025
Dívida designada para Fair Value Option	1.923.561	2.253.561	Moeda Estrangeira - USD	(1.814.508)	(2.296.101)
			Posição ativa:		
			Moeda Estrangeira - USD	1.814.508	2.296.101
Swap Cambial (derivativo)	1.923.561	2.253.561	Posição passiva: Taxa de Juros CDI	(1.982.151)	(2.348.868)
			Posição Líquida Swap	(167.643)	(52.767)
			Posição Líquida Dívida + Swap	(1.982.151)	(2.348.868)

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com variação da taxa de juros dos empréstimos como *hedge* de valor justo, *fair value hedge*, conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor Justo	
	31/03/2026	31/12/2025		31/03/2026	31/12/2025
Dívida (Objeto de Hedge) ⁽¹⁾	8.689.695	6.621.197	Taxa Pré e Pós-fixada	(8.519.296)	(6.816.403)
			Posição ativa: Taxa Pré e Pós-Fixada	8.922.179	7.204.035
Swap de Juros (Instrumentos de Hedge)	8.689.695	6.621.197	Posição passiva: Taxa de Juros CDI	(9.478.526)	(7.172.036)
			Posição Líquida Swap	(556.347)	31.999
			Posição Líquida Dívida + Swap	(9.075.643)	(6.784.404)

⁽¹⁾ Os empréstimos designados formalmente como "Fair Value Hedge" são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados pelas controladas em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 19 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de moedas estrangeiras também foram obtidas na BM&F.

31.3. Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

Notas Explicativas

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de março de 2026, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações trimestrais):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida em moeda estrangeira	(1.923.561)		(1.811.808)	(2.237.497)	(2.663.186)
Variação da dívida			111.753	(313.936)	(739.625)
Swap cambial					
Posição ativa					
Instrumentos financeiros derivativos	1.814.508	Alta Cambio	1.702.755	2.128.444	2.554.133
Variação			(111.753)	313.936	739.625
Posição passiva					
Instrumentos financeiros derivativos - Taxa de juros CDI	(1.982.151)		(1.982.151)	(1.982.151)	(1.982.151)
Subtotal	(167.643)		(279.396)	146.293	571.982
Total líquido	(2.091.204)		(2.091.204)	(2.091.204)	(2.091.204)

⁽¹⁾ O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de março de 2026, apresenta o cenário base para avaliação da efetividade na mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente da dívida mais derivativos seria de R\$2.091.204 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros em 31 de março de 2026 com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações trimestrais):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida em moeda local - Taxa de juros	(8.689.695)		(8.689.695)	(8.689.695)	(8.689.695)
Variação da dívida					
Swap de juros					
Posição ativa					
Instrumentos financeiros derivativos - Pré e Pós	8.922.179	Alta CDI	8.922.179	8.922.179	8.922.179
Variação - Taxa de juros			-	-	-
Posição passiva					
Instrumentos financeiros derivativos - CDI	(9.478.526)		(9.478.526)	(11.293.687)	(13.592.553)
Variação CDI			-	(1.815.161)	(4.114.027)
Subtotal	(556.347)		(556.347)	(2.371.508)	(4.670.374)
Total líquido	(9.246.042)		(9.246.042)	(11.061.203)	(13.360.069)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros em 31 de março de 2026 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Notas Explicativas

Instrumentos	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.152.152	Alta CDI	435.976	544.970	653.964
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(1.982.151)	Alta CDI	(208.126)	(260.158)	(312.189)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.274.658)	Alta CDI	(553.839)	(692.299)	(830.759)
	(11.726.684)	Alta IPCA	(204.044)	(255.055)	(306.066)
	(26.922)	Alta INPC	(409)	(511)	(614)
	(646.188)	Alta TR	(3.037)	(3.796)	(4.556)
Subtotal ⁽²⁾	(19.656.603)		(969.455)	(1.211.819)	(1.454.184)
Total - perdas ⁽²⁾	(15.504.451)		(533.479)	(666.849)	(800.220)

⁽¹⁾ Considera o CDI de 31 de março de 2027 (10,50% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, data de 31 de março de 2026, TR 0,47% ao ano, INPC 1,52% ao ano e IPCA 1,74% ao ano.

⁽²⁾ Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$1.112.380.

32. Benefícios pós-emprego - consolidado

32.1. Composição dos passivos de benefício pós-emprego relacionados aos planos de aposentadoria e pensão, prêmio/gratificação de aposentadoria e plano de saúde:

Empresas	Prêmio / Gratificação Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano de Previdência				Total	
			Passivo Atuarial - Plano BD	Contratos de dívida		Total Plano de Previdência	31/03/2026	31/12/2025
				Plano BD	Plano CD			
EMT	-	12.812	-	1.350	9.885	11.235	24.047	23.848
EMS	-	8.758	-	-	-	-	8.758	8.485
ESS	-	20.816	-	2.568	9.074	11.642	32.458	32.277
ETO	496	13.547	1	1.716	2.329	4.046	18.089	17.734
MUTI	-	370	-	-	-	-	370	359
Total Consolidado	496	56.303	1	5.634	21.288	26.923	83.722	82.703
Circulante	41	7.238	-	422	4.048	4.470	11.749	11.689
Não circulante	455	49.065	1	5.212	17.240	22.453	71.973	71.014
Benefícios pós-emprego							56.800	54.978
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas							26.922	27.725

32.2. Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, nas modalidades de benefício definido, contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a plano de contribuição variável e plano de contribuição definida.

Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros. Já os planos na modalidade contribuição definida não estão sujeitos à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação no âmbito do CPC 33(R1).

As contribuições das controladas patrocinadoras para os planos de benefícios previdenciários durante o período de findo em 31 de março de 2026 foi de R\$5.117 (R\$5.435 em 31 de março de 2025), no consolidado, registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do período no consolidado.

Notas Explicativas

32.3. Prêmio e Gratificação de aposentadoria

A controlada ETO, em Acordo Coletivo de Trabalho, concede aos seus colaboradores, uma gratificação por aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

Na controlada ETO a gratificação varia de 2,0 a 5,5 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 5 anos e teto de 35 anos), quando do direito do benefício – aposentadoria requerida. Os colaboradores admitidos após 1º de maio de 1997, não terão direito à essa gratificação.

No período findo em 31 de março de 2026, a despesa relacionada a esse benefício foi de R\$10 (R\$39 em 31 de março de 2025) no consolidado, registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do período no consolidado.

32.4. Plano de saúde

As controladas mantêm benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, nas modalidades de pré e pós pagamento:

- **Pós pagamento:** As contribuições mensais da companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.
- **Pré pagamento:** As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado

As controladas participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei nº 9.656/98). No período findo em 31 de março de 2026 as despesas com o plano de saúde foram de R\$23.763 (R\$21.181 em 31 de março de 2025) no consolidado. Inclui R\$235 (R\$594 em 31 de março de 2025) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego.

33. Cobertura de seguros

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância segurada (R\$ mil)	Consolidado	
			31/03/2026	31/12/2025
Responsabilidade Civil Geral	23/06/2027	90.000	4.246	4.246
Auto – Frota	23/10/2026	Até 1.000 / veículo	710	710
Risco operacional	22/06/2026	90.000	4.563	4.563
Responsabilidade Civil Ambiental	20/10/2026	20.000	418	418
Seguro de proteção de dados e responsabilidade Cibernética	25/08/2026	50.000	699	699
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	31/01/2028	184.135	1.651	1.664
Transporte Nacional	30/07/2026	Até 5.000 / viagem	80	80
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	05/08/2026	100.000	120	120

Notas Explicativas

Responsabilidade do Explorador ou Transporte - R.E.T.A
(Drones)

30/06/2026

1.158 / drone

35

34

12.522

12.534

34. Compromissos - consolidado

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

	Contratos de compra de energia ⁽¹⁾					
	Vigência	2026	2027	2028	2029	Após 2029
ESS	2026 a 2054	646.779	822.775	817.756	812.751	7.213.487
EMT	2026 a 2054	1.886.067	2.350.539	2.220.089	2.144.969	20.410.953
ETO	2026 a 2054	437.003	550.964	546.023	542.652	6.636.687
EMS	2026 a 2054	955.855	1.186.512	1.134.541	1.136.290	13.250.949
		3.925.704	4.910.790	4.718.409	4.636.662	47.512.076

⁽¹⁾ Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo em 31 de março de 2026, foram homologados pela ANEEL.

35. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	31/03/2025	31/12/2025
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - bifurcação de Ativos	639.683	1.886.557
Ativo financeiro indenizável da concessão - valor justo ativo indenizável	189.086	455.599
Atividades operacionais		
Fornecedores a prazo	365.368	232.633
Incorporação de redes	38.952	141.169
Arrendamento mercantil - IFRS 16	2.377	16.000
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	365.368	232.633
Ativo Contratual - Infra-estrutura em construção	38.952	141.169
Intangível - IFRS 16	2.377	16.000
Incorporação - Rede Power Holding de Energia S.A		
Caixa e Equivalente de Caixa	-	132
Aplicação Financeiras no Mercado Aberto	-	37.333
Devedores Diversos	-	173
Tributos a Recuperar	-	5.364
Participações societárias permanentes	-	430.775
Tributos e Contribuições	-	51
Outras contas a pagar	-	3.205
Fornecedores	-	361
Imposto de renda diferido	-	14.761
Contribuição social diferido	-	5.314

36. Eventos subsequentes

Notas Explicativas

36.1. Bandeira tarifária

A ANEEL definiu para as distribuidoras de energia elétrica a aplicação da Bandeira Verde para o mês de abril e Bandeira Amarela para o mês de maio de 2026, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

36.2. Reajuste Tarifário

- (1) A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.581 em 22 de abril de 2026, aprovou o reajuste tarifário da controlada EMT, em vigor a partir de 23 de abril de 2026, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores um aumento de 6,86%.
- (2) A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.582 em 22 de abril de 2026, aprovou o reajuste tarifário da controlada EMS, em vigor a partir de 23 de abril de 2026, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores um aumento de 12,11%.

36.3. Assinatura dos aditivos de prorrogação das concessões

Em 08 de maio de 2026, foram concluídas as assinaturas dos Termos Aditivos de Prorrogação das Concessões das seguintes distribuidoras de energia da Companhia, sem qualquer ônus, por um período de 30 anos, em conformidade com a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995:

Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S.A. (EMS):

Vigência: de 04 de dezembro de 2027 até 04 de dezembro de 2057

A concessão atende cerca de 1,2 milhão de clientes em 74 municípios, área de 328 mil km².

Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S.A. (EMT):

Vigência: de 11 de dezembro de 2027 até 11 de dezembro de 2057

A concessão atende cerca de 1,7 milhão de clientes em 142 municípios, área de 903 mil km².

Todas as concessionárias apresentam indicadores de qualidade de serviços adequados e solidez financeira compatível com os critérios exigidos pelo Poder Concedente

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Aos Acionistas e Administradores da
Rede Energia Participações S.A.
Cataguases – MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Rede Energia Participações S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 21 e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA, individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Antônio Carlos Brandão de Sousa

Auditores Independentes Ltda. Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ CRC nº 1 RJ 065976/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Rede Energia Participações S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras no período de 1º de janeiro a 31 de março de 2026

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisou, discutiu e concordou, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 11 de maio de 2026.

Ricardo Perez Botelho
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Daniele Araujo Salomao Castelo
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310/O-0 "S" MG

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Rede Energia Participações S.A. ("Companhia") sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 11 de maio de 2026.

Ricardo Perez Botelho
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Daniele Araujo Salomao Castelo
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310/O-0 "S" MG